

revista BBM

Biblioteca Brasileira
Guita e José Mindlin
da Universidade de São Paulo

ISSN 2595-5802
N. 01 JULHO • DEZEMBRO 2018

DOSSIÊ VIAJANTES

*Representações e Redes Transatlânticas
Frei Agostinho de Jesus (c. 1600/10-1661)*

*Notas sobre o Maravilhamento
nos Cronistas e Viajantes Coloniais
O Caminho de Minas Gerais a Goiás*

RAROS E RARÍSSIMOS

Frida Meyer

GRALHAS, PASTÉIS E AFINS

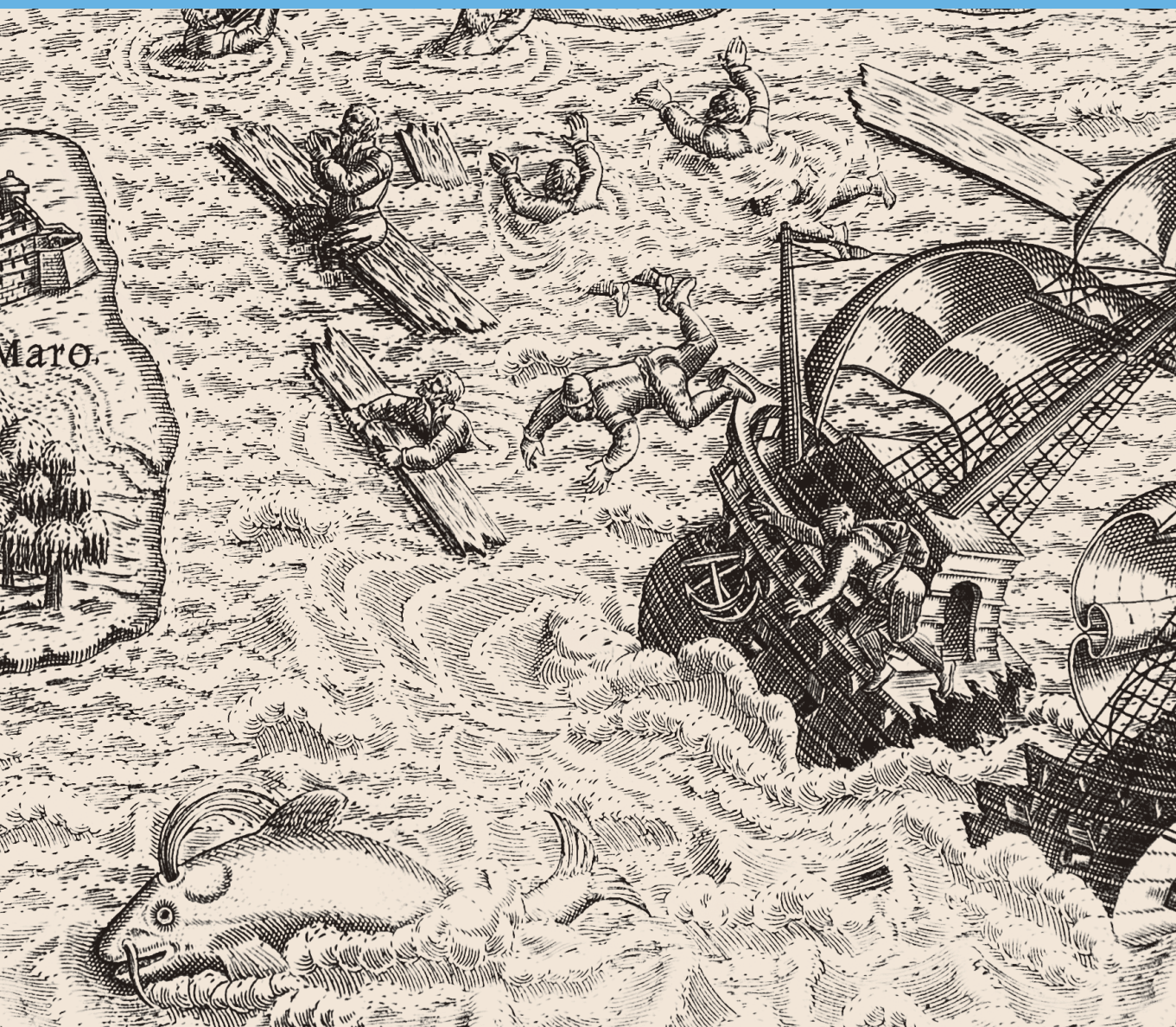
Gralhas em Machado de Assis

MEMÓRIA

Biblioteca Mindlin

PUBLICAÇÕES BBM

*A Invenção das Brasileiras no Século XX
As Oito Viagens de Gustavo Piqueira*





Garaia

Tamaraka



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Vahan Agopyan

Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandez



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado

Pró-Reitora Adjunta Margarida Maria Krohling Kunsch

Biblioteca Brasileira Guita e José **Mindlin**

Diretor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

Vice-Diretor Alexandre Macchione Saes

REVISTA BBM

EDITOR

Plinio Martins Filho

CONSELHO EDITORIAL

Agenor Briquet de Lemos UnB

Alberto da Costa e Silva ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Ana Luisa Martins pesquisadora

Antônio Carlos Secchin ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Carlos Augusto Calil ECA - USP

Celso Lafer ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Duília F. de Mello UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE WASHINGTON - EUA

Ésio Macedo Ribeiro bibliófilo

Fernando Peres UFBA

Geraldo Holanda Cavalcante ABL - ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Ilda Mendes dos Santos UNIVERSITÉ SORBONNE
NOUVELLE - FR

Jacó Guinsburg editor

Jacques Marcovitch USP

Marisa Lajolo UNICAMP

Marisa Midori Deaecto ECA - USP

Neil Safier JOHN CARTER BROWN LIBRARY

Tiago C. P. dos Reis Miranda UNIVERSIDADE
DE ÉVORA - PT

A **REVISTA BBM** pretende divulgar o rico acervo da **Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**, bem como os trabalhos de pesquisa realizados em seu interior. Trata-se de um projeto que pretende difundir o conhecimento produzido acerca da história e cultura do Brasil.

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. Todo material incluído nesta revista tem a autorização dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos artigos da revista pode ser reproduzida desde que citados autor e fonte.

Rua da Biblioteca, 21 Cidade Universitária São Paulo, SP CEP 05508-065

bbm.usp.br/publicacoes EMAIL bbm@usp.br TEL 11 2648-0310 • 11 3091-1154

revista
BBM

Biblioteca Brasileira
Guita e José Mindlin
da Universidade de São Paulo

ISSN 2595-5802
N. 01 JULHO • DEZEMBRO 2018

publicações
BBM

A versão impressa se encontra à
venda nas livrarias da Edusp

U

- 5 *Editorial – As potencialidades de uma Biblioteca*

Carlos Alberto de Moura ribeiro Zeron

DOSSIÊ: VIAJANTES

- 11 *Apresentação*
Ana Beatriz Demarchi Barel
- 14 *Representações e Redes Transatlânticas:*
Relações França-Brasil nos Escritos de um Viajante Oitocentista
Ana Beatriz Demarchi Barel
- 32 *Frei Agostinho de Jesus (c. 1600/10-1661):*
Um Artista Beneditino na Fronteira entre Dois Mundos
A América Portuguesa e Espanhola
Rafael Schunk
- 60 *Notas sobre o Maravilhamento nos Cronistas e Viajantes Coloniais*
Carlos Alberto Dória
- 80 *O Caminho de Minas Gerais a Goiás:*
Viajantes, Povoadores, Modelos e Imagens
Marcos Horácio Gomes Dias

RAROS E RARÍSSIMOS

- 106 *Frida Meyer:*
Sociabilidade Feminina na Porto Alegre dos Anos 1920
Milena Ribeiro Martins

GRALHAS, PASTÉIS E AFINS

- 134 *Gralhas em Machado de Assis:*
Bibliofilia e Estudo das Formas Materiais de Edição, Correção e Circulação de uma Obra
Thiago Mio Salla

MEMÓRIA

- 158 *Biblioteca Mindlin, a Alegria da Pesquisa*
Ana Luiza Martins

PUBLICAÇÕES BBM

- 168 *A Invenção das Brasileiras no Século XX:*
Alguns Capítulos da História da Coleção Guita e José Mindlin
Thiago Lima Nicodemo
- 178 *As Oito Viagens de Gustavo Piqueira:*
Deslocamento no Espaço e no Tempo
Marisa Midori Deaecto
- 187 *Normas para Apresentação de Artigos*

A S

P O T E N C I A

L I D A D E S

D

Com a determinação de, a cada número, iluminar diferentes porções do vasto conjunto de obras que constitui a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP – um acervo bibliográfico rico num país ainda carente de livros, sobretudo livros de alta densidade –, a *Revista BBM* vem a público como o romper da aurora que anuncia um novo dia. Um dos infinitos dias da Terra, com seus conteúdos, narrativas, promessas e mesmo desalentos. A vida é tecida com os fios da diversidade.

O projeto da biblioteca começou em janeiro de 2005, com o pensamento e a determinação de abrigar e integrar a Coleção Brasileira, obras recolhidas como inúmeras pepitas de ouro ao longo de mais de oitenta anos pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa, Guita. Uma escrita sobre o Brasil, sua história, gente, particularidades, singularidades e, sobretudo, potencial. Muito desse último recurso não devidamente reconhecido e utilizado. Daí a perspectiva de uma biblioteca, uma morada de livros, para estimular e fertilizar reflexões indispensáveis.

A *Revista BBM* apresenta-se como uma chave alegórica para abrir o espaço da biblioteca a uma diversidade de interesses e gentes. Em princípio, o conjunto da sociedade – ainda que essa seja uma referência metafórica, mas, nem por isso, menos verdadeira.

A revista, neste primeiro momento – embora isso seja parte de sua linha editorial –, expõe pesquisas feitas com base no rico acervo da biblioteca, que inclui obras raras, algumas raríssimas e, curiosa e deliciosamente, algumas de suas gralhas, pastéis e afins, termos específicos da editoração.

Um exemplo? Claro, aqui está em texto de Thiago Mio Salla presente neste número de estreia: uma das obras do insuspeito Machado de Assis na qual a primeira sílaba da palavra “cegara” foi estampada não com

B I

B

B

B

B

B

B

B

B

B

A

“e”, mas com “a”, o que, evidentemente, altera de forma radical o sentido da frase. Um acidente de percurso no engenho e na arte da editoração, mas que também diverte, alegra e, sobretudo, amplia a dimensão da potencialidade da palavra: a matéria-prima com que são feitos os livros.

A *Revista da BBM*, em sua especificidade, terá suas seções centradas na exploração de um universo que não pode ser medido – em termos da reflexão e conhecimento que abriga –, a não ser que se vença o silêncio enigmático das bibliotecas.

Seções que abarcam a raridade de determinadas obras, os pastéis, há pouco referidos, a bibliofilia e o estudo das formas imateriais de edição e mesmo correção e circulação de uma obra. O que significa dizer: uma promessa de felicidade – para tomar de empréstimo uma expressão de Stendhal – para quem ama os livros.

Nesta primeira edição, como apresentação do que virá com o fluxo do tempo, um dossiê sobre viajantes. Visitantes que, em sua maioria, chegaram por aqui com o estabelecimento da corte portuguesa, fugindo das invasões napoleônicas. Até então, o Brasil, enquanto espaço de visitação e pesquisa, tomado por olhos e mentes curiosas como um paraíso tropical, esteve vetado e inacessível.

As exceções à regra incluíram viajantes como Hans Staden (1525-1576), aventureiro alemão capturado por indígenas com quem conviveu e por pouco não foi, literalmente, devorado. Jean de Léry (1534-1611), com seu *Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil*, peça de defesa na acusação feita por católicos de protestantes terem sido responsáveis pelo malogro de uma colônia, a França Antártica, na Baía da Guanabara. Além dos que vieram com Maurício de Nassau (1604-1679).

No século XIX, as facilidades de acesso permitidas pela presença da corte trazem levas de outros europeus. Charles Darwin (1809-1882) passa quatro meses por aqui, a caminho de Galápagos. Auguste de Saint-Hilaire, com sua escrita refinada construída com minúcias, viaja pelo país entre 1816 e 1822 para escrever *Voyage dans l'Intérieur du Brésil*. O alemão Friedrich Wilhelm Sieber, voltado a estudos geológicos e botânicos na bacia amazônica, e os naturalistas também alemães Georg Freyreiss (1789-1825) e Friedrich Sellow (1789-1831) acompanhando o príncipe Maximilian von Wied-Neuwied.

A missão austríaca chegou em 1817, estimulada pelo casamento de dona Leopoldina (1797-1826) com o príncipe D. Pedro (1798-1834) e trouxe, entre seus sábios, o zoólogo Johann Baptiste Von Spix (1781-1826) e o botânico Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), com investigações de amplo espectro como era do feitio de naturalistas. São sucedidos por Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), na primeira vez na companhia do almirante russo Adam J. von Krusenstern, numa viagem

ao redor do planeta. Na segunda, acompanhado de uma constelação de nomes da ciência e artistas que incluem Hercule Florence (1804-1879) e o pintor Rugendas (1802-1858).

A Missão Artística Francesa chega ao Rio de Janeiro em 1816 e, ainda que seja distinta das anteriores por viajar sob contrato e se fixar por aqui, tem entre seus membros Debret (1768-1848), quem deixou registro fascinante da vida social nacional, incluindo o doloroso trabalho escravo. Sua *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, originalmente de 1834, com publicação no Brasil em 1840, é a maior evidência disso.

Nesta edição da *Revista BBM*, Ferdinand Denis (1789-1890), viajante, historiador e escritor francês, especialista em história do Brasil, é objeto de pesquisa da historiadora Ana Beatriz Demarchi Barel, da Universidade Estadual de Goiás. Já Frei Agostinho de Jesus (1600-1661), nascido no Rio de Janeiro, é tratado pelo arquiteto Rafael Schunk, e Carlos Alberto Dória se ocupa de relatos fantásticos dos inúmeros viajantes que passaram por aqui, entre eles Jean de Léry. O historiador Marcos Horácio Gomes Dias contextualiza a exploração das minas no século XVIII, passando por Minas Gerais e Goiás, o que mudaria profundamente a história de Portugal.

Na seção “Raros e Raríssimos”, Milena Ribeiro Martins aborda *Frida Meyer*, romance de Vivaldo Coaracy (1882-1967), para tratar da sociabilidade feminina na Porto Alegre dos anos 1920. Em “Memória”, Ana Luísa Martins expõe a experiência de investigações na biblioteca dos Mindlin, processo que identifica como “alegria da pesquisa”. E em “Publicações BBM”, a invenção das “brasilianas” no século XX, tratada por Thiago Lima Nicodemo, relata a contribuição de Rubens Borba de Moraes (1899-1986), bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo e historiador, um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, para a construção da BBM.

A seção “Publicações BBM” aborda as *Oito Viagens ao Brasil* de Gustavo Piqueira e seus projetos editoriais inovadores que incluem Hans Staden no primeiro livro publicado sobre o Brasil, conforme resenha Marisa Midori Deaecto, além das *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*, em texto de Thiago Nicodemo.

A tarefa da revista não é pequena, já que ela pretende colocar uma lupa sobre relevantes trabalhos realizados no interior da BBM. Acreditamos que, ao reverberar a minuciosa pesquisa realizada pelos colaboradores desta edição – e das vindouras –, o periódico ampliará gradativamente o efetivo diálogo entre a investigação acadêmica e o trânsito de ideias, dentro e fora da universidade.●


Plínio Martins Filho & Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron



DOSSIÉ

A textured, painterly landscape. In the foreground, a dark, rocky outcrop features a large, dark paw print. A light-colored path leads from the foreground towards a small town with white buildings and red roofs. To the left, the path meets a beach with waves crashing against the shore. In the background, several rounded mountains rise under a sky filled with soft, white and yellowish clouds. The overall style is reminiscent of a watercolor or a textured print.

VIAJANTES



As viagens e seus relatos, tema prezado por diferentes públicos, teóricos, estudiosos ou por apenas curiosos, têm atravessado os séculos e deixado como legado textos e imagens carregados de informação histórica, estética, literária. Exemplos disso são as obras de alguns dos mais célebres viajantes franceses, Jean-Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1839), Charles Ribeyrolles, *Brésil Pittoresque* (1859), Auguste de Saint-Hilaire, *Voyage aux Sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz* (1847). Ou ainda, a *Viagem de von Martius* (1829) e a *Expedição Langsdorff* – 1821-1829, capitaneadas por viajantes alemães, desejosos, ambos, de apreender, pela escrita e pela imagem, um imenso território que lhes escapa não apenas por suas dimensões gigantescas como também por sua diversidade étnica e geográfica. Os diários desses exploradores também se constituem como material importante no que diz respeito à vida pessoal desses atores culturais, revelando, muitas vezes, as impressões que a descoberta do novo território causava sobre eles.

Além dos relatos de viagem e dos diários, os documentos de Estado – tanto o que promove a viagem quanto o que recebe o viajante – podem fornecer dados sobre o papel que buscavam desempenhar no contexto histórico-político em que são produzidos. Nesse sentido, eles são os guardiães de intenções políticas e diplomáticas desses Estados e de seus representantes, e fundamentais para a compreensão de projetos civilizatórios e de natureza colonialista, como prova a correspondência de Ferdinand Denis, por exemplo.

São também imprescindíveis para a definição dessa identidade nacional os textos de ficção que, por meio de deslocamentos – reais ou imaginários – contam o Brasil, definindo, assim, seu “retrato” natural, social e humano. Desde os primeiros românticos até os pós-modernos, encontramos exemplos nesse sentido, como *A Guerra dos Mascates* (1873), *Inocência* (1872), para o século XIX, e *O Tempo e o Vento* (1949-1961), *Macunaíma* (1928), *Grande Sertão: Veredas* (1956), *Dois Irmãos* (2000), dentre outros, para os séculos XX e XXI. No plano teórico, as pesquisas sobre a viagem se inserem, o mais das vezes, nos estudos sobre espaço e seu significado na literatura. Se uma das primeiras obras a se dedicar ao espaço e seu valor no texto poético é a de Gaston Bachelard, de 1957, *La Poétique de l'Espace*, entre os pesquisadores brasileiros, Antonio Dimas, em seu *Espaço e Romance*, de 1985, já traçava as linhas gerais desse enfoque, sem, no entanto, se debruçar sobre as viagens e os deslocamentos particularmente e, sim, sobre a contextualização espacial das tramas. Flora Süssekind em *O Brasil Não É Longe Daqui: O Narrador, a Viagem* (1990), também pensa a questão da identidade nacional e as pontes com a viagem, focando sua análise na figura do narrador. Em 2012, na esteira dos estudos sobre os relatos de viajantes, o historiador Jean-Marcel Carvalho França, em *A Construção do Brasil na Literatura de Viagem do Século XVI, XVII e XVIII: Antologia de Textos – 1591-1808*, se aproxima de nossos interesses, elencando textos de viajantes e lendo-os a partir de um instrumental histórico.

Um dos teóricos que primeiro se dedicou ao estudo das relações entre forma literária e espaço geográfico de forma mais completa é Franco Moretti, com seu *Atlas du Roman Européen – 1800-1900*, de 2000. Além da leitura interdisciplinar minuciosa entre geografia e literatura, o crítico italiano promove um excelente estudo sobre o valor das viagens em algumas das mais emblemáticas obras da literatura universal e europeia, no arco temporal de um século.

Uma das riquezas desse material é a de ser portador de elementos identitários fundamentais, como religiosidade, raça e nacionalidade, acionados intensamente pelos deslocamentos e pelos encontros

num território comum. Em todas essas obras, a viagem se define como elemento crucial para o encontro de culturas, de indivíduos e de mentalidades, e ajudam a elaborar, através do discurso e da imagem, uma ideia de Brasil.

A seguir, os artigos do dossiê “Viajantes” se dedicam a aprofundar o tema da viagem em seus diferentes aspectos, enquanto elemento que permite a construção do Brasil no campo da história e da literatura. ●

Ana Beatriz Demarchi Barel

.....
*RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem
Pitoresca Através do Brasil. 1989, p. 96.*
.....





**REPRESENTAÇÕES E REDES
TRANSATLÂNTICAS**
RELAÇÕES FRANÇA-BRASIL NOS ESCRITOS
DE UM VIAJANTE OITOCENTISTA

Ana Beatriz Demarchi Barel

RESUMO O artigo apresenta os resultados do projeto de pesquisa de Ana Beatriz Demarchi Barel como pesquisadora residente junto à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP. O projeto teve por finalidade o estudo e a análise de dois textos que integram a obra de Ferdinand Denis, um dos mais importantes atores das relações França-Brasil no século XIX. Trata-se de *Lettres Familières et Fragment du Journal Intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. Esse livro, organizado pelo professor León Bourdon e publicado em 1957 pela Coimbra Editora Limitada, consta do acervo da BBM-USP e permanece, até os dias de hoje, pouquíssimo trabalhado, o que define uma lacuna na historiografia literária franco-brasileira. O projeto aprofunda a leitura do material epistolar de Ferdinand Denis, buscando rastrear a rede de contatos evocada em sua correspondência e sua relação com o Brasil.

FERDINAND DENIS • LITERATURA EPISTOLAR • RELATOS DE VIAGEM • ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS • REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADES.

REPRESENTATIONS AND TRANSATLANTIC NETWORKS: FRANCE-BRAZIL RELATIONS IN THE WRITINGS OF AN EIGHTEENTH-CENTURY TRAVELER

ABSTRACT This text presents the results of Ana Beatriz Demarchi Barel's research projects as a resident researcher at the Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP. The project was intended to study and analyze two texts that are part of the set of works written by Ferdinand Denis, one of the most important actors of France-Brazil relations in the nineteenth century, refer to *Lettres Familières et Fragment du Journal Intime of Ferdinand Denis to Bahia (1816-1819)*. This book, organized by Professor Leon Bourdon and published in 1957 by Coimbra Editora Limitada, belongs to a collection of the BBM-USP and remains, to this day, very little worked, which defines a gap in the Franco-Brazilian literary historiography. The project deepens the reading of the epistolary material of Ferdinand Denis, seeking to trace the network of contacts evoked in the correspondence of Ferdinand Denis and his relation with Brazil.

FERDINAND DENIS • EPISTOLARY LITERATURE • TRAVEL REPORTS • DIPLOMATIC FILES • REPRESENTATION OF IDENTITIES.

SOBRE A AUTORA

Ana Beatriz Demarchi Barel, professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás – UEG, é doutora em Études du Monde Lusophone pela Université Paris III Sorbonne Nouvelle, mestre em Teoria e História Literária e licenciada e bacharel em Letras pela Unicamp. Realizou pós-doutorado em História do Brasil Império junto à Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, como bolsista da Faperj, e pós-doutorado em Literatura Brasileira junto à FFLCH-USP, com bolsa do CNPq. Realizou estágio de residência em pesquisa na BBM-USP. Atuou como consultora para projetos da Unesco, foi professora de literatura brasileira, literatura africana lusófona e literatura portuguesa nas universidades de Toulouse, Amiens e Nantes. É autora de *Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional* (2002), *Os Nacionalismos na Literatura do Século XX: Os Indivíduos em Face das Nações* (2010) e da edição fac-símile da *Revista Nitheroy* seguida de textos críticos (2006).

Este texto apresenta os resultados de nosso projeto de pesquisa como pesquisador-residente junto à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP. O projeto que apresentamos teve por finalidade o estudo e a análise de dois textos que integram o conjunto da obra escrita por Ferdinand Denis, um dos mais importantes atores das relações França-Brasil no século XIX, referimo-nos a *Lettres Familières et Fragment du Journal Intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. Esse livro, organizado pelo professor Léon Bourdon e publicado em 1957 pela Coimbra Editora Limitada, consta do acervo da BBM-USP e permanece, até os dias de hoje, pouquíssimo trabalhado, o que define uma lacuna na historiografia literária franco-brasileira. Ferdinand Denis, homem que representa o seu tempo por seu caráter versátil e eclético, teve um

.....
RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem
Pitoresca Através do Brasil. 1989, p. 101.
.....

papel de grande relevância para a cultura brasileira do século XIX e do Brasil pós-Independência. Depois de ter cogitado uma estada na Índia, Denis decide vir ao Brasil, tendo vivido em nosso país entre 1816 e 1819. Como muitos viajantes europeus, Ferdinand Denis vem ao Brasil em busca de fortuna. Devido à situação difícil de sua família após os acontecimentos de 1789, ele decide tentar a carreira diplomática junto a Monsieur Plasson, um funcionário do Ministério das Relações Exteriores da França, já estabelecido no Brasil. Ele viajará pelo país, durante esse período, descrevendo, em seu diário e nas cartas enviadas à família, as paisagens, os hábitos e os costumes brasileiros. Seus escritos, material epistolar de natureza íntima e familiar, aliam a um precioso acervo de informações sobre o Brasil oitocentista compreendido pelo olhar estrangeiro – sua natureza, suas cidades, seus costumes, seus habitantes e a forma como se relacionam em sociedade –, reflexões sobre nossa produção literária. De volta à França, Ferdinand Denis se tornará, entre 1865 e 1885, o diretor da Biblioteca Sainte-Geneviève, uma das mais importantes da França e da Europa por seu valor histórico e por seu acervo. Os anos em que viveu no Brasil legarão a Denis matéria para a escritura de obras tanto sobre o país, como é o caso de *Le Brésil*, ou *Histoire, Mœurs, Usages et Coutumes des Habitants de ce Royaume* (1822) ou de *Scènes de la Nature sous les Tropiques et de leur Influence sur le Poésie* (1824), quanto sobre sua literatura. Assim, em 1826, ele publicará a primeira história literária brasileira, concebida como autônoma e independente da de Portugal. Em *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal Suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, nossa produção literária será compreendida, à luz do processo de Independência, não como um ramo exótico das letras portuguesas e, sim, como fruto de uma cultura própria, apesar de híbrida.

A importância da atuação de Ferdinand Denis revela-se, portanto, incontestemente tanto para o estudo da história franco-brasileira quanto para a compreensão dos elementos que de fato permitiram a definição das relações entre os dois países no século XIX.

Nosso projeto de pesquisa tem por finalidade explorar as fontes primárias e secundárias da BBM-USP, retomando os textos de Ferdinand Denis menos estudados, sua produção epistolar, para realizar um levantamento de dois tipos de informação. O primeiro consiste na identificação dos atores, os *passseurs transatlantiques*, que possibilitaram a construção das relações entre França e Brasil nos Oitocentos e que são evocados em suas cartas e em seu diário. Pouquíssimo se sabe sobre Monsieur Plasson, quais suas atividades como diplomata, se atuava noutras áreas e o que nos legou de importante do ponto de vista historiográfico ou político. Além do nome de Monsieur Plasson,

Léon Bourdon

Lettres familières
et Fragment du Journal intime
de Ferdinand Denis à Bahia
(1816-1819)



Coimbra Editora, Limitada
1 9 5 7

.....
*BOURDON, Léon. Lettres Familières
et Fragment du Journal Intime de
Ferdinand Denis à Bahia. 1957, capa.*
.....

vários outros são citados nas cartas e no diário de Denis, como por exemplo, Madame Camusat, Monsieur Guérin, Monsieur de Tollenare, Monsieur Le Vaillant, entre outros, mas quase nada se sabe a respeito desses personagens e de suas atividades. Esse levantamento se fará através da leitura de obras constantes do acervo da BBM-USP, como *Lettres Familières et Fragment du Journal Intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*, de pesquisas que tenham sido realizadas sobre tais obras ou sobre o tema, de dicionários biográficos e de material disponível em acervos de instituições de pesquisa e também em acervos de organismos governamentais como Ministérios de Relações Exteriores, no caso, o do Brasil e o da França.

O segundo tipo de informação diz respeito às representações do Brasil e dos brasileiros nesse material. Tendo em vista o leitor imaginado para esses textos – no caso do diário, apenas seu próprio autor e, no caso das cartas à família, um leitor que integra um círculo próximo, fechado, um leitor íntimo e “de confiança” – interessa-nos analisar a forma pela qual Ferdinand Denis define e qualifica o país e seus habitantes. Partindo das representações do Brasil e dos brasileiros presentes nas cartas e no diário, estabeleceremos uma análise comparativa com as informações existentes nos textos teóricos de Ferdinand Denis que circularam entre o grande público, ou seja, que foram concebidos para um leitor anônimo.

Dessa forma, partindo desse *corpus* de textos, os objetivos do projeto de pesquisa foram os de aprofundar o estudo sobre as cartas e o fragmento

DENIS, Ferdinand et TAUNAY, Hippolyte.
Le Brésil, ou Histoire des Mœurs,
Usages et Coutumes des Habitants de ce
Royaume. Tome Troisième, 1822, p. 165.





*DENIS, Ferdinand et TAUNAY, Hippolyte.
Le Brésil, ou Histoire des Mœurs, Usages
et Coutumes des Habitants de ce Royaume.
Tome Cinquième, 1822, p. 7.*

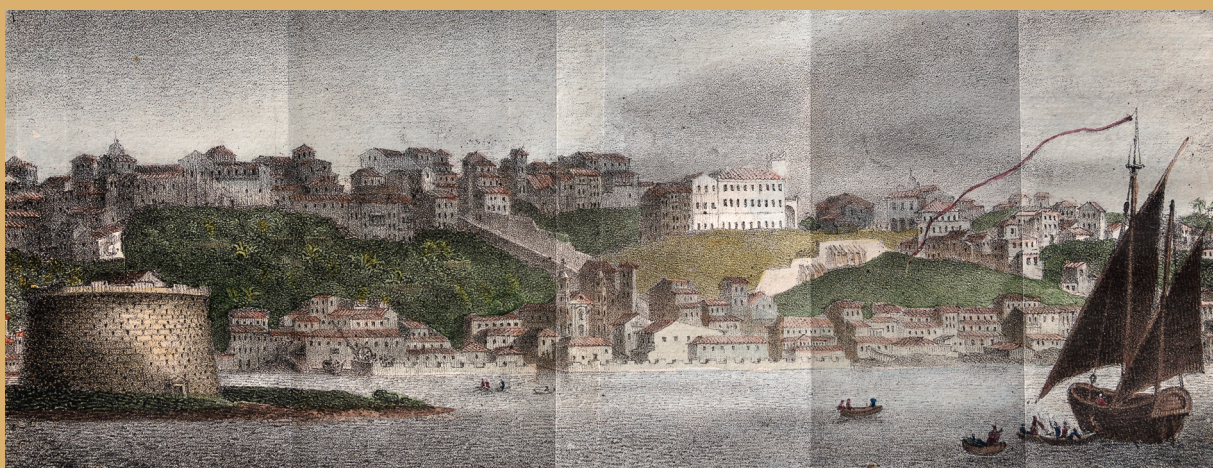
do diário pessoal de Ferdinand Denis, material pouco estudado até os dias de hoje, destacando os personagens evocados no texto e que integram a rede de relações do autor. O estudo desses dados permitiria ampliar o conhecimento sobre os responsáveis pela circulação de informações, conceitos e ideias do período, as condições em que ela se deu e como, de fato, no plano das relações sociais, se construiu a história entre França e Brasil. Outro objetivo do projeto, como já mencionado, foi o de realizar uma análise comparativa entre as representações do Brasil, dos brasileiros e da cultura brasileira existentes nesse material de natureza epistolar e as que constam de obras teóricas do autor. Nesse sentido, destaca-se em *Les Machakalis* (1824), de Ferdinand Denis, a importância da configuração do herói, num texto em que a representação da identidade nacional é tematizada.

*

Como resultados de nosso projeto de pesquisa, previmos o levantamento de dois conjuntos de dados e sua conseqüente análise. O primeiro, inédito, reúne os nomes dos atores das relações franco-brasileiras no século XIX e que estavam em contato com Ferdinand Denis. Esses dados nos permitiram tecer ou confirmar hipóteses sobre o papel desempenhado por aquelas pessoas nesse momento histórico, verificar como se forjaram projetos idealizados por elas e como se formaram redes transatlânticas de saber e de poder. Nesse sentido, interessou-nos levantar quais suas atividades e que lugar ocupavam na sociedade naquele momento. Por se tratar de um viajante ligado a membros da diplomacia e da intelectualidade francesas, esperamos identificar outros nomes pertencentes ao mesmo meio social e que atuavam em áreas relacionadas ao Estado. Também se esperou identificar pessoas ligadas ao círculo familiar de Denis; esse grupo, contudo, foi mais difícil de identificar através da bibliografia de consulta.

Consultamos, primeiramente, os volumes das obras de Ferdinand Denis e que constam da BBM-USP, com o intuito de verificar se se tratavam dos mesmos de que dispunhamos ou de outras edições, ou mesmo de exemplares de outras editoras. Constatamos que os exemplares da BBM-USP são exatamente os mesmos que utilizamos para a pesquisa de doutorado na França, o que ajudou no momento do levantamento de dados, dispensando o cotejamento entre exemplares diferentes.

Identificamos boa parte dos nomes dos personagens mencionados e estabelecemos uma lista. Dois nomes resultaram em alguma informação: Ferdinand Denis, pai, e Ferdinand Denis, filho. Não encontramos



DENIS, Ferdinand et TAUNAY, Hippolyte.
Le Brésil, ou Histoire des Mœurs,
Usages et Coutumes des Habitants de ce
Royaume. Tome Quatrième, 1822, p. 17.

nos acervos consultados nem nos documentos da ADEL – Archives Diplomatiques en Ligne – nenhuma informação sobre Plasson (a lista se inicia em 1820 e seu nome já não aparece entre os funcionários da representação francesa). Entramos em contato com Les Archives Diplomatiques e pedimos informação sobre os dossiês dessas pessoas. Os nomes de Ferdinand Denis pai e filho encontram-se no *link* “Personnel”, “Dossiers Individuels de Carrière (1816-1939)”, 1^{ère} série, volume 22. Nesse documento, encontramos as datas de serviço junto ao Ministério de Relações Exteriores da França. Para Ferdinand Denis, pai, constam as datas de 1801 a 1815. Para o filho, há a indicação “s.d.”, ou seja, sem data. Para Denis, filho, portanto, não consta nenhum documento oficial de trabalho junto ao Ministério, nem data de seu serviço, o que reforça a tese de um trabalho sem ligação contratual. Para Denis, pai, em contrapartida, há seis documentos catalogados. Solicitamos o acesso a esses documentos e, em nossa estada na França em janeiro de 2017, fomos à Bibliothèque du Centre des Archives Diplomatiques de La Courneuve e procedemos à leitura desses documentos *in loco*. De fato, há duas cartas de Ferdinand Denis, pai, endereçadas ao ministro das Relações Exteriores da França, nas quais ele solicita expressamente uma colocação para o filho. Vale lembrar que Denis, pai, era um pequeno funcionário dos serviços diplomáticos, atuando como tradutor e sem grande poder de demanda. Ferdinand Denis, como apreendemos por sua correspondência, sobreviverá no Brasil por seus próprios meios. Ele se aproximará de um comerciante bretão de origem flamenga, estabelecido em Nantes, Louis-François de Tollenare, com quem manterá um contato próximo, utilizando seus manuscritos sobre o Brasil para a escrita de *Le Brésil*.

Quanto aos demais nomes identificados até o momento, e são muitos, há duas situações que se concretizam: ou não encontramos nenhuma informação relevante para o objetivo de nosso projeto, ou não encontramos nenhuma informação nos acervos consultados. Essa segunda situação indica que as pessoas citadas faziam parte de um círculo de amizades, relações ou familiares, e que não tinham nenhuma atuação particularmente consequente no meio letrado ou a ele relacionado. Deixamo-los, portanto, de lado, a partir desse ponto da pesquisa.

No que concerne às representações do Brasil e de sua cultura, nosso intuito foi o de verificar se há divergências na forma de defini-las num espaço literário como é o do gênero epistolar e no espaço literário das obras teóricas, e a possibilidade de, em se constatando essas divergências, realizarmos uma leitura interpretativa para essa postura intelectual por parte de Ferdinand Denis. Constatamos as diferentes formas de representação do herói em textos de grandes autores brasileiro

e franceses: *Les Aventures du Dernier Abencérage* (1821), de François-René de Chateaubriand, *Les Machakalis* (1824), de Ferdinand Denis, e *O Guarani* (1857), de José de Alencar. E destacamos a importância da configuração do herói nesses textos que tratam da formação da identidade nacional em momentos históricos de grande relevância para a história brasileira e europeia.

No caso do texto de Ferdinand Denis, a definição desse herói como um porta-voz das relações entre indígenas e europeus (portugueses) e da construção de uma imagem profundamente negativa do índio em relação a sua cultura e identidade. Aqui, podemos estabelecer pontes entre a estrutura da novela de Denis e os romances indianistas de José de Alencar. O romancista cearense leu a obra de Ferdinand Denis e se inspirou claramente em *Les Machakalis* para a elaboração da trama, em particular, de *O Guarani* (1957). Dessa forma, o projeto apresenta os resultados dessa parte de nosso estudo no estágio de residência em pesquisa junto à BBM-USP, destacando o uso das obras de seu acervo e as consequências para a definição de uma identidade nacional brasileira de um herói que rejeita sua identidade americana, supervalorizando a identidade europeia. Em *Les Machakalis* também podemos encontrar uma interessantíssima discussão, já no século XIX, da relação destruidora entre portugueses, natureza e patrimônio cultural nativo, o que pode ser lido como um forte prenúncio dos preceitos do Realismo em Ferdinand Denis. Todos esses aspectos presentes na obra não foram identificados anteriormente, devido, sobretudo, a nosso ver, ao desconhecimento em relação ao personagem histórico, ao autor e ao ator das relações franco-brasileiras que é Ferdinand Denis.

*

A pesquisa sobre a obra de Ferdinand Denis abre novas perspectivas a respeito sobretudo das relações França-Brasil e das questões de representação de identidades. A primeira delas é a de colocar em destaque e de iluminar escritos de um dos mais importantes personagens ligado à nossa formação cultural e à nossa definição como nação. Ferdinand Denis é o responsável pela acolhida dos jovens românticos do chamado Grupo de Paris, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco Torres Homem e Manoel de Araújo Porto-Alegre, na França. Os três rapazes foram enviados a Paris para realizarem seus estudos e também como adidos da delegação brasileira na França. Ali, entraram em contato com Ferdinand Denis, Eugène de Monglave e outros franceses que construíram uma rede que lhes propiciou a divulgação

Au Ministre Des relations extérieures

Citoyen Ministre

Citoyen Joseph André Denis, homme des lettres,
marié et père de famille, à qui vous avez déjà donné des
marques de votre bienveillance, en le faisant nommer
l'un des interprètes jurés près le Consulat des Princes
Maritimes, vous prie de lui accorder la place de
traducteur vacante dans la Division des Relations
Commerciales, pour le mort du Citoyen Ignace Lalonde.

Le Citoyen Denis entend très bien l'Anglais, l'Italien,
l'Espagnol et le Portugais. La langue allemande ne
lui est pas tout à fait aussi familière; mais il est en
état de les traduire avec assez de facilité. De plus il a
quelques notions du Hollandais, du Suédois, du Danois
et même du grec Moderne et des Polonais.

Plusieurs chefs et sous-chefs des différentes divisions
de votre Ministère, dont il est connu de près long-temps,
peuvent vous rendre en compte avantageusement de
ses qualités morales. Il espère, Citoyen Ministre, que
vous voudrez bien accueillir sa demande et agréer
l'assurance de son respect.

J. A. Denis interprète juré près le
Consulat des Princes Maritimes, rue de Vaugoussier
n° 731.

Carta de Ferdinand Denis, pai,
ao Ministro das Relações Exteriores.

LE BRÉSIL,

OU

HISTOIRE, MOËURS,

USAGES ET COUTUMES

DES HABITANS DE CE ROYAUME;

PAR M. HIPPOLYTE TAUNAY,

Correspondant du Muséum d'histoire naturelle de Paris,

ET M. FERDINAND DENIS,

Membre de l'Athénée des sciences, lettres et arts de Paris.

Ouvrage orné de nombreuses gravures d'après les
dessins faits dans le pays par M. H. Taunay.

TOME TROISIÈME.

PARIS,

NEPVEU, PASSAGE DES PANORAMAS, N° 26.

1822.

DENIS, Ferdinand et TAUNAY, Hippolyte.

Le Brésil, ou Histoire, Mœurs,
Usages et Coutumes des Habitants
de ce Royaume. 1822, folha de rosto.

das letras brasileiras, da jovem nação independente e da revista *Nittheroy*. Publicada em 1836, em Paris, a *Nittheroy* explicita, num dos textos que a compõem, o conhecido “Manifesto Romântico” de Gonçalves de Magalhães, a adoção dos parâmetros franceses de fazer cultural. Foi através de Ferdinand Denis que o Brasil pôde apresentar-se ao cenário europeu e estabelecer laços com a intelectualidade francesa.

Trabalhar com os escritos de Ferdinand Denis traz à luz o olhar de um viajante que – diferentemente de tantos outros que, é certo, tematizaram o Brasil e a cultura brasileira, divulgando nossa identidade, mas sem dialogar conosco – colocou-nos no centro de suas atenções, produzindo nossa primeira história literária. Na novela *Les Machakalis*, Ferdinand Denis dá um primeiro exemplo de como abandonar o modelo europeu, os *topoi* da cultura clássica, para, de fato, escrevermos uma literatura que fosse nossa, que nos tematizasse.

Dedicar um projeto de pesquisa aos escritos de Ferdinand Denis, sobretudo a *Lettres Familières et Fragments du Journal Intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*, constitui um ato inovador e de valorização de uma obra que, apesar de pouco conhecida, revela o projeto de divulgação do Brasil e de sua cultura num momento extremamente importante para nós, o período pós-Independência e, portanto, de afirmação de nossa identidade e de nossa autonomia política e cultural. ●

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *O Tempo na História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- BARBUY, Heloísa. *A Cidade-Exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo, Edusp, 2006.
- BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Recolhas de Contos da Tradição Oral*. Campinas, IEL-Unicamp, 1995. Dissertação de Mestrado.
- _____. *Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001.
- _____. *Nittheroy: Revista Brasiliense – Ciências, Letras e Artes*. Edição fac-símile acompanhada de textos críticos. Coimbra, MinervaCoimbra, 2006.
- _____. *Os Nacionalismos na Literatura do Século xx: Os Indivíduos em Face das Nações*. Coimbra, MinervaCoimbra, 2010.
- BARMAN, Roderick J. *The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford, Stanford University Press, 1988.
- BIBLIOTECA NACIONAL. “Correspondência Passiva de Antonio Gonçalves Dias”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 91. Rio de Janeiro, 1971.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1981.
- _____. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Ideologia e Contra-Ideologia: Temas e Variações*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- BOURDON, Léon (org.). *Lettres Familières et Fragments du Journal Intime de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1957.
- _____. “Un Français au Brésil à la Veille de l’Indépendance: Louis-François de Tollenare (1816-1818)”. *Caravelle*, n. 1, pp. 29-49. 1963.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia, 1993.
- _____. “Letras e Ideias no Período Colonial”. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Companhia

- Editora Nacional, 1985, pp. 89-107.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *L'Historiographie*. Paris, PUF, 1981
- CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios Culturais entre França e Brasil*. Campinas, Papyrus, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- COLI, Jorge. *O Corpo da Liberdade. Reflexões sobre a Pintura do Século XIX*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.
- DAHER, Andrea. *Les Singularités de la France Équinoxiale. Histoire de la Mission des Frères Capucins au Brésil (1612-1615)*. Paris, Honoré Champion, 2002.
- DANTAS, Luiz. "Letras Brasileiras na Revue des Deux Mondes". In: NITRINI, Sandra (org.). *Aquém e Além Mar – Relações Culturais: Brasil e França*. São Paulo, Hucitec, 2000, pp. 133-147.
- DANTES, Maria Amélia M.; HAMBURGUER, Amélia & PETITJEAN, Patrick (org.). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp, 1996.
- DARNTON, Robert. *Edition et Sédition: l'Univers de la Littérature Clandestine au XVIII^e Siècle*. Paris, Gallimard, 1991.
- _____. *Bohème Littéraire et Révolution. Le Monde des Livres au XVIII^e Siècle*. Paris, Gallimard, 1987.
- _____. *Pour les Lumières: Défense, Illustration et Méthode*. Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 2002.
- DENIS, Ferdinand. *Scènes de la Nature sous les Tropiques et de leur Influence sur la Poésie, Suivies de Camoes et José Indio*. Paris, Lecointe et Durey Libraires, 1824.
- _____. *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal Suivi du Résumé de l'Histoire du Brésil*. Paris, Lecointe et Durey Libraires, 1826
- DENIS, Ferdinand & TAUNAY, Hippolyte. *Le Brésil, ou l'Histoire des Moeurs, Usages et Coutumes des Habitants de ce Royaume*. Paris, Nepveu, 1822, 6 vols.
- DIAS, Antonio Gonçalves. "Reflexões Acerca da Memória do Ilustre Membro Dr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva". *Revista do IHGB*, pp. 289-334. 1855.
- _____. "Cartas de Gonçalves Dias a D. Pedro II". In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. xi. Rio de Janeiro, 1950, pp. 223-269.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A Interiorização da Metrópole". In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 160-184.
- ENDERS, Armelle. *Nouvelle Histoire du Brésil*. Paris, Chandeigne, 2008.
- EVEN, Pascal. *Guide des Sources de l'Histoire du Brésil aux Archives du Ministère Français des Affaires Étrangères*. Paris, Publications de l'Inha, 1987.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. "Os Brasileiros no Instituto Histórico de Paris". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 266, pp. 68-148, jan.-mar. 1965.
- _____. "Monglave e o Instituto Histórico de Paris". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 2, pp. 43-53. 1967.
- FLORENCE, Hercule. *A la Découverte de l'Amazonie: les Carnets du Naturaliste Hercule Florence – Voyage Fluviale du Tiete à l'Amazone*. Paris, Gallimard, 1992.
- GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. "Manuel de Araújo Porto-Alegre". *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. xxxii, ano xxi, pp. 177-203. 1930.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de uma História Nacional". *Revista Estudos Históricos*, n. 1, pp. 5-27. 1988.
- _____. "De Paris ao Rio de Janeiro: A Institucionalização da Escrita da História". *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, pp. 135-143. 1989.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- HAZARD, Paul. "As Origens do Romantismo no Brasil". *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. xxv, pp. 24-45. Edição do Anuário do Brasil, 1927.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- _____. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- _____. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. São Paulo, Difel, 1985, tomo II, vol. 2.
- JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003.
- LABORIE, Jean-Claude. *La Mission Jésuite du Brésil: Lettres et Autres Documents (1549-1570)*. Paris, Editions Chandeigne, 1998.
- LANGSDORFF, Georg Heinrich Von. *Os Diários de Langsdorff*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996-1998, 3 vols.
- LEENHARDT, Jacques. *A Construção Francesa do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2008.
- _____. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Arles, Imprimerie Nationale Éditions, 2014, vol. 1.
- LE GOFF, Jacques. *Histoire et Mémoire*. Paris, Gallimard, 1988.
- LESTRINGANT, Frank. *Le Brésil d'André Thevet: les Singularités de la France Antarctique (1557)*. Paris, Editions Chandeigne, 1997.
- _____. *Jean de Léry ou l'Invention du Sauvage: Essai sur l'Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil-1578*. Paris, Honoré Champion, 2005.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.
- _____. *A Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Os Índigenas Perante a História". *Revista do ihgb*, pp. 3-66. 1860.
- _____. *Confederação dos Tamoyos*. Coimbra, Impr. Literaria, 1864.
- MARTINS, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea. José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina/São Paulo, Eduel/Edusp, 2005.
- _____. "A Retórica do Romantismo". In: OLIVEIRA, Paulo Motta. *Figurações do Oitocentos*. Cotia, Ateliê Editorial, 2008, pp. 223-238.
- MARTIUS, Carlos Frederico Von. "Como se Deve Escrever a História do Brasil". *Revista do IHGB*, tomo 45, vol. 64, pp. 381-403. 1844.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e Herdeiros: A Trama dos Interesses na Construção da Unidade Política". In: JANCSÓ, István. *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: Uma História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MOISÉS, Leyla Perrone. "Galofilia e Galofobia na Cultura Brasileira". *Vira e Mexe, Nacionalismo: Paradoxos do Nacionalismo Literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 50-80.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A Revolução Francesa (1789-1799)*. São Paulo, Ática, 1989.
- MUCHEMBLED, Robert. *Culture Populaire et Culture des Élités dans la France Moderne (XV^e-XVIII^e Siècle)*. Paris, Flammarion, 1978.
- NAVES, Rodrigo. "Debret, o Neoclassicismo e a Escravidão". *A Forma Difícil*. São Paulo, Ática, 2001, pp. 41-129.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire. La République*. Paris, Gallimard, 1984.
- _____. *Les Lieux de Mémoire. La Nation*. Paris, Gallimard, 1986.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *De um Império a Outro: Estudos sobre a Formação do Brasil – Séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Aderaldo & Rothschild/Fapesp, 2007.
- _____. *Soberania e Conflito. Configurações do Estado Nacional no Brasil do Século XIX*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2010.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. "França Antártica – Bosquejo Histórico do Estabelecimento dos Franceses no Rio de Janeiro e Sua Expulsão no Século XVI e das Novas Invasões no XVII". *Revista do IHGB*, pp. 3-113. 1859.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. "Discurso do Orador da Sessão Pública Aniversária do IHGB de 15 de Dezembro de 1855". *Revista do IHGB*. 1855.
- REMOND, René. *Pour une Histoire Politique*. Paris, Editions du Seuil, 1988.
- RENAN, Ernest. *Les Académies de l'Histoire*. Paris, PUF, 1988.
- _____. *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris, Editions Mille et une Nuits, novembre 1997.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

- _____. *Sete Lições sobre a Interpretação do Brasil*. São Paulo, Alameda, 2007.
- RIVAS, Pierre. *Encontro entre Literaturas: França-Portugal-Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1995.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: A Fundação de uma Literatura Nacional*. Rio de Janeiro, Edições Siciliano, 1991.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.
- _____. *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial: Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros e o Projeto de uma História Nacional*. São Paulo, Idesp, 1989.
- _____. “Romantismo Tropical: Enfim um Belo Casamento entre as Artes e o Mecenas do Estado”. *Cadernos CERU*, pp. 9-28. 1998.
- _____. *O Império em Procissão: Ritos e Símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.
- _____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- _____. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as Desventuras dos Artistas Franceses na Corte de D. João*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- _____. “O Museu do Imperador: Quando Coleccionar é Representar a Nação”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 46, pp. 123-164. 2008.
- SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1991.
- _____. *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1992.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. “Memória Histórica e Documentada das Aldeias dos Índios do Rio de Janeiro”. *Revista do IHGB*, pp. 109-206. 1854.
- _____. “Refutação às Reflexões do Digno Membro Dr. Antônio Gonçalves Dias”. *Revista do IHGB*, pp. 335-405. 1855.
- SQUEFF, Leticia. *Uma Galeria Para o Império: A “Coleção de Quadros Nacionais Formando a Escola Brasileira”*. São Paulo, FAU-USP, 2005. Tese de Doutorado.
- _____. *O Brasil nas Letras de um Pintor: Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- TAUNAY, Affonso. *A Missão Artística de 1816*. Brasília, Editora UnB, 1993.
- TAUNAY, Aimé-Adrien. *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. Rio de Janeiro, Edições Alumentamento, 1988, 3 vols.
- TAUNAY, Charles-Auguste. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Org. por Rafael Marquese. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- THIESSE, Anne-Marie. *La Création des Identités Nationales. Europe: XVIII^e-XX^e Siècle*. Paris, Editions du Seuil, 2001.
- TREECE, David. *Exilados, Aliados e Rebeldes: O Movimento Indianista, a Política Indigenista e o Estado-Nação Imperial*. São Paulo, Nankin/Edusp, 2008.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “História da Independência do Brasil”. *Revista do IHGB*, tomo 79, vol. 133, pp. 7-598. 1916.
- _____. *História Geral do Brasil Antes de Sua Separação e Independência de Portugal*. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. 5a edição integral. São Paulo, Melhoramentos, 1956.
- _____. *Correspondência Ativa*. Coligida e anotada por Cláudio Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro, INL, 1961.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo, Edusp, 1995.

SITES CONSULTADOS

- <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/archives-diplomatiques/s-orienter-dans-les-fonds-et-collections/fonds-et-collections-d-archives/article/portail-de-rechercher-et>
- http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/Rio_de_Janeiro.pdf

<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/Bresil.pdf>

http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/mn_266qo_persser1rel_cle0129ae.pdf



FREI AGOSTINHO DE JESUS (c. 1600/10-1661)

UM ARTISTA BENEDITINO
NA FRONTEIRA ENTRE DOIS MUNDOS –
A AMÉRICA PORTUGUESA E ESPANHOLA

Rafael Schunk

RESUMO No planalto de Piratininga, São Paulo, Brasil, as pioneiras relações sociais estabelecidas por meio de laços matrimoniais entre tupis e portugueses foram de encontro à secular sociedade paraguaia formada por espanhóis e guaranis, gerando uma mescla de culturas que resultaram na ideia de sertão: local onde a miscigenação e liberdade fugiram de tratados ibéricos e controles metropolitanos. Pelos velhos caminhos indígenas *peabirus*, os bandeirantes paulistas avançaram no interior do continente em busca de riquezas, levando consigo suas experiências e retornando com a prata de Potosí e mão de obra missioneira. No meio do caminho estava Santana de Parnaíba e a arte do primeiro grande artista brasileiro: frei Agostinho de Jesus. Residindo no Mosteiro dos Beneditinos dessa localidade, a partir de 1643 transforma o panorama cultural do Brasil, um significativo momento das artes plásticas nacionais. Em Parnaíba, o mestre encontrou uma sociedade original, miscigenada, criando obras-primas, testemunhos da arte sacra paulista, berço da identidade nacional.

FREI AGOSTINHO DE JESUS •
BERÇO DA ARTE BRASILEIRA
• ESCULTURA.

FRIAR AGOSTINHO DE JESUS (C. 1600/10-1661). A BENEDICTINE ARTIST ON THE BORDER BETWEEN TWO WORLDS – THE PORTUGUESE AND SPANISH AMERICA

ABSTRACT At the Piratininga plateau, São Paulo, Brazil, the first social relationships have been born through marriages between Tupis and Portuguese. The opposite of the secular Paraguayan society, made up of Spanish and Guarani. These relationships, turned into a mix of cultures resulting in an idea of backwoods: miscegenation and freedom, ran away from Iberic control. The pioneers from São Paulo, “paulistas”, used the old indigenous ways, looking for wealth. They returned to the silver of Potosi, bringing their experience and missionary labor. Through the middle of the way, in Santana de Parnaíba, was friar Agostinho de Jesus, the first, and most important Brazilian artist. From 1643, friar Agostinho living with the Benedictines transformed the culture of Brazil, into a significant moment of national art. In Parnaíba, the master found an original and mixed society, creating masterpieces, standarts of sacred art in São Paulo, birth of national identity.

FRIAR AGOSTINHO DE JESUS •
BIRTH OF BRAZILIAN ART
• SCULPTURE.

SOBRE O AUTOR

Rafael Schunk é graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e mestre em Artes Visuais, pela Unesp. Atua como pesquisador do Barroco brasileiro e cultura colonial e é autor de vários artigos na área. É técnico em seguros de obras de arte, crítico, curador e organizador de exposições artísticas, colecionador de arte barroca e artista plástico.

Em 1580 ocorre a unificação das coroas ibéricas (Portugal e Espanha) por questões de sucessões dinásticas. Após o desaparecimento de Dom Sebastião, monarca luso, nas batalhas do Alcácer-Quibir no norte da África, Filipe II da Espanha torna-se soberano de dois impérios. A ascensão dos reis filipinos duraria até 1640, sob a condição de não haver fusão de reinos, evoluindo separadamente, mas dirigidos por um único líder, administrador de duas coroas e suas respectivas colônias. Esse período favorece o surgimento de numerosos povoados no planalto paulista e a expansão de rotas comerciais até a bacia platina (Argentina e Paraguai). Nos primeiros anos, São Paulo recebeu numerosos espanhóis, fenômeno resultante da unificação ibérica e da série de navegações que passavam por São Vicente com destino ao Rio da Prata. Todos se tornaram súditos de um único rei. A mistura de sangue castelhano resultou, segundo os historiadores, na gravidade e reserva reinante entre os primeiros paulistas, povo bilíngue e bastante diferenciado dos demais brasileiros, contendo sotaque especial e característico, de falar pausado e mentalidade muito particular. O tupi era uma das línguas mais faladas no planalto do século XVII, junto com o português e o espanhol.

Um exemplo da influência gaúcha ou quíchua seria a palavra “garoa”, proveniente do espanhol, *garúa*, ou o uso do poncho como elemento importante na indumentária paulista até fins do século XIX¹.

Após a elevação de São Paulo à condição de vila (1560), seguida por Mogi das Cruzes (1611), o povoado de Santana de Parnaíba conquistou autonomia política em 1625, fato que permitiu deter as principais rotas comerciais que interligavam a Capitania de São Vicente até os aldeamentos do lado castelhano (América Espanhola), de Assunção a Potosí.

A história de Santana de Parnaíba, SP, umas das mais importantes vilas paulistas do século XVII, foi permeada de acontecimentos significativos para a memória nacional. Encravada em um ponto estratégico, próxima da grande Cachoeira do Inferno, na margem esquerda do Rio Tietê, distante 35 km a oeste de Piratininga, relacionava-se diretamente com a instalação e defesa do planalto, local de saída e chegada das bandeiras pelas imprecisas fronteiras delimitadas no Tratado de Tordesilhas (1494). Parnaíba foi fundada em 1580 pela matriarca Suzana Dias (filha de Lopo Dias, neta do cacique Tibiriçá, sobrinha de João Ramalho e viúva do vereador da câmara de São Paulo, Manuel Fernandes Ramos) e seu filho André Fernandes, constituindo-se uma das primeiras povoações brasileiras a se erguer sem muros ou obstáculos, agregando em seu universo mestiço um extenso conjunto de diferentes etnias: mamelucos, espanhóis, cristãos-novos (mouros e judeus), índios e portugueses, compondo um momento singular no processo de ocupação da América Portuguesa. Cresceu com a descoberta de ouro e metais preciosos na Serra do Voturuna, transformando-se em um dos maiores núcleos bandeiristas e dominando as principais rotas de penetração do interior brasileiro. Em poucas décadas essa localidade foi convertida em “capital dos viajantes e aventureiros, sede do mundo bandeirante familiar, berço da arte colonial brasileira” e aclamada como “a vila que fundou nosso país”, absorvendo riquezas conquistadas em um vasto território continental e que faziam uma circunferência a partir do sul do Brasil, passando por Buenos Aires, Paraguai e findando-se na região amazônica. Naquela época, a cidade mais próxima de Santana de Parnaíba, na direção oeste, era Assunção, no Paraguai, e tudo era sertão; terras posteriormente desbravadas por sertanistas parnaibanos, personagens fundamentais nas delimitações das futuras fronteiras do país.

Suzana Dias, importante matrona paulista, conviveu com personalidades da vida quinhentista. Na infância conheceu o padre José de

1. Aracy Abreu Amaral, *A Hispanidade em São Paulo: Da Casa Rural à Capela de Santo Antônio*, p. 17.

Anchieta, que tornou-se um dos seus confessores. A fé cristã em Parnaíba faria dessa vila um centro religioso de intensa atividade artística e cultural. Suzana Dias depôs a favor das virtudes de Anchieta em um processo de 1621-1622. Breve, seu testemunho foi preciso: conheceu muito bem o padre Anchieta e o teve por diretor espiritual, abrindo-lhe toda a consciência. Conhecia-o desde antes do sacerdócio e narra o seguinte – que deve referir-se ao ano de 1560, quando novamente se encontram em Piratininga os padres Luiz de Grã e Manuel da Nóbrega:

Sendo eu menina de poucos anos e indo à Igreja desta Vila de São Paulo, ouvi muitas vezes aos Padres Luiz de Grã e Manuel da Nóbrega, outrora provinciais, que o Irmão José era santo e, contando alguns sonhos do irmão, afirmavam que eram revelações e que ele os dissimulava, dizendo que eram sonhos. [...] sendo eu de 12 anos (1564) e estando enferma, desejei morrer consagrando a Deus minha virgindade, mas o Padre José sem que a ninguém eu o dissesse me falou nesse assunto que só podia saber através de uma revelação. Não fiz o voto².

Suzana Dias teve dezessete filhos do primeiro casamento e enteados do segundo marido (esse, por sua vez, se mudou com seus descendentes para a casa da mulher, como faziam tradicionalmente os mamelucos e tupis), alguns deles se tornaram fundadores de cidades Brasil afora. Seu prestígio é uma exceção ao estado de subserviência ao qual as mulheres estavam submetidas no panorama colonial, demonstrando como foram originais as maneiras com que os paulistas se relacionaram. Afinal, com idas e vindas dos homens pelo sertão, eram as matriarcas paulistas que cuidavam dos filhos, administrando conflitos, propriedades, questões cotidianas e até defendendo o território.

Segundo o olhar de diversos historiadores, as perspectivas econômicas de Parnaíba receberam um caráter político a partir da ação de um aventureiro: Fernão Vieira Tavares. Emigrado para São Paulo em 1620, trazia uma carta do marquês de Cascais, Pero Lopes de Sousa, nomeando-o capitão-mor de São Vicente. Além do título, por muitos considerado de origem duvidosa, Tavares tinha dinheiro suficiente para arrastar, por longos anos, disputas judiciais e políticas ao redor das atribuições inerentes ao cargo confiado. Como representante do herdeiro da devoluta Capitania de Santo Amaro (1534), vizinha dos

2. Hélio Abranches Viotti, *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*, p. 133, apud Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *História de Santana de Parnaíba*, p. 38.

vicentinos, Fernão Vieira Tavares receberia vários poderes, distribuindo títulos da terra em subconcessão do território original feito pelo rei, nomeando ouvidores, presidindo eleições nas vilas, criando novos povoados, nomeando tabeliães, forças militares, recolhendo impostos e repassando um percentual ao donatário. No momento em que Tavares iniciou sua empreitada, a administração de São Vicente estava nas mãos do governador Martim de Sá (sobrinho-neto do fundador do Rio de Janeiro, Mem de Sá), nomeado pela condessa de Vimieiros, que era herdeira de Martim Afonso de Sousa e da capitania vicentina. Tradicionalmente, a família Sá liderava os negócios mais significativos do sul brasileiro, como tráfico de escravos enviados da África até a Argentina, acolhida de castelhanos e repasse de matérias-primas para a América Espanhola. Com tantos laços políticos e sociais, Martim de Sá não estava exatamente propenso a aceitar que um forasteiro usurpasse parte da capitania, dividindo autoridades administrativas coloniais. Mas a marcha de Fernão Vieira Tavares prosperou. Após ir a Salvador e convencer o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado a assinar sua nomeação, retornou com a documentação para São Vicente e foi empossado, dentre outros cargos, como ouvidor real. Chamou diversas testemunhas, quatro pilotos e seu filho, o jovem Antônio Raposo Tavares, e partiu para um ponto na praia em direção a um pequeno penedo aflorado a poucos metros da areia, fixando um padrão que marcaria o limite sul da nova Capitania de Santo Amaro. Os protestos do representante da condessa de Vimieiros foram inúteis. No final da cerimônia, toda uma fatia do território paulista mudava de donatário e destinos políticos. Essa posse, ou usurpação, pelos herdeiros de Pero Lopes de Sousa acarretou o desmembramento da ilha onde estavam situadas as vilas de São Vicente e Santos, como também “rachou” todo o sertão interior, compreendendo as povoações acima da Serra de Paranapiacaba e São Paulo de Piratininga. O objetivo maior dos senhores de Monsanto e Cascaes era tomar posse da vila de São Paulo e fazer dela a sede da sua capitania, transformando-a num local de onde irradiariam as rotas comerciais até a bacia do Rio da Prata. Logo depois da tomada do território, Fernão Vieira Tavares faleceu; contudo, uma das primeiras providências de seu sucessor no cargo de representante do conde de Monsanto, Álvares Pires de Castro, foi ditar uma provisão convertendo o arraial de Suzana Dias na Vila de Santana de Parnaíba, em 14 de novembro de 1625. No local, houve celebrações com direito a *Te Deum* (cerimônia de louvação a Deus), na Vila de Piratininga ecoaram protestos; mas um fato venceu: após 71 anos da fundação da Vila de São Paulo, a ocupação portuguesa marchava em direção a oeste,

sentido fronteira espanhola, organizada por uma força política bandeirante contrária às centralizações³.

André Fernandes (filho de Suzana Dias e fundador de Santana de Parnaíba) se casa com dona Antônia de Oliveira em data imprecisa, vinculando-se à família de Jerônimo Leitão e dos Mendes, ambas de cristãos-novos. Ângela, uma das irmãs de André Fernandes, também se vincula a esse clã. As uniões da família Fernandes comprovam a enorme infiltração da seiva hebraica no corpo étnico dessa capitania. Embora não declarada por monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo em sua *História de Santana de Parnaíba* (1971), a origem moura e judaica da cidade foi evidente nas uniões matrimoniais entre portugueses, índios e cristãos-novos, características preservadas na arquitetura bandeirista. Entre uma e outra fachada, as bandeiras vazadas e os vestígios de muxarabis (treliçados e balcões mouriscos protegidos em toda altura da janela por uma grade de madeira, “onde se pode ver sem ser visto”) indicavam as origens e preferências secretas dos antigos moradores.

A família dos Fernandes, povoadores instalados em Santana de Parnaíba, engajou-se em diversas aventuras no território missioneiro do Guairá (Paraná), Itatim (Mato Grosso) e Tape (Rio Grande do Sul). André Fernandes foi capitão de grandes bandeiras e participou de quase todas as expedições contra as missões jesuíticas no sul do Brasil. Era sócio do bandeirante Antônio Raposo Tavares, dono de uma fazenda em Quitaúna, região vizinha a Parnaíba, hoje município de Osasco, SP. Devemos a Santana de Parnaíba a ideia de expansão territorial do Brasil. Desafiando o Tratado de Tordesilhas, os bandeirantes parnaibanos foram fundando povoados ao longo de suas expedições. Em bandeiras de reconhecimento por imensos territórios, garantiram as futuras fronteiras do país. Venerados como heróis por antigos historiadores, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Affonso d’Escagnolle de Taunay (1876-1958), hoje os bandeirantes são recolocados, muitas vezes, como bandidos e saqueadores, reforçando as visões que os jesuítas tinham a respeito dos mamelucos do planalto. Sob vários pontos de vista, esses sertanistas foram homens de uma época e devem ser estudados no seu contexto histórico. Em princípio, destruíram as missões jesuíticas espanholas localizadas na antiga Província do Guairá, garantindo a defesa de um território posteriormente explorado no Paraná, Mato Grosso e Goiás. O que prevaleceu foram as fronteiras naturais da América do Sul, defendidas contra ameaças. Os grandes rios da Amazônia, bacia platina

3. Benedito Calixto, *Capitanias Paulistas*, p. 306, *apud* Jorge Caldeira, *O Banqueiro do Sertão*, vol. 1, pp. 307-308.

e Cataratas do Iguaçu definiram os limites de um território reivindicado e conquistado à força pelos paulistas, sobrepondo-se aos tratados convencionados pelas coroas ibéricas.

Na Parnaíba colonial, além dos sertanistas dedicados ao apresamento indígena, coexistiram outros tipos de bandeirantes ligados à busca de ouro e conquista dos territórios das minas de Cuiabá e Goiás. Tratava-se dos Bueno da Silva apelidados de “Anhanguera”: Bartolomeu pai, filho e neto. Segundo antiga tradição oral resgatada pelo poeta Paulo Bonfim, embora não exista documentação comprobatória, uma casa bandeirista do século XVII sem alpendre teria pertencido a essa família, considerado único exemplar urbano que chegou aos dias atuais. Esse imóvel localizado ao lado da Igreja Matriz de Parnaíba foi convertido em museu histórico, pedagógico e artístico da cidade. As últimas residências urbanas do período bandeirista, exemplares únicos desse ciclo econômico no Brasil, concentram-se no centro histórico de Santana de Parnaíba. Embora reformadas no decorrer dos tempos, suas treliças, balcões, almofadas, cachorros e sótãos pouco diferem em aspectos construtivos das casas rurais alpendradas. Essas moradas paulistas eram compostas por batentes de canela-preta nas fachadas, janelas com muxarabis e conversadeiras, contrastando com as grossas paredes de taipa caiadas de branco e cobertas por telhas capa e canal. Apresentando ruas coloniais irregulares e visão privilegiada sobre o Vale do Tietê, Santana de Parnaíba conserva o mais extenso e importante conjunto cultural do período bandeirista no Brasil.

O porto de Maracaju (hoje sul de Mato Grosso), a Ciudad Real del Guairá (1554) – situada originalmente na margem do Rio Paraná, cerca de três léguas acima do Salto das Sete Quedas – e Vila Rica do Espírito Santo (1570) – último arraial castelhano, erguido no vale do Rio Ivaí antes de se alcançar a então vila portuguesa de Santana de Parnaíba – compunham uma extensa rede de povoados surgidos no meio da selva e pertencentes, no início do século XVII, à Coroa da Espanha. Naquela época, as terras do Estado do Mato Grosso e do Paraná encontravam-se sob domínio de Castela e agregavam comunidades que dependiam basicamente do comércio que mantinham com as missões jesuíticas paraguaias. Os sertanistas de Piratininga e Parnaíba, entre uma e outra incursão, invadiam o espaço da América Espanhola, ignorando as proibições régias encontradas, por exemplo, nas atas da Câmara da Vila de São Paulo, como na sessão de 22 de agosto de 1615⁴. Por sua vez,

4. *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, 1915, vol. 2, p. 368.

os castelhanos avançavam cada vez mais em território sob atuação dos paulistas, descendo seu gentio, roças e criações, preocupando a governança de Piratininga.

Conforme o relato do historiador Don Bartolomé Arzáns de Orsúa y Vela, escritor da história no lado castelhano da América do Sul, em um anoitecer de março em 1545, o pastor de lhamas, conhecido como Hualca, viu-se obrigado a pernoitar no local onde seu rebanho havia guiado, próximo a um alagadiço, abaixo de uma montanha em forma de pão de açúcar. Não se tratava de local agradável, mas dormir ao relento na Cordilheira dos Andes – terra estéril varrida por ventos gelados – resultaria em risco de vida. O índio recolheu palha e quebrando os galhos das árvores atirou fogo até render-se ao sono. Acordando pela manhã seguinte, observou que o calor havia derretido prata, que aflorava na terra corrida em riquíssimos fios. Passados seis meses da descoberta, esse lugar isolado recebia forasteiros suficientes para fundar a Cidade Imperial de Potosí, em 4 de dezembro de 1545.

Localizada no antigo vice-reinado do Peru, em terras da atual Bolívia, a fama e riqueza da cidade da prata atraíam aventureiros de todos os continentes, inclusive bandeirantes oriundos de Santana de Parnaíba e São Paulo de Piratininga. Os veios do metal eram extensos, provocando fama e cobiça. Em um senso promovido pelo vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, no ano de 1573, viu-se 120 mil pessoas apinhadas entorno do cerro, tornando-se um dos locais mais populosos do mundo naquela época. Algumas poucas cidades, como Paris (cerca de duzentos mil habitantes), reuniam mais pessoas que aquele centro minerador.

Os toscos pesos de prata espanhóis, cunhados na casa da moeda de Potosí, sustentavam o governo metropolitano, pagavam o comércio indiano e, praticamente, eram o único bem que os chineses aceitavam para trocas comerciais, uma vez que julgavam os objetos ocidentais inferiores. Foi outrora a moeda de maior circulação na Península Ibérica e no mundo. Além de enfrentar os rigores do clima, os garimpeiros trabalhavam em condições desfavoráveis, convivendo com a morte, acidentes, fome e nevascas. As crianças não frutificavam e cada um se esquentava na medida do possível. Os povos da montanha introduziram nos ocidentais o uso do chá e folhas mascadas de coca como complemento da *chica* (fermentado de milho típico), somando-se aos destilados europeus. As pessoas se divertiam esfaqueando-se. Com tantos pontos ruins na vida local, não faltaram pessoas interessadas em fazer fortuna. Aos poucos, a venda de mercadorias aos pródigos mineradores se tornou um comércio rentável e a feira de Potosí ficou conhecida. Gêneros vinham de todos os continentes: sedas de Granada e Calábria,

lãs da Inglaterra, roupas da Holanda, fino linho de Portugal, objetos de aço da Alemanha, papel de Gênova, pinturas e lâminas sagradas de Roma, cristais de Veneza, marfim e pedras preciosas da Índia, diamantes do Ceilão, perfumes da Arábia, especiarias de Goa e Málaca, negros de Angola e Cabo Verde, porcelana da China, pérolas do Panamá e matérias-primas das províncias da Nova Espanha.

Em pouco tempo, a cidade da prata criaria todo um cerimonial para ostentar sua riqueza: as festas públicas barrocas. Nelas não faltavam desfiles de carros alegóricos expondo a moral e os costumes. Uma celebração realizada em 1607 na Vila Imperial de Potosí reuniu algumas dessas alegorias e recebeu a seguinte versão dos historiadores:

[...] entrou na praça uma grande pirâmide, toda esmaltada de várias cores. Atrás dela entrou o grande cerro de Potosí, todo de prata, com muitas listras esmaltadas, e nelas muitos rubis, e ametistas que pareciam os veios; era muito grande e sobrepujava a pirâmide. Em cima do cerro, numa sela de prata dourada, estava um cavaleiro armado de finas e reluzentes armas e sobre elas vestiduras riquíssimas de tela de prata coalhada de pedras preciosas; na destra uma lança e na sinistra um escudo. [...] Quando [o carro] chegou na metade da praça abriu-se a pirâmide por quatro partes, de forma que se pôde ver muito bem o que dentro havia, que eram as sete maravilhas tão celebradas do mundo, sendo uma delas a pirâmide entre as que houve no Egito; estava o sepulcro Máusolo, os muros da Babilônia, o Colosso de Rodes, a estátua de Júpiter, o Templo de Diana, o Ílion ou Alcazar troiano, todas feitas com grandes artifícios de prata dourada e esmaltada. Atrás desta máquina, como já se disse, vinha o grande cerro de Potosí, maravilha do mundo feita não pela mão dos homens, mas pelas do Criador. Em volta do cerro estava o mote que dizia: “Eu sim maravilho o mundo”⁵.

Apenas cinco anos após os espanhóis tomarem conhecimento da rica montanha, os portugueses se concentraram nessa região, garimpando, beneficiando metais, exercendo ofícios em engenhos, carpintaria e principalmente comércio. Em 1575 eram suficientes para batizar uma rua e custear alguns altares da nova catedral, erguidas por várias nações. Na rua Lusitana levantaram um majestoso obelisco de madeiras cedros e pinhos, entalhando altar ricamente adornado com quatro rostos esculpidos representando as figuras da virtude.

5. Bartolomé Arzáns de Orsúa y Vela, *Historia de la Villa Imperial de Potosí*, apud Jorge Caldeira, *O Banqueiro do Sertão*, pp. 48-49.

As relações econômicas e sociais experimentadas na Potosí plateresca alimentaram os sonhos e aventuras dos financiadores das bandeiras paulistas nos Seiscentos, expectativas e ambições apenas saciadas no século XVIII, com o apogeu da cultura mineira em Ouro Preto, MG, nossa metrópole barroca. Ao redor da prata encontramos manifestações culturais similares ocorridas praticamente um século e meio depois nas alegorias da procissão do Triunfo Eucarístico e que representou, de forma simbólica, o ápice da mineração aurífera nacional, inaugurando a matriz de Nossa Senhora do Pilar na antiga Vila Rica de Ouro Preto. O cortejo barroco marcou a transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário dos Pretos para a nova catedral e é considerada a maior festa do período colonial brasileiro, um prelúdio do carnaval. A festividade, realizada em 24 de maio 1733, é aclamada como uma das mais exuberantes ocorridas na América Portuguesa e foi narrada pelo lisboeta Simões Ferreira Machado, que a tudo assistiu, perpetuando-a no livro *Triumpho Eucharístico – Exemplar da Christandade Lusitana*, publicado em 1734. O encontro de personagens “sagrados e pagãos, santos, anjos, ninfas, corpos celestiais, mitos greco-romanos, cavaleiros, São Jorge e a serpente, quatro ventos (norte, sul, leste, oeste), alegorias da fama, realeza, andores, coros e irmandades” foram reunidos em uma triunfal procissão, um *cafarnaum* sacro e profano, que marca o apogeu da cultura barroca brasileira. Ostentações de poder foram comuns entre os povos mineradores e vão anunciando as relações mercantilistas do capitalismo moderno. Até o pouco ouro encontrado no início da colonização paulista foi suficiente para manter certos luxos. Em Iguape, SP, por exemplo, as mulheres mais abastadas costumavam adornar cabelos com ouro em pó, exibindo-os nas festas sociais. E as minas do Jaraguá, situadas a noroeste da atual cidade de São Paulo, dentre as primeiras descobertas no Brasil, tornaram Afonso Sardinha – nosso primeiro grande bandeirante – rico o suficiente para diversificar seus negócios.

Nos últimos momentos do século XVI, um grupo de 105 jesuítas, reunidos em uma congregação em Lima, entre 19 e 27 de dezembro de 1600, tomaram importantes decisões, dentre as quais, enviaram um procurador a Roma pedindo a divisão da área de trabalho. Nessa época, a Província do Peru englobava uma grande região, estendendo pela atual Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e oeste do Brasil. Até 1583, a região do Rio da Prata, Tucumán e Paraguai não havia atraído religiosos, que estavam concentrados em terras peruanas e bem atarefados com o desmonte do governo incaico. As cidadelas pré-colombianas foram transformadas em paróquias administradas pelos padres inicianos. As primeiras missões

jesuíticas surgem a partir dessas decisões e da atuação do governador paraguaio Hernán Arias de Saavedra (conhecido popularmente como Hernandarias), solicitando, em 1603, ao Conselho das Índias e ao rei da Espanha o envio de jesuítas para a região, expandindo a evangelização nativa e promulgando leis que proibiam sua escravidão.

Fundadas por volta de 1609 na antiga Província do Guairá (atual Estado do Paraná), as missões reuniram os nativos em aldeamentos cristãos instalados na principal rota de passagem da prata, beneficiada em Potosí e transportada até o estuário do Rio da Prata (Argentina); local em que o metal era exportado para a Espanha.

Aproveitando os velhos caminhos indígenas, *peabirus* (do tupi “caminho gramado amassado”, antigas estradas abertas por nativos antes da chegada dos europeus), os bandeirantes paulistas avançaram no interior do continente em busca de riquezas, levando consigo suas experiências e retornando com prata peruana e mão de obra missioneira. O *peabiru* não se constituía em uma única via, mas todo um sistema de transportes interligados a partir de Cananea, São Vicente e São Paulo. Em determinado ponto do planalto sul-brasileiro, próximo da atual cidade de Ponta Grossa, PR, essas vias se juntavam, cruzando as nascentes dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, percorrendo a margem direita do Iguaçu até desembocar no Rio Paraná. Depois do Paraná, o *peabiru* levava até o Rio Paraguai e se findava na confluência desse com o Pilcomayo. Muito além de uma mera trilha, o *peabiru* era estrada com aproximadamente oito palmos de largura, rodeada por uma erva que crescia quase meia vara de altura. O ponto final dessa rota era a foz do Pilcomayo, localizada a pouco mais de cinquenta quilômetros de Potosí, e não se tratava de algo gratuito: esse rio conduzia diretamente ao coração do império incaico. Em tempos anteriores aos europeus, essa geografia direcionava a uma lógica: estrada direta, atravessando povos tributários dos incas até chegar à região guarani e ao litoral atlântico. Representava um ponto de ligação das culturas andinas, guaranis e a atual costa brasileira. No período das conquistas o fluxo se tornou inverso. Os bandeirantes passaram a usar o *peabiru* para contrabandear a prata de Potosí e traficar mão de obra indígena.

Temos uma prova de que era viável um percurso de São Paulo até a cordilheira por dentro do continente nos primeiros tempos da colonização. Em algum momento da segunda década do século XVII o português Antônio Castanho decide deixar a sua casa. Casado com Catarina de Almeida, foi senhor de capela em Tomar e migrado para o Brasil viveu às margens do Tietê, abaixo da grande Cachoeira do Inferno, no ponto em que começava a se formar um aglomerado ao redor da residência de Suzana Dias e parentela. Castanho e sua esposa

cultivavam um pomar de frutas europeias, tornando-se uma atração do lugar, composto por um grande número de nogueiras, das primeiras a existir naquela capitania. Mas, logo a agricultura de ares europeus pareceu insuficiente para o produtor, seduzido pela ideia de penetrar no sertão paraguaio até o Peru, como fizeram tantos outros paulistas, percorrendo os caminhos da prata; o que foi muito comum em Parnaíba e São Paulo no decorrer do século XVII. Castanho chega à cidade da prata sem utilizar o caminho de Buenos Aires, contudo permaneceu por pouco tempo no local, vindo a falecer. Em 1622 foi sepultado pelo padre Lourenço de Mendonça, cura beneficiado desse assento das minas de Potosí, assinando uma certidão na qual dizia que havia enterrado o referido defunto na igreja daquela localidade. Enterros em solo de igreja eram destinados a pessoas ricas, membros de irmandades ou políticos, e essa possibilidade estava aberta para o português Castanho e seu protetor Lourenço de Mendonça, um dos membros da Inquisição de Potosí, sempre acusado de ajudar compatriotas lusos enriquecidos, autoridades e mineiros abastados. Supomos que Antônio Castanho tenha conseguido benefícios para ser sepultado em um chão de igreja e esses, por sua vez, provavelmente foram enviados junto com sua certidão de óbito, anexa ao inventário de 31 de agosto de 1624, prova de uma segunda travessia, rota Potosí-São Paulo. Conforme o linhagista Pedro Taques, a prata chegou à família, embora o inventário demonstre bens de extrema modéstia: 20\$180 réis no total, sendo o item mais valioso um tacho de cobre avaliado em dois mil-réis⁶. Independente do registro da prata, esse inventário deixou evidente que existia um fluxo de pessoas tentando enriquecimento em viagens pela fronteira, desrespeitando os estritos termos legais de um lado a outro. Parnaíba vai, aos poucos, recebendo e exportando produtos resultantes de extensas rotas continentais.

As reduções jesuíticas erguidas no começo do século XVII, no Guairá, povoaram uma região estratégica na qual se escoava a prata de Potosí. Quando o recém-nomeado governador do Paraguai, Don Luís de Céspedes Xeria, percorre o interior paulista em sua épica viagem de São Paulo a Assunção (1628), realiza um mapa descrevendo as vilas e rios dessa macrorregião; documento de um ilustre estrangeiro enviado posteriormente ao rei da Espanha. Seguindo pelo *peabiru*, observa as riquezas das igrejas missionárias guairenhas. Tempos depois, o capitão André Fernandes percorre esse caminho escoltando Vitória de

6. Francisco Verdugo, *apud* Böhn, *apud* Jorge Caldeira, *op. cit.*, pp. 305-306.

Sá, a esposa brasileira do governador Xeria, em sua célebre viagem de Parnaíba ao Paraguai (1630). O bandeirante aproveita a ocasião para levar seu único filho legítimo a Assunção onde estudaria no seminário daquela cidade e se tornaria padre. A viagem oficial do capitão André Fernandes ao Paraguai abriu possibilidades comerciais e culturais, quebrando um ostracismo secular de isolamento, indicando um amplo intercâmbio de conhecimentos das populações de Santana de Parnaíba e Piratininga com os povos à margem da bacia platina no transcorrer do século XVII. Podemos constatar essa troca de mercadorias e saberes por meio da presença de prata entre o povo paulista dos Seiscentos e na arte dos primeiros retábulos rurais com inspiração missioneira, exemplares únicos desse gênero no Brasil e remanescentes em antigos distritos parnaibanos. No retorno de Assunção, André Fernandes passou pela Cidade Real do Guairá e foi recepcionado com entusiasmo pelos moradores, acostumados a vender índios de reduções a portugueses de São Paulo. Festejaram a ilustre visita do bandeirante na cidade, inclusive ofertando presentes. Essa passagem foi narrada pelos jesuítas com temor, classificando-o como um dos maiores ladrões de índios que passaram pelo sertão. O provincial dos jesuítas nessa época era o padre Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652) conhecido como “o apóstolo dos guaranis”. Esse, por sua vez, enviou uma carta a Filipe IV, enquadrando o sertanista: “o governador [Xeria] é o que mais favoreceu o português André Fernandes, que destruiu a missão de São Paulo [redução paraguaia atacada em 1630], um dos maiores piratas e cruéis matadores de índios que foram ao sertão”⁷.

O entusiasmo da população do Guairá com o bandeirante tinha interesses comerciais, de uma região fragilizada pela pobreza de seus habitantes e que eram, segundo as palavras dos próprios jesuítas, “muito ricos porque se contentavam com sua pobreza”. Gente paupérrima. A mais remota possibilidade de enriquecimento vinha das histórias de Potosí, região que possibilitava trocas de ervas por produtos estrangeiros. Eles não conseguiam ter acesso às riquezas extraídas de suas terras, pois elas estavam concentradas nos distantes colégios jesuítas de Cusco, Santa Fé, Córdoba e Buenos Aires. Por meio do regime da *encomienda* o rei concedia temporariamente ao *encomendero* utilizar mão de obra indígena para explorar territórios sob domínio da Espanha na América do Sul, a exemplo da mineração em Potosí. O *encomendero*,

7. Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias*, apud Jorge Caldeira, *op. cit.*, p. 356.

por sua vez, deveria pagar salários aos trabalhadores, custear a defesa do território, recolher imposto ao governo espanhol e sustentar a igreja ligada à hierarquia tradicional, mantendo a administração de Assunção. No outro extremo, estavam os jesuítas, detentores da imprensa escrita e propaganda ao seu favor, subsidiados e isentos de tributos, não tendo obrigação de pagar salários aos índios nas reduções. Nessa balança desfavorável aos *encomenderos*, restava a fama de escravagistas, obrigados a produzir e explorar mais para arcar com despesas, tributações e custos fiscais na concorrência desfavorável de uma produção jesuíta subsidiada. Todo grama de prata beneficiada pelos *encomenderos* custava maior sofrimento dos índios, porém cada alfaia de prata produzida por jesuítas, também foi oriunda desse suor nativo. A construção do mundo bandeirante trilhou por contradições inerentes aos demais processos civilizatórios atravessados pela humanidade no decorrer dos tempos, contendo elementos negativos e positivos, conquistas, destruição, sublimação, mas também expansões e trocas culturais. Elevados à condição de heróis em São Paulo, aparecem como demônios na iconografia das reduções hispânicas. As histórias contadas sobre as incursões dos paulistas partiram de pontos de vista distintos, em certos aspectos com colaboração dos historiadores e em outros, procedentes da propaganda jesuítica espanhola; similaridade foi observada nas disputas de poder entre *encomenderos versus* inacianos e índios paraguaios. Em determinadas situações, esses personagens religiosos ou conquistadores invertem as posições de “mocinhos” e “bandidos”, “aculturadores” ou “dizimadores de povos”.

Após numerosos ataques de sertanistas na Província do Guairá, sobretudo liderados por André Fernandes e Antônio Raposo Tavares, os padres jesuítas liderados por Montoya realizam uma grande transmigração indígena em 1631, instalando o projeto missionário nas bandas orientais do Rio Uruguai (região do Tape). Nessa segunda fase das missões surgem as famosas construções em pedra das quais subsistem as ruínas históricas no Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai; monumentos aclamados pela Unesco como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Contudo, as igrejas do primeiro período das missões (1609-1631), erguidas em taipa e madeira no Guairá, irão desaparecer consumidas pelas guerras, pela natureza e pelo tempo.

O grande êxodo indígena ocorrido no segundo semestre de 1631 gera um vazio demográfico e econômico recessivo, somando-se ao pouco interesse dos governantes pela região, retração de uma área que outrora avançava, ameaçando os limites territoriais das vilas bandeiristas de Santana de Parnaíba e São Paulo. Mais de doze mil índios atravessaram o Rio Paraná em direção ao Tape, alimentando-se de raízes da



Reprodução do mapa do Rio Anhembi por Don Luís de Céspedes Xeria, rota São Paulo-Assunção, 1628. Caminho posteriormente utilizado pelo bandeirante André Fernandes em sua célebre viagem de Parnaíba ao Paraguai (1630). Acervo do Archivo General de Indias, Sevilha.

terra, peixes, frutos das árvores, pássaros e outros animais da floresta; no final da travessia épica somente quatro mil pessoas chegaram ao seu destino. Em 1632, Guairá, Maracaju e Vila Rica do Espírito Santo foram abandonados por seus moradores. Sem índios, missões ou o comércio do qual eram dependentes, essas populações não tinham motivos para ficar no meio do vazio e em pleno “fogo cruzado” com os sertanistas, se redistribuindo conforme necessidades: uma parte migrou para Assunção, outra parcela reconstruiu Vila Rica às margens do Rio Paraguai, hoje em território do Mato Grosso, região nativa da erva-mate, e grupos migraram com seus bens, mestiços e índios para Santana de Parnaíba e São Paulo. Provavelmente as primeiras imagens sacras e talhas seiscentistas esculpidas em madeira para as igrejas do Paraná espanhol foram carregadas até os novos sítios de ocupação; o que sobreviveu ao tempo deve ser localizado nas capelas e templos paraguaios.

Vila Rica do Espírito Santo, aldeamento castelhano no Vale do Ivaí, atual Paraná, foi abandonada e partes dos moradores a refundam, posteriormente, no Paraguai, ficando conhecida como “cidade viajante”, recebendo o qualitativo espanhol *andariega* (andarilha). Mudou sete vezes de lugar devido às invasões de bandeirantes paulistas. A cédula real expedida pelo rei da Espanha em 14 de março de 1701 aprova a fundação definitiva de Villarrica no sul do Paraguai. Atualmente ela é a capital do Departamento de Guairá no Paraguai e um dos mais importantes polos culturais daquele país. Muito provavelmente os habitantes de Maracaju, Guairá e da antiga Vila Rica contribuíam com uma neutralidade interesseira na região em meio a muitos conflitos, pois, inclusive, numerosos moradores e índios detinham laços de parentesco e comércio com moradores de Parnaíba e São Paulo. Alguns fatos são conhecidos, como a presença no planalto paulista de muitos castelhanos provenientes do alto Paraná, famoso reduto madeireiro e que forneceu matéria-prima para a construção da cúpula da Igreja da Companhia de Córdoba, a maior obra desse gênero que se conhece no século XVII. A edificação do palácio da casa da moeda de Potosí, região escassa em madeiras, também utilizou lenhos vindos do Paraguai. Na medida em que chegam os castelhanos vindos de diversas procedências no final do século XVI, como o carpinteiro da ribeira Bartolomeu Bueno, seus compadres de além-mar da armada de Flores Valdéz (imigrada nos anos 1580) e andarilhos do *peabiru* oriundos do Paraguai, coincidentemente surge uma nova solidez nas construções ao redor de Piratininga. Sabemos da intensa circulação por via terrestre entre São Paulo e o Paraguai desde 1602 abalanchando-se para Jerez, Guairá e Vila Rica, núcleos fornecedores de mão de obra escrava indígena. Conforme o cônego Castanho, Baltazar Fernandes (fundador de Sorocaba e

irmão de André Fernandes) casou-se com Maria de Zuñiga por volta de 1600 em Vila Rica do Espírito Santo no Paraguai, hoje em terras paranaenses, tendo uma filha, dona Maria de Torales, que nasceu no Guairá. E esse não foi um caso isolado: Antônio Rodrigues Cabral foi ao Paraguai e casou-se com Joana de Escobar, no Guairá. Sua filha, nascida naquela cidade, mais tarde foi casada com Bartolomeu de Torales, cunhado de Baltazar Fernandes e, vinda ao Brasil, morreu em Santana de Parnaíba. Desse modo, o ciclo da prata, a caça ao índio e o comércio uniram grandes clãs familiares na São Paulo do século XVII, fato favorecido, em realidade, pela unificação ibérica⁸.

Tanto portugueses quanto espanhóis avançavam suas tropas sertões adentro, viviam no mato amasiados com índias de chefes tribais, tinham capacidade de perseguirem inimigos e expulsar invasores. O inesperado deslocamento de grandes levas populacionais das regiões missioneiras até Piratininga, antes locais ermos e de fama ruim, transforma o panorama social nesse importante entroncamento da América Portuguesa. Após as intensas movimentações humanas, aparecem os primeiros gramas de prata nos inventários paulistas e altares de tradição missioneira. Parnaíba absorvia *encomenderos* e guaranis. Essa prata trazia um curioso objeto inexistente nas línguas portuguesa e tupi, a *tamboladeira*, palavra de origem espanhola, espécie de vaso de prata, ouro ou vidro, de figura arredondada com asas e pequeno assento, que servia de recipiente para degustar bebidas alcoólicas como o vinho. Isso explica a razão pela qual essas peças só eram encontradas no planalto paulista, local escolhido pela colônia espanhola para se estabelecer desde os séculos XVI e XVII: os Camargos, Toledos, Buenos, Ortiz, Camachos, Aguirres, Laras e Ordenhes, alguns desses oriundos da armada de Flores Valdéz, que se juntaram com outros oriundos dos deslocamentos populacionais paraguaios após o colapso das missões guairenhas, sendo conhecidos como “partido espanhol” de Piratininga e inimigos dos Pires, de descendência portuguesa. A riqueza da prata migrada com esses povos e a mão de obra guarani foram responsáveis, respectivamente, pelo financiamento e elaboração dos altares e imagens religiosas de Santana de Parnaíba; trabalhos únicos no país e que representam o encontro das tradições portuguesas, castelhanas, beneditinas, missioneiras e bandeirantes.

Parnaíba acolhe oficinas missioneiras migradas do Guairá e que realizam numerosos trabalhos artísticos em capelas alpendradas e residências bandeiristas, a exemplo das talhas do Mosteiro de São Bento

8. Aracy Abreu Amaral, *op. cit.*, pp. 5, 13, 15 e 16.

(1643), conjunto desaparecido em fins do século XIX, e os “cachorros”, que sustentavam os telhados da casa urbana, conhecida hoje como Museu Anhanguera. Esses artesãos mestiços guaranis constroem o altar da Capela de Santo Alberto (c. 1665) em Mogi das Cruzes e a Capela do Voturuna (c. 1680), localizada na área rural de Parnaíba (altar tropical símbolo do nascimento da arte nacional) – erguida nas terras do capitão-mor de Parnaíba, o comerciante Guilherme Pompeu de Almeida e ofertada ao seu filho homônimo, o padre doutor Guilherme Pompeu de Almeida (esse, por sua vez, considerado um dos maiores capitalistas do século XVII no Brasil, “banqueiro do sertão” e financiador das bandeiras paulistas). A Capela do Voturuna consolida algo que se tornará cada vez mais comum em nosso país e nas nações que abrigaram caudilhos étnicos: a acomodação de várias tradições estéticas; reinvenção de uma arte que não seria mais exclusivamente europeia, ameríndia, negra ou oriental, mas brasileira; um processo “antropofágico” irreversível de apropriação do outro, assimilando e transformando com criatividade; síntese do mundo hispano-português. Outros modelos, como o retábulo da Capela do Sítio de Santo Antônio em São Roque (c. 1681), os pilares do Sítio do Padre Inácio em Cotia, os sacrários da Aldeia de Carapicuíba e Guarulhos, as portas e janelas do Sítio Morrinhos (c. 1702) em São Paulo e a Capela Nova do padre Guilherme Pompeu de Almeida (c. 1703) em Araçariçuama complementam esses testemunhos remanescentes das trocas culturais entre sociedades americanas. A tendência de erguer capelas alpendradas em território paulista não significava necessariamente que os donatários eram exemplos de virtude, piedade ou religiosidade: levantar uma ermida particular obrigava ao benfeitor financiar toda a construção, paramentar e manter religiosos para rezar missas e sacramentos; um gasto permanente. Em contrapartida, o fundador poderia alocar determinados bens ou rendimentos em nome do templo. Esse incentivo fiscal tentador proporcionava uma vantagem relevante: os bens eram considerados sagrados e isentos de tributos. A produção alocada no território dessas ermidas não sofria taxaço de impostos e seu administrador detinha ampla liberdade para cuidar dos bens. Surgia uma espécie de “sociedade” ao redor das capelas alpendradas, que se tornaram grandes caixas-fortes, isentas de tributações; protegendo fortunas bandeiristas em formas de castiçais, lampadários, tocheiros ou navetas de incensos em prata e ouro. As capelas erguidas pelos “mecenas bandeirantes” poderiam se transformar em um cofre para alocar valores. As moedas de prata eram derretidas, moldadas, batidas, repuxadas e cinzeladas, transformando-se em objetos sacros, atividade que provocava escassez de dinheiro no território paulista.

Por ironia do destino, a região de Santana de Parnaíba, outrora englobando vários distritos, hoje desmembrados em municípios, tornou-se depositária das mais importantes manifestações artísticas do primeiro período das missões (1609-1631), migradas da região guairenha e implantadas em pleno solo bandeirante rival. Vila Rica do Espírito Santo, povoação migrada em 1632 do Paraná ao Mato Grosso e depois dispersa entre o Paraguai e São Paulo, era um grande ponto de ligação entre o planalto paulista e as riquezas peruanas; rota de acesso a Assunção e Potosí. O seu desaparecimento em 1676, devido a ataques e migrações capitaneadas pelo bandeirante Francisco Pedroso Xavier (cunhado do comerciante e capitão-mor de Parnaíba, Guilherme Pompeu de Almeida), representou a extinção do *peabiru*, estrada da prata vislumbrada para trocas comerciais desde tempos anteriores à fundação de São Paulo, prestando-se a múltiplos usos: circulação de nativos, colonos e consolidação de toda uma economia interiorana. Em determinado momento não havia mais o que ser transferido, o êxodo havia se completado e milhares de pessoas migraram para o planalto paulista. Um caminho se fechava para que outro fosse aberto; e em fins do século XVII a rota do ouro vislumbrou novos horizontes na América Portuguesa. Aos poucos, a prata andina e o açúcar nordestino vão cedendo lugar às sedutoras pepitas douradas, aos diamantes e topázios imperiais das Serras Gerais, marcando o fim de uma era e o início de novas perspectivas para o Brasil e Portugal.

Toda essa agitação humana, política e cultural, centrada no fluxo de pessoas e circulação de bens, refletiu decisivamente nas artes de Santana de Parnaíba. Os bandeirantes parnaibanos viviam em conflitos com os jesuítas devido às questões da escravidão indígena, mas ao mesmo tempo necessitavam professar seus cultos religiosos. A solução foi convidar os monges beneditinos para fundarem um mosteiro na vila. Nas terras doadas por André Fernandes e Suzana Dias, a partir de 1643, é instalado o Mosteiro dos Beneditinos de Nossa Senhora do Desterro de Santana de Parnaíba. A chegada de nosso primeiro grande escultor a esse local miscigenado transformou os caminhos da arte no Brasil do século XVII.

No final do século XVI acontecem eventos que irão mudar os rumos artísticos e culturais da América Portuguesa. Por volta de 1600-1610, nasce na cidade do Rio de Janeiro aquele que é considerado o primeiro grande artista brasileiro: frei Agostinho de Jesus, discípulo do artista ceramista português beneditino frei Agostinho da Piedade (c. 1580-1661). Seguindo a vocação religiosa, inicia seus estudos no Mosteiro da Ordem de São Bento em Salvador, a abadia beneditina mais antiga das Américas, fundada em 1582. Nesse recinto, o talentoso jovem entrou em contato com as imagens e bustos relicários de frei Agostinho da

Piedade, trabalhos fixados por volta de 1619-1661. Passados alguns anos, frei Agostinho de Jesus segue para o reino (Portugal) no intuito de receber suas ordens sacras, pois naquela época não havia bispos para ordenar sacerdotes em Salvador, única sede episcopal do Brasil até 1676. No velho continente contemplou a arte europeia aperfeiçoando seus múltiplos talentos artísticos. Frei Agostinho de Jesus vai novamente ao mosteiro da Bahia por volta de 16 de dezembro de 1634. Nesse período acompanha a feitura de duas grandes imagens de *Nossa Senhora do Montesserrate* (1635 e 1636), de frei Agostinho da Piedade. No Nordeste, uma das primeiras esculturas modeladas por Agostinho de Jesus foi o *Menino Jesus de Salvador*, mantido no acervo do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, e o *Menino Jesus do Recife*, conservado no Museu do Estado de Pernambuco. A partir de 1641 começam a aparecer as primeiras imagens datadas pelo artista na antiga Capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo).

Devido às habilidades de pintor e ceramista, por volta de 1643, o monge-escultor é enviado ao sertão paulista para o recém-fundado Mosteiro dos Beneditinos de Santana de Parnaíba. Residindo nesse local por muitos anos, produz um extenso conjunto escultórico destinado aos altares desse priorado e à nova igreja matriz da vila, inaugurada em 1650. O bandeirante André Fernandes foi o principal mecenas de frei Agostinho de Jesus, financiando as mais importantes obras religiosas desse grande mestre brasileiro.

No Mosteiro de São Bento, em Parnaíba, o monge-artista esculpiu *Nossa Senhora do Desterro*, *Menino Jesus*, *São José*, *Nossa Senhora da Conceição*, *Santa Luzia*, *Santa Gertrudes*, *Santa Escolástica* e peças destinadas a presépios. Para a Igreja Matriz de Santana de Parnaíba modelou todo o conjunto retabular do século XVII: *Nossa Senhora dos Prazeres*, *Nossa Senhora da Purificação* (sua obra-prima), *Santo Antônio do Suru*, *Santana Mestra*, *Nossa Senhora da Piedade* e uma importante série de imagens marianas utilizadas em procissões solenes. As obras criadas em sua permanência na Parnaíba representam uma das mais significativas manifestações de arte brasileira do século XVII; profusões de anjos com olhares amendoados e mestiços, imagens de virgens e santos beneditinos contendo liberdade erudita, colorido intenso, tropical, sustentados por volutas representando nuvens. As obras de frei Agostinho de Jesus apresentam uma beleza feminina e terrena, aproximando e espelhando o homem com o divino. Em Santana de Parnaíba realizou suas mais importantes esculturas, local onde é encontrado, no século XX, o maior conjunto remanescente de sua obra. A atuação de frei Agostinho de Jesus e seus discípulos em Parnaíba resultou na formação de uma das mais antigas escolas de escultura religiosa do

Brasil, pela qualidade, antiguidade e originalidade das obras de arte remanescentes. Representa o encontro de um mestre com uma cultura interiorana e original, distante dos modelos importados do reino, buscando identidade própria, nacional. Essas tradições desenvolvidas em Santana de Parnaíba ficaram conhecidas como “escola cultural do Vale do Tietê” (divulgando uma arte sacra erudita praticada nas oficinas conventuais), desdobrando-se na segunda metade do século XVII como “escola cultural do Vale do Rio Paraíba do Sul” (região em que se produziu uma arte religiosa predominantemente popular, oriunda de oficinas laicas). O Barroco paulista foi levado por viajantes até a Bacia do Rio da Prata, alcançando a região de Buenos Aires. Exemplo desse intercâmbio é a escultura em barro denominada *Virgem de Luján*, imagem brasileira confeccionada em território paulista e padroeira da Argentina.

As obras de arte e arquitetura desenvolvidas em Parnaíba participaram do início das artes no centro-oeste brasileiro acompanhando os bandeirantes que migraram para essa região em busca de ouro. As primeiras minas de ouro exploradas em Mato Grosso (1719) e depois em Goiás (1724) permitiram a fixação dos sertanistas nos limites geográficos do país, arraiais de mineração em plena bacia platina e amazônica. Por exemplo, em 1724 uma mulher de Sorocaba, irá esculpir a imagem do Bom Jesus, padroeiro de Cuiabá, atual capital do Mato Grosso, demonstrando um intenso intercâmbio cultural entre os territórios.

O antigo Arraial de Santana, atual Cidade de Goiás, recebeu esse nome em homenagem à terra natal dos seus fundadores: Santana de Parnaíba. A passagem da família Anhanguera e seus conterrâneos parnaibanos transpareceu no cotidiano, nas artes, arquiteturas, monumentos e fogaréis da Cidade de Goiás e Chapada dos Guimarães; nas casas de rótulas e muxarabis em Pilar de Goiás, no urbanismo de Corumbá de Goiás; na prataria rústica das igrejas goianas ou em tradicionais cavalhadas de mascarados hispânicos (representações de confrontos entre mouros e cristãos) cultivados em Pirenópolis, antigo Arraial de Meia Ponte. As experiências parnaibanas transpuseram o planalto central alcançando o território de Goiás, a última fronteira colonizada pelo mundo bandeirante; encontraram um campo fértil para crescer; valorização de uma arquitetura singela, porém autêntica, de raiz paulista, hoje consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Acompanhando a epopeia sertaneja, os conhecimentos vivenciados em Santana de Parnaíba extrapolaram as fronteiras. Exemplos dessa saga podem ser averiguados até no topônimo “Parnaíba” que batizou um famoso rio, delta e cidade no Estado do Piauí, região ocupada do interior ao litoral. Curiosamente, as histórias desses lugares se unem à vila paulista e ao bandeirante Domingos Jorge Velho (1641-1705).

Estabelecido numa fazenda em Piancó, denomina o principal rio daquela região com o nome de Parnaíba, em homenagem à terra natal de seus ancestrais. Domingos Jorge Velho e seus combatentes militares serão responsáveis pela destruição do Quilombo de Palmares em 1695. As artes e personagens oriundos de Santana de Parnaíba influenciaram decisivamente a sociedade na América Portuguesa.

Por volta de 1650, frei Agostinho de Jesus desloca-se para Piratininga e executa quatro grandes esculturas na nova igreja do Mosteiro de São Bento de São Paulo – financiado pelo bandeirante Fernão Dias Paes, “o governador das esmeraldas”: *Patriarca São Bento*, *Santa Escolástica*, *Santo Amaro* e *São Bernardo*. Em 1652 modela a *Nossa Senhora do Montesserrate*, padroeira da cidade de Santos. No extremo leste de São Paulo, passando por Mogi das Cruzes e Vale do Paraíba, realiza um grande conjunto de imagens retabulares: *Nossa Senhora do Rosário* (Capela de São Miguel Paulista), *Nossa Senhora da Ajuda* (padroeira da cidade de Itaquaquecetuba), *Relicário de Santo Antônio*, *Nossa Senhora da Assunção e Conceição* (Capela da Fazenda Parateí em Mogi das Cruzes) e *Nossa Senhora da Ajuda* (Guararema). Permanece no território paulista até aproximadamente 1654, trabalhando nas fazendas e olarias beneditinas da região de São Caetano do Sul, Jurubatuba (atual bairro de Santo Amaro, São Paulo) e Fazenda Parateí (Mogi das Cruzes).

Retornando ao litoral fluminense, dedica-se à confecção de esculturas para igrejas no entorno da Baía de Guanabara, entre os atuais municípios do Rio de Janeiro (Mosteiro de São Bento) e Duque de Caxias (Fazenda São Bento do Iguaçú). Podemos destacar, nessa época, a *Virgem da Aldeia de Mambucaba* no acervo do Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis e o *Santo Antônio* da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Paraty. Um dos últimos trabalhos datados por esse mestre é uma pequena imagem do *Patriarca São Bento* (1651), conservada no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Faleceu naquela cidade em 11 de agosto de 1661, sendo sepultado no cemitério do claustro beneditino carioca.

Deixou para o Brasil um legado único, que passa a ser revisto, em toda plenitude de significados, como “gênese” da arte sacra nacional.

Na Parnaíba do século XVII, as pioneiras relações sociais estabelecidas por meio de laços matrimoniais entre tupis e portugueses foram de encontro à secular sociedade paraguaia formada por espanhóis e guaranis, gerando uma mescla de culturas que resultaram na ideia de sertão: local onde a miscigenação e liberdade ignoravam tratados ibéricos ou controles metropolitanos. Pelos velhos caminhos e fronteiras, os bandeirantes dessa região avançaram no interior do continente em busca de riquezas, retornando com a prata de Potosí e mão de

obra indígena. No meio desse caminho estava o Mosteiro Beneditino de Santana de Parnaíba e a arte do primeiro grande artista brasileiro: o monge frei Agostinho de Jesus (c. 1600/1610-1661). Residindo nesse local por muitos anos, temos a transformação do panorama cultural no Brasil, um significativo momento das artes plásticas nacionais. Em Parnaíba, o mestre encontrou uma sociedade pioneira, miscigenada, criando obras-primas, testemunhos da arte sacra paulista, “gênese” da identidade nacional. A construção do Mosteiro de São Bento em Parnaíba representou um importante marco na história da arte brasileira. Da antiga província espanhola do Guairá, hoje Estado do Paraná, vieram artífices guaranis treinados nas missões e que entalharam os retábulos dessa igreja. A partir de Salvador os padres bentos enviaram importantes terracotas do monge frei Agostinho da Piedade. Frei Agostinho de Jesus reside em Parnaíba por aproximadamente oito anos (1643 a 1650), esculpindo suas principais imagens e elevando a arte colonial a um período áureo. Nesse local peculiar temos uma síntese de todo o cadinho cultural das civilizações americanas⁹.

Nossa Senhora da Purificação, 98 cm de altura, terracota policromada e dourada, 1ª metade do século XVII. Pertenceu à antiga Matriz de Santana de Parnaíba, acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, SP. Obra-prima do primeiro grande escultor brasileiro. A virgem morena representada sob feições de uma adolescente possui três anjos com fisionomias mamelucas, arte que inaugura a escultura sacra nacional. Essa imagem representa a origem da imaginária barroca na América Portuguesa.

9. Rafael Schunk, *Frei Agostinho de Jesus e as Tradições da Imaginária Colonial Brasileira – Séculos XVI-XVII*, p. 20.



O mosteiro parnaibano possuía uma fazenda e olaria chamada Santa Quitéria localizada no antigo distrito de São Roque, SP. Esse local produzia toda sorte de utensílios e testemunhou uma série de imagens modeladas por frei Agostinho de Jesus, integrando umas das primeiras tradições brasileiras de escultura religiosa documentadas na história nacional. A partir desse evento forma-se um conjunto de discípulos que irão perpetuar estilos e técnicas, formando uma escola de imaginária barrista entre o alto e médio Tietê, contendo estéticas predominantemente eruditas. Toda essa agitação social e artística acompanha os bandeirantes no processo de expansão do país rumo a Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

O retorno desses fluxos humanos a Parnaíba culmina na construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Voturuna (c. 1680), obra de arte considerada por pesquisadores como Mário de Andrade e o arquiteto Lúcio Costa o primeiro altar nacional, verdadeira “joia de família”, preservada no sertão paulista, relíquia que reuniu influências platerescas do altiplano andino, missioneiras e ornamentos tropicais (talhas de abacaxis e figos atados por tecidos em baixo-relevo simbolizando a fartura). Representou o encontro de distintos povos da América do Sul. Nesse retábulo mestiço existia uma imagem em terracota de *Nossa Senhora da Conceição*, autoria do Mestre de Itu, artista da escola beneditina e discípulo das lições deixadas por frei Agostinho de Jesus na região.

As uniões desses eventos históricos singulares transformaram Santana de Parnaíba em um dos mais significativos “berços da arte colonial na América Portuguesa”. Esse “centro de produção cultural no Brasil antigo” se tornou pioneiro por agregar diferentes fusões de etnias, anunciando a sociedade mestiça, criativa, inventiva, sertaneja e original que os bandeirantes semearam em todo país. O encontro de tradições artísticas indígenas, portuguesas, castelhanas, cristãs, orientais, mouras e judaicas resulta no “nascimento” da cultura brasileira. ●

REFERÊNCIAS

- ACTAS DA CAMARA da Villa de São Paulo. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, Arquivo Histórico Municipal Washington Luis, 1915.
- AMARAL, Aracy Abreu. *A Hispanidade em São Paulo: Da Casa Rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1981.
- CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*. Vol. 1: *Mulheres no Caminho da Prata*. Vol. 2: *Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. São Paulo, Mameluco, 2006.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1971.
- SCHUNK, Rafael. *Frei Agostinho de Jesus e as Tradições da Imaginária Colonial Brasileira – Séculos XVI-XVII*. São Paulo, Unesp, 2014.
- _____. *Coleção Museu e Casarão*. Vol. 1: *Arte Colonial e Imperial da Cidade de Santana de Parnaíba, do século 17 ao 19*. Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, Cemic – Centro de

- Memória e Integração Cultural Bertha Morais Nérci, 2015.
- SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. *Os Dois Escultores: Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus e o Arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971.
- TIRAPELI, Percival. *Igrejas Paulistas: Barroco e Rococó*. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2003.



A historical painting depicting a harbor scene. In the foreground, several small boats with tall, narrow sails are on the water. A larger, multi-masted sailing ship is on the left. In the background, a coastal town is visible at the base of a range of rugged, mountainous hills. The sky is filled with soft, hazy clouds.

NOTAS SOBRE O MARAVILHAMENTO NOS CRONISTAS E VIAJANTES COLONIAIS

Carlos Alberto Dória

RESUMO O artigo pretende fazer uma breve apresentação em forma de notas sobre uma bibliografia selecionada que contém as impressões dos cronistas e viajantes sobre o fantástico e o maravilhoso na América Colonial. Tais produções simbólicas não são apenas a documentação do Novo Mundo, mas também se colocam como uma literatura ficcional que compreende determinadas maneiras de apreender o desconhecido.

BESTIÁRIOS • VIAJANTES
• LITERATURA DE VIAGENS •
MARAVILHOSO.

**NOTES ABOUT THE WONDERFUL
IN THE COLONIAL CHRONICLERS
AND COLONIAL TRAVELERS**

ABSTRACT The article intends to make a brief presentation in the form of notes on a selected bibliography containing the impressions of chroniclers and travelers on the fantastic and the wonderful in Colonial America. Such symbolic productions are not only the documentation of the New World, but also stand as a fictional literature which comprises certain ways of apprehending the unknown.

BESTIARIES • TRAVELERS
• TRAVEL LITERATURE •
WONDERFUL.

SOBRE O AUTOR

Carlos Alberto Dória, nascido em São Paulo, formou-se em Ciências Sociais pela USP, em 1972, e foi professor de Antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. É colaborador regular da revista cultural *Trópico*, na qual tem publicado artigos como “A Complexidade do Racismo Brasileiro”, “Os Obstáculos da Lei Rouanet” e “Editoras: Do Arcaico ao Grande Capital”, entre outras produções.

Permitam-me algumas reflexões a título de introdução a uma bibliografia sobre os relatos ditos “fantásticos” de cronistas e viajantes coloniais, constituindo um *corpus* sobre o qual, entendo, deva-se modificar o modo de entendimento.

I

Há uma certa semelhança entre o delírio de Brás Cubas, viajando em um hipopótamo – quando pergunta “Onde estamos?” e obtém como resposta “Já passamos o Éden” – e o modo como Gabriel Soares de Sousa (1587) justifica seu relato histórico: “Como todas as coisas têm fim, convém que tenham princípio...”. O ponto de contato é essa sensação, em

.....
RUGENDAS, *Johann Moritz*.
..... Viagem Pitoresca Através do Brasil.
..... 1989, p. 97.
.....

nossa literatura, de que algo importante ficou para trás e que justifica a “teoria do achamento” da nossa expressão que Jorge de Lima formula no ensaio “Todos Cantam a Sua Terra” (1929). E um movimento de recuperação do passado pode ser surpreendido a partir das décadas de 1830-1840 na nossa literatura romântica, especialmente nos folhetins dos jornais, nos quais os autores dialogam com uma forma literária que é o relato de viagem. Ora, é exatamente no relato de um desses viajantes, Jean de Léry, que leremos: “[...] depois de minha viagem à America. [...] Devo confessar que, embora não aceitando como verdadeiras as fábulas encontradas em vários autores [...] vi coisas tão prodigiosas quanto tantas outras tidas por impossíveis”. O que queremos discutir aqui é essa noção de “prodígio” ou “impossibilidade” e talvez o melhor atestado de “prodígios” ou coisas que pareciam impossíveis sejam os antigos bestiários. Nesta concepção plural, todos eles teriam se originado a partir de um hipotético *Physiologus* que se perdeu no tempo e foi se transformando, tendo como base diversas compilações de fontes escritas e orais. Entre nós, não houve tempo ainda para se formar a tradição de compilação, de sorte que o “bestiário” se oferece mais como gênero literário do que como ilustração histórica de um modo hoje desusado de descrever o mundo. Hoje o aspecto mais importante dos bestiários conhecidos é a maneira como, com o tempo, passaram a ser considerados. Suas fontes remontam aos Pais da Igreja, à Grécia, ao Egito, às mitologias ocidentais e orientais. Assim, refletem não só fontes orais filiadas a várias tradições culturais como também escritos de Aristóteles e Plínio. O surgimento do *Physiologus* entre os séculos II e V, provavelmente no Egito ou na Grécia, a partir de quando foi traduzido ao siríaco, armênio, etíope e latim, conferiu a esta tradição cultural uma difusão talvez só superada pela Bíblia. Evidentemente cada nova tradução ensejava novas agregações. Por exemplo, é sabido que a versão grega do *Physiologus* apresentava 59 bestas, mas uma versão posterior, também em grego, encontrada em 1724, apresentava 150 bestas. Os bestiários constituíam o epicentro de forças centrípetas que faziam gravitar em torno de um mesmo eixo os conhecimentos do mundo animado. Tigres, elefantes, panteras, unicórnios, grifos, hienas, macacos, sátiros, salamandras, serpentes voadoras – são seres que deixaram, indistintamente, seu registro nos bestiários. Assim, aos poucos, de “tratados” de biologia tornaram-se repositório ou coleção de seres que de alguma maneira podiam ser classificados juntos por aspectos externos coincidentes, por princípios geracionais ou quaisquer outros parentescos que os viajantes a terras distantes iam reunido para compor sua aparência.

Ora, os bestiários medievais podem ser agrupados segundo as várias categorias de bestas. O bestiário telúrico (elefante, tigre, castor etc.);

o bestiário aquático (cisne, ostra, baleia, delfim); bestiário aéreo (águia, grifo, íbis, avestruz, camaleão); bestiário ígnio (fênix e salamandra) e, finalmente, monstros e híbridos. Essa forma de classificação era já distinta daquela consagrada por Aristóteles, que considerava a forma de reprodução dos animais como a melhor possibilidade de agrupá-los: vivíparos; ovíparos; os que punham ovos imperfeitos como os peixes, cujos ovos crescem após postos; os que procedem de um verme; os que nascem por geração espontânea, como os moluscos. William Harvey, que publicou seu *De Generatione Animalium* em 1651, repousou sobre a doutrina aristotélica a ideia de atribuir a epigênese à evolução ou desenvolvimento do ovo, isto é, a formação sucessiva das diferentes partes cujo conjunto constitui o todo orgânico. O testemunho dos bestiários constituiu, ainda por longo tempo, uma grande interrogação para o pensamento racional em vias de se firmar.

A classificação dos animais segundo os quatro elementos deixava de fora as monstruosidades e os seres que, aparentemente, representavam a convergência de características de mais de uma espécie ou grupo. O pensamento religioso procurou, ao seu modo, ajustar essa percepção do mundo ao firmar-se na convicção de que na arca de Noé apenas espécies puras foram embarcadas, ficando as monstruosas ou híbridas presas às trevas do passado. No entanto, foi no século XVIII que essa maneira de interpretar o mundo começou a ruir efetivamente. Até então prevaleceu a ideia de que Deus, Supremo Artesão, havia criado cada ser vivente individualmente, que havia se ocupado do mais insignificante inseto da maneira mais atenta. Essa forma de apologia da história natural divina encontra-se consagrada no *Spectacle de la Nature* do Abade Noël Pluche, obra em nove volumes aparecida entre 1732 e 1750 e que constituiu, na França, um dos grandes sucessos literários do século. Mas o Conde de Buffon, o jardineiro-cientista do rei, escreveu na mesma época sua monumental *Histoire Naturelle* trazendo a razão para o centro da história e da vida, calculando a idade da Terra sem considerar os textos bíblicos e afirmando que as espécies vivas não eram imutáveis. E deve-se a Carolus Linnaeus o sistema de classificação de todas as plantas e animais conhecidos atribuindo-lhes um nome científico, ou melhor, duas palavras latinas a cada um: um expressando o gênero a que pertence e, outro, a espécie. Linnaeus se interessou pela classificação dos seres vivos ao estudar as flores por seus pistilos, conforme se lê em seu *Species Plantarum* (1753), sendo que a décima edição de seu *Systema Naturae* (1758) encerra a classificação de mais de quatro mil animais, inclusive os seres humanos – pela primeira vez denominados pelo nome científico de *Homo sapiens*.



II

A dinastia Habsburgo (Casa de Áustria) – entre 1516 e a ascensão dos Bourbons em 1700 – cultivava as “sevandijas palaciegas, a gente de prazer, a bufonería”, depois desterrada pelos Bourbons. Somente os nobres podiam se entreter com esses seres estranhos, num misto de rechaço e fascinação. Eram compostos por anões, loucos reais e “fingidos”, *loco* e *loquillos* bobos, gigantes, deformados etc. Essa coleção de prodígios revelava a diretriz de buscar seres impossíveis para os palácios, em teoria elegantes e circunspectos. “Seres que por sua imperfeição foram a exceção que ressaltava a *dignitas* que devia imperar na corte real, último e perfeito círculo de uma sociedade que imaginava a si própria bem ordenada e harmonicamente construída”. Seres monstruosos que fizeram possível que “entre demasia e falta se divisasse melhor a formosura e proporção do que é banal”, segundo o jesuíta Juan Eusebio Nieremberg, no seu livro *Curiosa y Oculta Filosofía* (Madrid, 1643). É bem provável que o Ipupiara, monstro marinho descrito por Pero de Magalhães Gândavo e que foi morto por Baltazar Ferreira, poderia de encaixar nessa coleção de *sevandijas* de palácio. Jean de Léry também o descreve, segundo o relato de um selvagem:

Surgiu um grande peixe que segurou a embarcação com as garras procurando virá-la ou meter-se dentro dela. Vendo isso, decepei-lhe a mão com uma foice e a mão caiu dentro do barco e vimos que tinha cinco dedos como a de um homem. E o monstro, excitado pela dor pôs a cabeça fora d’água e a cabeça que era de forma humana, soltou um pequeno gemido [...].

Ao que acrescenta um comentarista moderno: devia ser um leão marinho. Mas é só no século XIX que aparece o nome enganosamente indígena de *uiara* ou *iara*, romanticamente imaginada como uma versão tropical e indígena das *janas*, *nixes* e *loreleis* do folclore europeu. A América, então, era um território de “anomalias”, de seres que o europeu cuidou de registrar ao longo de séculos, só sendo compilados nos anos 1930 pelo Visconde de Taunay.

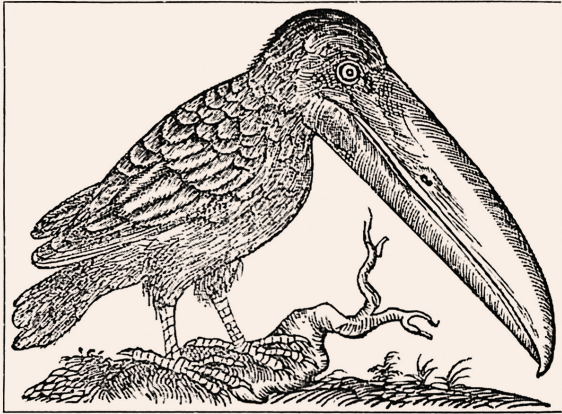
.....
Ipupiara, uiara ou iara.
GÂNDAVO, Pero de Magalhães.
Tratado da Terra do Brasil. 1995, p. 94.
.....

III

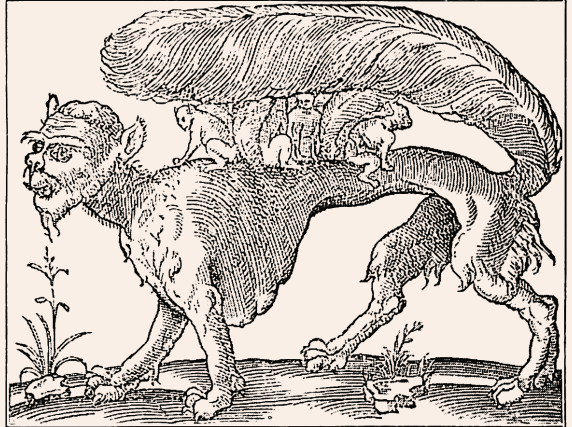
Por outro lado, para que o leitor não se perca no emaranhado que vai se tecendo, para que possa entrar ou sair desse domínio por portas de acesso mais seguras, tudo pode ser arranjado e apresentado como uma miscelânea, uma botânica e uma geografia fantástica, além de um “bestiário” propriamente dito. Porém quaisquer que venham a ser as escolhas do leitor não poderá ele desprezar a visão do passado colonial de que somos portadores. Gândavo, por exemplo, escreveu em 1576 “os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem, para que com razão possam negar e ter por impossível as coisas que não viu nem de que nunca teve notícia”. Com isso, ele queria preparar os espíritos europeus para a incredulidade que necessariamente protege a razão do contato com o inusitado. Essa proteção se apoia justamente na ideia de “revelação”, isto é, no fato de que tudo que é conhecido obedece a desígnios divinos e o que é ocultado também. Assim, a descoberta do novo ou reafirma o divino ou, ao contrário, atende a desígnios diabólicos. E como discriminar qual o arquiteto maior de nossa percepção quando estamos diante do inusitado? Ora, há quinhentos anos acreditamos viver em um novo mundo que, a nós ocidentais, estranha a cada

- 1 THEVET, Singularidades da França Antarctica, *reproduzida in TAUNAY, Affonso de E. Zoologia Fantástica do Brasil. [1934], p. 90.*
- 2 THEVET, Singularidades da França Antarctica, *reproduzida in TAUNAY, Affonso de E. Zoologia Fantástica do Brasil. [1934], p. 90.*
- 3 THEVET, Singularidades da França Antarctica, *reproduzida in TAUNAY, Affonso de E. Zoologia Fantástica do Brasil. [1934], p. 89.*
- 4 THEVET, Singularidades da França Antarctica, *reproduzida in TAUNAY, Affonso de E. Zoologia do Brasil. [1934], p. 89.*

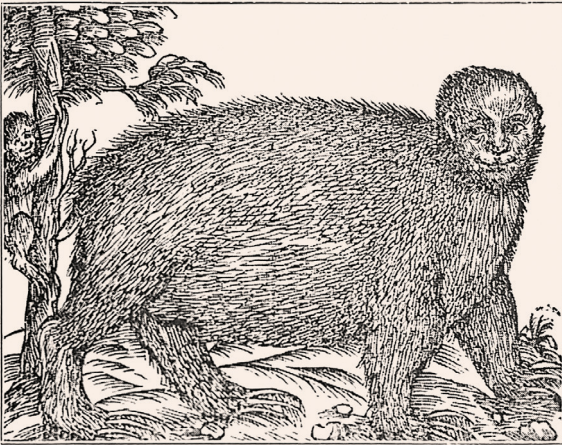
1



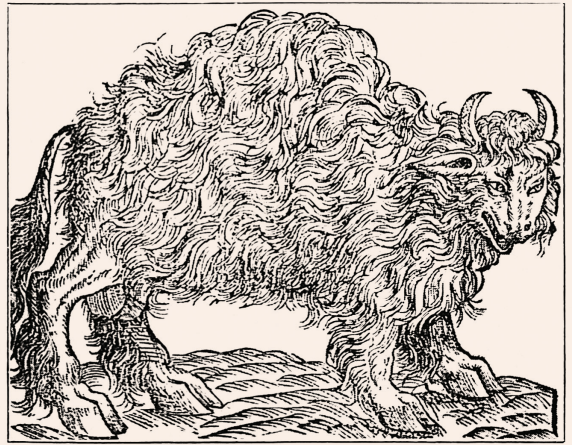
2



3



4



momento. É como uma caixa de segredos não totalmente desvendados e, nesse sentido, o mundo novo ainda não é totalmente nossa terra, nossa empresa. Achamos, ao contrário, que um país se faz aos poucos (e poderíamos acrescentar que se desfaz no mesmo ritmo). Portanto a história colonial, antes de ser dos homens, é a história do território. É a história natural. Nessa linha de percepção do novo mundo, registrou o jesuíta Manoel da Nóbrega, em 1549: “É de grande maravilha haver Deus entregue terra tão boa, tamanho tempo, a gente tão inculta que tão pouco o conhece, porque nenhum Deus tem certo, e qualquer que lhes diga ser Deus o acreditam”. Assim, os “contos naturais”, que podem ser reunidos a partir dos relatos de cronistas e viajantes, se assemelham a um livro de cabeceira com seu papel primordial: guia de sonhos, pesadelos, guia de suas aleatórias produções. Por certo quem busca a razão evita o que a perturba e o imaginário pertence ao domínio da noite, em contraste com o dia que pertence ao trabalho, à razão.

Pelo imaginário buscamos trânsitos que nos permitam desembarcar no contemporâneo transformado. O homem que desembarcou na América logo percebeu que o desejo da nova terra, em sua pujança, era ser desejada. Gândavo escreveu: “que floresça tanto a terra desta nova Lusitânia, e seja dos outros invejada para que não desejemos terras estranhas”. Essa é a viagem que se propõe através de uma coletânea do fantástico e maravilhoso registrado nesse *corpus* de relatos.

IV

Para um autor como Alejo Carpentier, há uma profunda identidade entre linguagem e história, entre literatura e vida. Esse é o seu conceito de real-maravilhoso, isto é, de linguagem poética como expressão das contradições do mundo americano. No ensaio “O Barroco e o Real Maravilhoso” nos propõe:

[...] nossa natureza é indômita, como nossa história, que é a história do real maravilhoso e do insólito na América, e que para mim se manifesta em fatos como estes que vou recordar muito rapidamente: o rei Henri Christophe, do Haiti, cozinheiro que chegou a ser imperador de uma ilha e que imaginando um certo dia em que Napoleão iria reconquistar a Ilha, constrói uma fortaleza fabulosa onde poderia resistir a um assédio de dez anos com todos os seus dignitários, ministros, soldados, tropas, tudo, e tinha armazenadas mercadorias e alimentos, para poder existir dez anos como país independente (falo da cidadela de Laferrière). E para que essa fortaleza tenha paredes que resistam ao ataque dos homens da Europa, faz misturar o cimento com sangue de centenas de touros. A revolta de Mackandal, que leva milhares e milhares de escravos, no Haiti, a crerem

que possuía poderes licantrópicos, que podia se transformar em ave, que podia se transformar em cavalo, em mariposa, em inseto, no que desejasse, e promove com isso uma das primeiras revoluções autênticas do Novo Mundo. A carruagemzinha negra de Benito Juárez, na qual levava toda a nação mexicana sobre quatro rodas através das estradas do país, sem escritório, sem lugar onde escrever, sem palácios, sem descanso, e a partir dessa pequena carruagem consegue vencer os três imperialismos mais poderosos da época. Juana de Azurduy, a prodigiosa guerrilheira boliviana, precursora de nossa guerra de independência, que um dia tomou uma cidade para resgatar a cabeça do homem amado que estava exposta numa lança, na Praça Central. [...] O fato de que Augusto Comte, fundador do positivismo, tenha hoje templos, onde lhe prestam culto, no Brasil. [...] Finalmente, há personagens muito mais interessantes, de segundo plano, em nossa história do século XIX, personagens que deixam muito atrás de si os pequenos reis escoceses como Macbeth. [...] E se nosso dever é o de revelar este mundo, devemos mostrar, interpretar nossas coisas. E essas coisas se apresentam como coisas novas a nossos olhos. A descrição é inequívoca, e a descrição de um mundo barroco há de ser necessariamente barroca, quer dizer, o quê e o como nesse caso se alinham ante uma realidade barroca¹.

Seu método de criação possui pressupostos que é interessante registrar aqui:

[...] muitos se esquecem que o maravilhoso começa a sê-lo de maneira inequívoca quando surge de uma inesperada alteração da realidade (o milagre), de uma revelação privilegiada da realidade, de uma iluminação inusual ou singularmente favorecedora das inadvertidas riquezas da realidade, de uma ampliação das escalas e categorias da realidade, percebidas com particular intensidade em virtude de uma exaltação do espírito que o conduz de certa forma a um “estado limite”. Para começar, a sensação do maravilhoso pressupõe a fé. Os que não creem em santos não podem se curar através de milagres de santos².

Só com boa dose de arbitrariedade é possível reunir tudo o que parece fantástico e fabuloso no sentido da descrição do mundo novo que habitamos. É certo que a preocupação em delimitar o conceito de “fantástico”, “mágico”, maravilhoso ou “estranho” corresponde a formas que a modernidade encontrou para confinar certos fenômenos num

1. Alejo Carpentier, *Ensayos*, pp. 123-124.

2. *Idem*, p. 77.

outro tempo e espaço, separando a mente racional daquilo que lhe parece impenetrável. A própria fé – o indemonstrável – de que fala Carpentier aparece como “estado limite”, fruto de uma exaltação do espírito diante de uma iluminação ou conhecimento inusual. Ora, o que exalta o espírito parece ser a desordem, a antiordem, expressa nas aparições fenomênicas de que os bestiários são apenas um exemplo. Refere-se não só aos seres que se integram ou pertencem aos quatro elementos – terra, mar, ar e fogo – de modo antes nunca visto mas também ao modo de descrever registrado em textos variados que, hoje, são lidos como meros delírios de autores quinhentistas, a setecentistas. Mas como notou Piero Caporesi, que cita *Letere Odorose* de Lorenzo Magalotti (1693-1705):

O jovial, o gracioso, o gentil, o salubre, o recreativo são prerrogativas da nossa terra da Europa. O nobre, o rico, o aromático, o majestoso, o indistinto, o vital, o admirável existem na América. [...] tudo o que era indígena, tudo o que era cultivado nos jardins, nas hortas, nos campos da Itália, ou que espontaneamente ali crescia, parecia ter perdido o poder de atrair³.

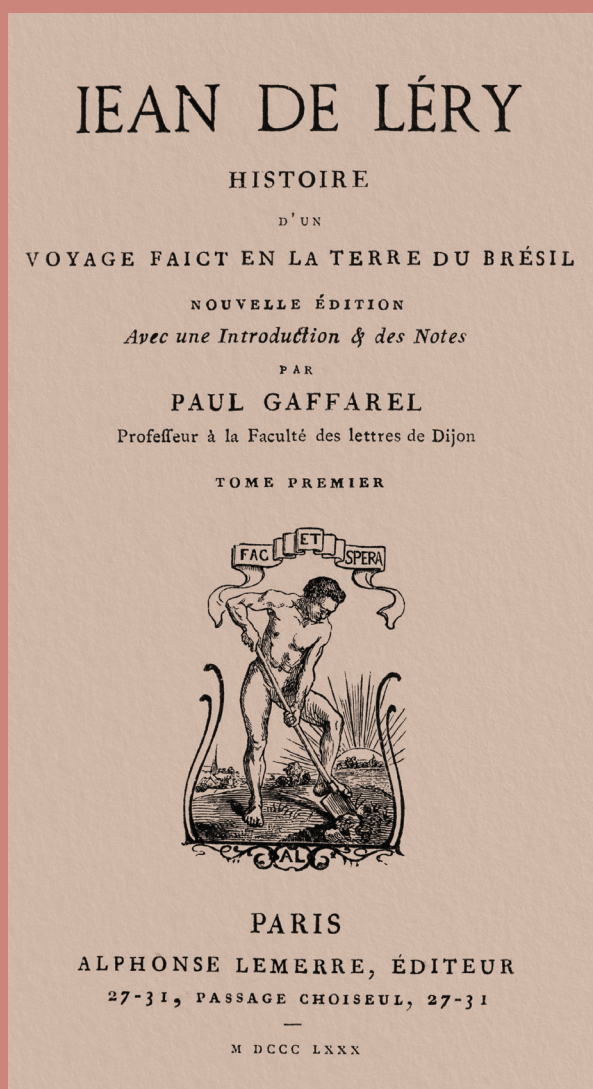
E é sem dúvida sobre essa “necessidade europeia” que encontram lugar e prosperam as abusões originadas no Novo Mundo – esse “estado limite” nas palavras de Carpentier, em que se apoia a história do real maravilhoso cujo pressuposto é a fé. O modo de acomodar essas aparições do real ao universo racional foi igual aos esforços de todos os tempos para encaixá-los, de algum modo, na racionalidade ocidental. A obra de Afonso d’Escragnonle Taunay (*Zoologia Fantástica do Brasil*) sem dúvida corresponde a um esforço sistemático para fazê-lo. Depois dele, registrou-se o tratamento de muitas abusões como temas do “folclore”, esta “ciência” que cristaliza o insólito como algo que brota no terreno simplório do saber popular, como exageros e distorções que se explicam pelo conhecimento mágico que se forma e consolida distante das ciências.

Nesse sentido é notável o surgimento da revista *Abusões*, cujo editorial diz:

As artes da abusão: dos erros de percepção, das coisas que se tomam por outras, das ilusões e dos enganos; da crença no fantástico e das superstições; dos feitiços, dos encantamentos e dos malefícios. Foi em torno dessa hoje exótica palavra que nasceu a *Abusões*, revista dedicada às ficções que transitam nas franjas do real, um projeto que é fruto da parceria entre dois Grupos de

3. Piero Caporesi, *Hedonismo e Exotismo*, p. 92.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien. 1835, folha de rosto.*



LÉRY, Jean de. *Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil; 1880, folha de rosto.*

Pesquisas certificadas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) junto ao Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Nós do Insólito: Vertentes da Ficção, da Teoria e da Crítica e o Estudos do Gótico. O vigor desse campo de estudos nas universidades brasileiras é atestado pelo surgimento e consolidação, nos últimos anos, de vários grupos de pesquisa a ele dedicados, como o Vertentes do Fantástico na Literatura (Unesp), o Espacialidades Artísticas (UFU), o Língua e Literatura: Interdisciplinaridade e Docência (Unifesp) e o Narrativa e Insólito (UFU), todos reunidos, juntamente com nossos dois grupos da Uerj, no GT da Associação Nacional de Pós-graduações e Pesquisa em Letras e Linguística Vertentes do Insólito Ficcional. Dessas inúmeras e labirínticas intersecções e tangências entre o insólito, o gótico, o fantástico, o medo, o estranho, o maravilhoso, o horror, a fantasia, o sobrenatural, vêm os artigos que dão corpo à publicação⁴.

Sem dúvida esse novo enquadramento da produção simbólica do sistema colonial poderá mostrar-se rico e fértil para todos quanto lidem com a literatura ficcional, enriquecendo o entendimento do alargamento do espírito humano que inaugura o mundo moderno, a partir dos descobrimentos. ●

4. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/abusoes/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 25 ago. 2017.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). São Paulo, Nacional, 1938.
- AIROSA, Plínio Marques da Silva. *Apontamentos Para a Bibliografia da Língua Tupi-Guarani*. 2ª ed., rev. e atual. São Paulo, Faculdade de Filosofia, 1954.
- ALMEIDA PRADO, João Fernando de. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630)*. São Paulo, Nacional, 1939.
- _____. *Fontes Primárias para o Estudo das Explorações e Reconhecimento Geral no Século XVI*. Seminário de Estudo das Fontes Primárias para a História de São Paulo no Século XVI, 1944. Folheto nº 21.
- _____. *Primeiros Povoadores do Brasil: 1500-1530*. São Paulo, Nacional, 1939.
- ANCHIETA, José de. *Carta Fazendo Descrição das Inumeras Coisas Naturaes, que se Encontram na Província de São Vicente Hoje São Paulo, Seguida de Outras Cartas Ineditas e Copiadas do Archivo da Companhia de Jesus; trad. do latim pelo professor João Vieira de Almeida, com um prefácio pelo Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo*.
- _____. *Cartas Avulsas: 1550-1568*. Rio de Janeiro, Oficina Industrial, 1931.
- _____. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta: 1584-1586*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.
- _____. *Informação do Brasil e Fragmentos Históricos*. Introdução de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, s.c.p., pref. 1886, XVI.
- ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho. *Estudos Sobre a Bahia Cabralia e Vera-Cruz Feitos por Ordem do Governador do Estado o Illm. e Exm. Snr. Cons. Luiz Vianna*. Bahia, Litho-Typ. e

- Encadernação Reis & Co., 1899, vi.
- _____. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo, Comissão do IV Centenário, Serviço de Comemorações Culturais.
- _____. *Ensaio Sobre Etnologia Brasileira*. Prefácio de Affonso de E. Taunay. Edição fac-similar. São Paulo, Nacional, 1937.
- _____. *Lendas dos Índios do Brasil: Selecionadas e Comentadas*. São Paulo, Brasiliense, 1946.
- _____. *Tapirapé: Tribo Tupi no Brasil Central*. São Paulo, Nacional, Edusp, 1970.
- BARIL, V.L., Comte de la Hure. *L'Empire du Bresil: Monographie Complete de l'Empire Sud-Americain*. Paris, Ferdinand Sartoris, 1862, xv.
- BARROSO, Gustavo Dodt. *Mythes, Contes et Légendes des Indiens: Folk-lore Bresilien*. Paris, Librairie des Amateurs, 1930, II.
- BAYARD, Jean Pierre. *História das Lendas*. Trad. Jeanne Marillier. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957.
- BOEHRER, George C. A. *Apontamentos Para a Civilização dos Índios Bárbaros do Reino do Brasil por José Bonifácio de Andrada e Silva*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.
- CABRAL, Luis Gonzaga do Vale Coelho Pereira. *Jesuitas no Brasil: Século XVI*. São Paulo, Melhoramentos, 1925. Coleção Inéditos e Dispersos, vol. 3
- CALMON, Pedro. *História do Brasil: As Origens (1500-1600)*. São Paulo, Nacional, 1939.
- CANDIDO, Antonio Zeferino. *Brazil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, VIII.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro, Séculos XVI-XVII-XVIII*. 4ª ed, São Paulo, Martins, 1971.
- _____. *Anubis e Outros Ensaio: Mitologia e Folclore*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1951.
- _____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Prefácio de Antônio Balbino. Rio de Janeiro, INL, 1954, XII.
- _____. *Geografia dos Mitos Brasileiros*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.
- _____. *Geografia dos Mitos Brasileiros*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1983. XXII.
- _____. *História dos Nossos Gestos: uma Pesquisa na Mímica do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- _____. *Superstições e Costumes: Pesquisas e Notas de Etnografia Brasileira*. Rio de Janeiro, Antunes, 1958.
- CASTILLEJO, Federico Fernandez de. *La Ilusión en la Conquista: Génesis de los Mitos y Leyendas Americanos*. Buenos Aires, Atalaya, c. 1945.
- COLONELLI, Cristina Argenton. *Bibliografia do Folclore Brasileiro*. São Paulo, 1979. Coleção Folclore, vol. 19.
- CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943. Coleção Clássicos e Contemporâneos.
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1952.
- _____. *Antecedentes do Tratado de Madri; Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai: 1703-1751*. Introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955. Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. 6.
- _____. *Cabral e a Origem do Brasil: Ensaio de Topografia Histórica*. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, 1944.
- _____. *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e do Descobrimento do Brasil*. Lisboa, Ailland, 1922.
- _____. *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos: 1750-1802*. Introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969. Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. 7.
- _____. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá: 1549-1640*. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951. Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. 1.
- _____. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim: 1596-1760*. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1952. Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. 2.
- _____. *Jesuítas e Bandeirantes no Tape: 1615-1641*. Introdução e Notas por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969. Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. 3.
- _____. *Portugueses e Índios no Brasil Colonial*. São Paulo, ECA, 1972. Série Cultura Geral.

- _____. *Tratado de Madri: Antecedentes – Colônia de Sacramento: 1669–1749*. Introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1954. Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. 5.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. Sergio Milliet. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978, 2 vols.
- _____. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo, Martins/Edusp, 1972. 2 vols.
- D'EVREUX, Ivo. *Viagens ao Norte do Brasil*. Trad. Dr. Cesar Augusto Marques. Rio de Janeiro, Tip. do Anuário do Brasil, 1929. Coleção Bibliotheca dos Escritores Maranhenses, vol. 11.
- DIÁLOGOS das Grandezas do Brasil, *Pela Primeira vez Tirados em Livros*. Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930. Coleção História, vol. 3.
- DIEUDONNÉ, Marie Joseph Auguste Emmanuel, conde de Las Casas. *Atlas Histórico, Genealógico, Cronológico, Geográfico etc., de Lesagne. Escrito por el Conde de Las Casas; Traducido, Corregido y Aumentado por un Español Americano*. Paris, Bossange, 1826.
- DONNER, Florinda. *Shabono*. London, Triad/Paladin, 1984.
- D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Trad. David Jardim. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976.
- EHRENREICH, Paul. *Anthropologische Studien über die Urbewohner Brasiliens: Vornehmlich der Staaten Matto Grosso, Goyaz und Amazonas (Purus-Gebiet)*. Vieweg, Brunswick, 1897.
- _____. *Contribuições Para a Etnologia do Brasil*. Trad. Egon Schaden. Introdução e notas de Herbert Baldus. São Paulo, Revista do Museu Paulista, 1948.
- ESTÓRIAS e Lendas dos Índios. Seleção e introdução de Herbert Baldus. Ilustrações de J. Lanzellotti. Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro. São Paulo, Literart, 1960. Estórias, lendas, vol. I.
- FARINHA, Antônio Lourenço. *A Expansão da Fé na África e no Brasil (Subsídios Para História Colonial)*. Lisboa, Attica, 1942, 2 vols.
- FERNANDES, José Loureiro. *Os Índios da Serra dos Dourados: Os Xetá*. Recife, Imprensa Universal, 1946.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. 2ª ed. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo, Melhoramentos, 1948.
- FREYRE, Gilberto de Mello. *O Mundo que o Português Criou: Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colônias Portuguesas*. Rio de Janeiro, Olympio, 1940.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. (Publicado com *Tratado da Terra do Brasil*). Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, s.d., pp. 65-147. Coleção Clássicos Brasileiros.
- _____. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- GERBER, Raquel. *O Mito da Civilização Atlântica: Glauber Rocha, Cinema, Política e a Estética do Inconsciente*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.
- GORHAM, Rex. *The Folkway of Brazil: A Bibliography. Compiled by Rex Gorham, Edited by Kart Brown*. New York, The New York Public Library, 1944.
- GUERREIRO, Fernão. *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas Suas Missões do Japão*. Nova edição dirigida e prefaciada por Artur Viegas. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930-1931, 2 vols.
- GUIDO, Angelo. "Mito das Icamíabas" (Separata). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XVIII, 1º semestre 1937.
- HARTT, Charles Frederick. *Os Mitos Amazônicos da Tartaruga*. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.
- HERMES Jr., João Severino da Fonseca. *Limites do Brasil: Descrição Geográfica da Linha Divisória por J.S.F. Hermes e Murillo de Miranda Bastos*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1940.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Nacional, 1977.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil: Província do Norte*. Trad. Moacir de Vasconcelos. São Paulo, Martins, 1943.
- KLOSTER, W. & SOMMER, F. *Ulrico Schmidt no Brasil Quinhentista*. Introdução de Francisco de Assis Carvalho Franco. Trad. G. A. Bucher. São Paulo, Tipografia Gutenberg, 1942.
- KNIVET, Anthony. *Vária Fortuna e Estranhos Fados*. Trad. Guimar de Carvalho Franco.

- São Paulo, Brasiliense, 1947. Coleção A Conquista da Terra, vol 5.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980. Coleção Reconquista do Brasil, 22.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. São Paulo, Nacional, 1942.
- LEDERC, Max. *Cartas do Brasil*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo, Nacional, 1942.
- LEITE, Serafim. *A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal; Pelo Acadêmico Titular Serafim Leite*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942. (Separata dos Anais, VII).
- . *As Primeiras Cartas dos Jesuítas do Brasil Para o Conhecimento da América: 1549-1562*. Genova, Civico Instituto Colombiano, 1951. (Separata do vol. II do Studi Colombiani).
- . *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil: 1538-1563*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. 3 vols.
- . *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Portugália, 1938-1950, 10 vols.
- . *Novas Cartas Jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo, Nacional, 1940.
- . *Página de História do Brasil*. São Paulo, s.d.
- . *Suma História da Companhia de Jesus no Brasil: Assist. de Portugal, 1549-1766; por Serafim Leite*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1965, xv.
- LENKO, Karol. *Insetos no Folclore por Karol Lenko e Nelson Papavero*. São Paulo, 1979. Coleção Folclore, vol. 18.
- LÉRY, Jean de. *Histoire d'Un Voyage Faict en la Terre du Brèsil*. Paris, A. Lemerre, 1880, 2 vols.
- . *Histoire d'Un Voyage Faict en la Terre du Brèsil (1556-1558)*. Paris, Payot, 1927.
- . *História de uma Viagem Feita à Terra do Brasil*. Tradução ordenada literariamente por Monteiro Lobato. Rio de Janeiro/São Paulo, Nacional, 1926.
- . *Journal de Bord de Jean de Léry en la Terre du Brèsil, 1577; Présenté et Commenté par M.R. Mayeux*. Paris, Editions de Paris, c. 1957.
- . *Le Voyage au Brèsil de Jean de Léry: 1556-1558, Avec une Introduction par Charly Clerc*. Paris, Payot, 1927.
- . *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 10.
- . *Viagem à Terra do Brasil; Tradução Integral e Notas de Sergio Milliet, Segundo a Edição de Paul Gaffarel com o Colóquio na Língua Brasileira e Notas Tupinológicas de Plínio Airoso*. 2º ed, São Paulo, Martins, 1951. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 7.
- MADUREIRA, José Manuel de. *A Liberdade dos Índios, A Companhia de Jesus, Sua Pedagogia e Seus Resultados*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927-1929, 2 vols.
- . *A Companhia de Jesus e o Brasil*. (Separata do Anuário Catholico). (Publicado com: Pero Vaz de Caminha e a Carta do Achamento do Brasil, por Manuel de Sousa Pinto). Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo, Nacional, 1935.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Contes Indiens du Brèsil, Recuillis par M. de Général Couto de Magalhães et Traduits par Emile Allain*. Rio de Janeiro, Lombaerts, 1882, vi.
- . *Primeira Viagem ao Araguaya; Escripta e Publicada em 1863*. São Paulo, Typ. do "Federalista", 1889.
- MARCHANT, Alexander. *Do Escambo à Escravidão: As Relações Econômicas de Portugueses e Índios na Colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo, Nacional, 1943.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenhude Amerika's Zumal Brasiliens*. Leipzig, Friedrich Fleicher, 1897, 2 vols.
- . *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros: 1844*. Tradução, Prefácio e Notas de Pirajá da Silva. São Paulo, Editora Nacional, 1939, xxxii.
- MORAIS, Alexandre José de Mello. *Corographia Histórica, Chronographica, Nobiliana e Política do Império do Brasil Contendo Noções Históricas e Políticas, a Começar do Descobrimento da América e Particularmente do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1858, 4 vols.
- MORAIS, Raymundo. *Paiz das Pedras Verdes*, 2ª. ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931.
- MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Edição Comemorativa do v

- Centenário de Pedro Álvares Cabral. *Manuscrito do Séc. XVII, Conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Cartografia atribuída a João Teixeira Albernaz I. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968.
- MUCCI, Alfredo. *Acauã; Alguns Aspectos Morfocromáticos do Medo e Ansiedade no Fabulário Popular Brasileiro*. São Paulo, Morumbi, 1977.
- NASCIMENTO, Bráulio do (org.). *Bibliografia do Folclore Brasileiro; Organizado por Bráulio do Nascimento, Colaboração de Cydnéa Bouyer*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1971. Coleção Rodolfo Garcia. Série B – Catálogos e Bibliografias.
- NASH, Roy. *A Conquista do Brasil*. Trad. Moacyr N. Vasconcellos. São Paulo, Nacional, 1939.
- NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Trad. Moacyr N. de Vasconcelos. Introdução e notas por José Honório Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins, 1942, xx.
- NIMUENDAJU, Curt. *Os Índios Parintins do Rio da Madeira*. Paris, Société des Americanistes de Paris, 1924, (Separata: *Journal de la Société des Americanistes de Paris*, n.s. T.16, 1924, pp. 210-278).
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Coleção Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil, vol. 2. Edição fac-similar. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.
- _____. *Diálogo Sobre a Conversão do Gentio; Preliminares e Anotações Históricas e Críticas de Serafim Leite*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. Coleção IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol. 1.
- PALHA, Frei Luiz. *Índios Curiosos: Lendas, Costumes e Língua*. Rio de Janeiro, 1942, 1 vol.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de Iconografia das Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500-1720*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura, 1964.
- REYBAND, Joseph Charles. *La Colonisation du Brésil: Documents Officiels*. Paris, Bourdier, 1858.
- _____. *Le Brésil*. Paris, Guillaumin et Cie. Editeurs, 1856.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco, História, Descrições, Viagens, Colonização, Instituições*. Ilustrado por Victor Frond. Trad. Gastão Penha. São Paulo, Martins, 1941, 3 tomos em 2 vols. Coleção da Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 6.
- RICHSHOFFER, Ambrosio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Occidentais: 1629-1632; Traduzido do Rarissimo Original Alemão Annotado por Alfredo de Carvalho*. Recife, Typ. a vapor de Laemmert & Comp., 1897, VIII. Coleção História de Pernambuco, vol. 1.
- RODRIGUES, Pedro. *Vida do Padre José de Anchieta*. (Encadernado com: *Cartas Inéditas do Padre José de Anchieta*). Bahia, s.c.p., 1897.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. 8ª ed, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 2.
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Paisagem Colonial*. Por Rugendas e J.B. Debret, litografias e textos reproduzidas da edição original *Voyage Pittoresque au Brésil*, editada em 1834, em Paris; trad. e adaptação de Sérgio Milliet, prefácio de Arnaldo d'Avila Florence. São Paulo, Difusão nacional do livro, s.d. Coleção Documentos Históricos, vol. 7.
- SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Trad. Rubens Borba de Moraes. 2ª ed, São Paulo, Martins, 1945. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 2.
- SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. Edição revista por Capistrano de Abreu. São Paulo, Melhoramentos, 1918. XXXV.
- _____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Leuzinger/Biblioteca Nacional, 1889. xx.
- SAMPAIO, Theodoro Fernandes. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina: Trechos de Um Diário de Viagem*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1905.
- SAMPAIO, Theodoro & TESCHAUER, Carlos. *Os Naturalistas Viajantes dos Séculos XVIII e XIX e a Etnografia Indígena*. Salvador, Progresso, 1955.
- SANTOS, Yolanda Lhullier dos. *A Imagem do Índio na Ficção do Paraíso*. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1972. Tese de doutorado.
- SCHADEN, Egon. *A Mitologia Heróica de Tribos Indígenas do Brasil: Ensaio Etno-Sociológico*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1959. Coleção Vida Brasileira, vol. 15.

- SCHMIDEL, Ulrich. *Voyages Relations et Mémoires Originaux Pour Servir a l'Histoire de la Decouverte de l'Amerique; Publiés Pour la Premiere Fois en Français, par H. Ternoux-Compans*. Paris, Arthur Bertrand, 1837. VIII.
- SEIDLER, Carl. *Dez Anos de Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 24.
- SIMPÓSIO de *Pesquisa de Folclore*, 1º. Arquivo do Estado de São Paulo.
- SIMPÓSIO de *Pesquisa de Folclore*, 2º. Arquivo do Estado de São Paulo.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Ilustração de mapas de J. Washth Rodrigues. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 19.
- SOUSA, Gabriel de Soares. *Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia: Manuscrito del Siglo XVI*. Introdução de Cláudio Ganns. Notas finais de F. A. de Varnhagen. Madrid, Cultura Hispanica, 1958. xxxiii.
- _____. *Notícias do Brasil*. Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1974. Coleção Brasiliensia Documenta, vol. 7
- _____. *Notícias do Brasil*. Introdução, comentários e notas pelo professor Pirajá da Silva. São Paulo, Martins, s.d, 2 vols. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, vol. 16.
- _____. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1938.
- _____. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen]. 4ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1971.
- SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Nacional, 1961.
- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem Pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 4 vols.
- STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1974.
- _____. *Duas Viagens ao Brasil: 1547-1555*. São Paulo, Gutenberg, 1942.
- _____. *Primeiro Viajante*. Prefácio e legendas adaptadas por Jamil Almansur Haddad, gravuras de Leo Theodorum de Bry, reproduzidas da edição original de 1557 em Marburgo, Alemanha. São Paulo, Difusão Nacional do livro, s.d. Coleção Documentos históricos, vol. 1.
- _____. *Suas Viagens e Cativo Entre os Índios do Brasil*. Texto ordenado por Monteiro Lobato. 4ª ed. São Paulo, Nacional, 1945. Biblioteca do Espírito Moderno. Série 3ª. História e Biografia, vol. 39.
- _____. *Vera Historia y Descripción de un País de las Salvajes Desnudas Ferozes Gentes Devoradoras de Hombres Situado en el Nuevo Mundo América*. Buenos Aires, Coni, 1944.
- _____. *Viagem ao Brasil*. Salvador, Progresso Editora, 1955. Coleção Estudos Brasileiros. Série Cruzeiro, vol. 10.
- _____. *Suas Viagens e Cativo Entre os Selvagens do Brasil*. [Traduzida da primeira edição original com anotações explicativas]. São Paulo, Typ. da Casa Eclectica, 1900, 1 vol.
- TAUNAY, Affonso d'Escragnole. *História Geral das Bandeiras Paulistas Escriptas à vista de Avultada Documentação Inédita dos Archivos Brasileiros, Hespanhoes e Portuguezes*. São Paulo, Typ. Ideal, 1924, 11 vols.
- _____. *Zoologia Fantástica do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
- TORRES, Luis Wanderley. *Nordeste Pitoresco e Engraçado*. 2ª ed. s.l., Ulpiano, 1980.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *Examen de Quelques Points de l'Histoire Geographique du Brèsil, ou, Analyses Critique du Rapport de M. de Avezac sur la Recente Histoire Général du Brèsil, par mr. F. A. de Varnhagen*. Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1858.
- _____. *O Descobrimeto do Brasil, Chrônica do fim do Décimo Quinto Século; Segunda Edição Autêntica, Revista, Correcta e Acrescentada Pelo Autor*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840.
- VASCONCELLOS, Simão de. *Chrônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. 2ª ed. Lisboa, Fernandes Lopes, 1865. CLVI
- VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre Antonio Vieira, Coordenadas e Anotadas por J. Lucio d'Azevedo*. Biblioteca de Escritores Portugueses. Série C. Coimbra, Universidade, 1925-1926, 1928, 3 vols. Biblioteca de Escritores Portugueses. Série C.
- _____. *Padre Antônio Vieira: Sermões Pregados no Brasil*. Seleção e ordenação, prefácio e notas por Hernani Cidade. 2ª ed. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, 4 vols.

———. *Por Brasil e Portugal*. Sermões comentados por Pedro Calmon. São Paulo, Nacional, 1938.
WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Trad. Orlando Torres. São Paulo,
Nacional, 1939.

Ananás. THEVET, André. Singularidades
da França Antártica, 1944, p. 281.



**O CAMINHO DE
MINAS GERAIS A GOIÁS**
VIAJANTES, POVOADORES,
MODELOS E IMAGENS

Marcos Horácio Gomes Dias

ITINERARIO

DO

RIO DE JANEIRO AO PARÁ E MARANHÃO,

PELAS PROVINCIAS

DE MINAS GERAES E GOIAZ,

seguido de huma descripção chorographica de Goiaz, e dos roteiros
desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo;

OBRA DEDICADA

AO EX^{MO} SR **DIOGO ANTONIO FEIJÓ,**

Regente do Imperio do Brazil,

PELO BRIGADRIRO

Raimundo José da Cunha Mattos,

Official da Ordem Imperial do Cruzeiro, Commendador da de S. Bento d'Aviz

TOMO PRIMEIRO.

RIO DE JANEIRO,

TYP. IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE E C^a,
rua d'Ouvidor nº 95.

1856.

RESUMO A problemática deste artigo é referente ao contexto do surgimento da arte mineira e goiana no século XVIII, marcada pelas origens paulistas e pela colonização portuguesa e a afirmação dos valores católicos cristãos. As obras desse período são condicionadas pela economia do ouro e por uma sociedade baseada em cânones aristocratas e escravocratas. A história de São Paulo, Minas Gerais e Goiás caracteriza-se, acima de tudo, por uma religiosidade assinalada pela forte presença da organização laica das ordens terceiras, confrarias e irmandades. Nesse sentido, todo um aparato artístico foi importante para mostrar, distinguir e ordenar essa sociedade que ficara rica rapidamente, ao mesmo tempo em que grandes setores dessa mesma sociedade estivessem pobres.

VIAJANTES • ARTE (SÃO PAULO, MINAS GERAIS, GOIÁS) • MODELOS ARTÍSTICOS • RELIGIÃO • BARROCO.

THE ROAD FROM MINAS GERAIS TO GOIÁS: TRAVELERS, COLONISTS, TYPES AND IMAGES

ABSTRACT The objective of this article is regarding the context of the appearance of Minas Gerais' and Goiás' art in the 18th century, marked by the people from São Paulo, Portuguese colonization and the statement of the christian catholic values. The works of that period are conditioned by the economy of gold and for a society based on canons aristocrats and slavers. The history of São Paulo, Minas Gerais and Goiás is characterized, above all, by a specific religiosity marked by the secular organization of the orders third, brotherhoods and fraternities. In that sense, an entire artistic apparatus was important to show, to distinguish and to order that society that had been rich quickly, at the same time that great sections of that same society were poor.

TRAVELERS • ART (SÃO PAULO, MINAS GERAIS, GOIÁS) • ARTISTIC MODELS • RELIGION • BAROQUE.

SOBRE O AUTOR

Marcos Horácio Gomes Dias é doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2000), pós-graduado em Arte e Cultura Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto (1999) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1995). Atualmente é professor do Museu de Arte Sacra de São Paulo, da Universidade São Judas Tadeu e do Centro Universitário Assunção. Criador do Canal Marcos Horácio, com o apoio da EDA filmes, para a produção de conteúdo sobre arte barroca, arte sacra, simbolismo, alegoria e resenha de livros.

INTRODUÇÃO

A historiografia tradicional tem se debruçado sobre Minas Gerais desde muito tempo. Essa região é vista como o lugar da originalidade brasileira: terra de Aleijadinho e Tiradentes. Segundo esses historiadores, teria sido a primeira experiência de uma sociabilidade urbana na colônia. Por outro lado, Goiás é entendido como uma localização isolada e distante dos grandes centros da América Portuguesa. De qualquer forma, podemos encontrar na história dessas regiões uma relação próxima em função de sua formação paulista inicial, pelos laços comerciais que se mantiveram, e, por consequência, por trocas culturais e artísticas.

.....
MATTOS, Raimundo José da Cunha.
Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará
e Maranhão, pelas províncias de
Minas Geraes e Goyaz. *Tomo Primeiro*,
1836, *folha de rosto*.
.....

Uma série de instituições seculares e religiosas, grande número de comerciantes, uma grande população de escravos e um espaço para artistas de todas as categorias são as marcas específicas desses territórios. Pela movimentação e pelo estilo de vida de sua gente, distanciava-se aos poucos do velho ritmo ditado pelos povoadores paulistas, guardando, contudo, traços essenciais de sua cultura, além de contar com confrarias e irmandades religiosas que apoiavam a arte e a cultura de então. A marca maior dessa arte era a religião e a fé católicas¹.

MINAS GERAIS E GOIÁS: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE

A colonização dessa região se deu quando imperava o mercantilismo na Europa e sua necessidade crescente de metais que, posteriormente, incrementaram as relações comerciais e possibilitaram o nascimento da indústria. A busca por mercados e mercadorias ocorria em meio à disputa por colônias e escravos, a ataques piratas e à destruição de civilizações inteiras. A exploração do ouro tornou-se uma prioridade para os reis de Portugal. O povoamento de Minas Gerais e Goiás estava articulado com a dinâmica da colonização portuguesa e era causa direta da descoberta de ouro e diamantes nos rios e córregos. Esse território, distante do mar, foi um sopro de ar numa economia combalida e sufocada como a de Portugal².

Os bandeirantes, conquistadores paulistas, fizeram um grande esforço para desbravar e achar as riquezas dessa região, enviando diversas expedições em direção ao norte e ao interior. Um deles, Fernão Dias Paes, já tinha alcançado estes sertões, no século XVII. Em seus percursos faziam roças para se abastecerem no retorno para São Paulo. Muitas dessas roças tornaram-se pousos com armazéns e, mais tarde, vilas e cidades. No final desse século outras levas de aventureiros chegaram onde se dizia que se encontrara ouro. As primeiras descobertas ficaram a cargo de Antônio Rodrigues Arzão e dos homens de Borba Gato. As cifras para o ouro são espantosas nesse início de povoamento.

1. Caio Cesar Boschi, *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*, p. 10.
2. Já, em 1530, quando Portugal pensava em realmente colonizar o Brasil, ensaiava-se um desejo de também encontrar, na colônia recém descoberta, as riquezas minerais que eram encontradas na América espanhola. Desde esse período, muitas expedições partiram para o interior do Brasil, seguindo os cursos dos rios e explorando os sertões. Muitas tentativas foram feitas, por todo o século XVI e XVII, sem que se chegasse a nenhum êxito. Finalmente, na última década do século XVII, foram encontrados ouro e pedras preciosas em diversos pontos da Serra do Espinhaço, em pleno planalto brasileiro.

As pedras preciosas atraíram habitantes de outras partes da colônia, e da própria metrópole, que reivindicavam também para si o direito de explorar as minas. O jesuíta André João Antonil no seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, de 1711, dizia que a região das minas tinha, na sua época, por volta de trinta mil pessoas. A população cresceu de tal maneira que, no final do século XVIII, contava com, aproximadamente quinhentas mil pessoas. Sérgio Buarque de Holanda ressalta que as minas multiplicaram em quase dez vezes a imigração de portugueses, vindos da metrópole. A população que aí se encontrava era uma mescla de gente aventureira de todas as procedências, de índios destroçados pelo avanço da colonização e de escravos negros que chegavam para trabalhar nas minas³. Segundo Antonil:

Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm, no Brasil, convento nem casa⁴.

Assim os povoados foram se organizando: o trabalho nas minas, a cata do ouro e o comércio. A instabilidade da mineração e as exigências crescentes do fisco mantinham uma sociedade inquieta e pouco afeita às regras e controle das autoridades⁵. Essa situação se dava principalmente pela crença no enriquecimento fácil e rápido, muitas vezes pela inexistência de uma autoridade oficial nos próprios povoados e, por isso, na má aplicação da lei. A própria distância entre os povoados permitiu a existência de muito desassossego político entre os habitantes das minas.

Esse momento foi marcado, principalmente, pela recusa dos paulistas em partilhar o espaço com aqueles que se chamavam de “emboabas”. Estes contavam com grandes contingentes provindos do Rio de Janeiro e da Bahia, portugueses e forasteiros. A Guerra dos Emboabas era um sinal que deixava claro para a coroa portuguesa que alguma medida precisava ser tomada em nome da ordem na

3. Entre os habitantes originais dessas regiões incluíam diversas tribos que falavam os dialetos de várias famílias linguísticas.

4. André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, pp. 185-186.

5. Em vários relatórios enviados para a coroa, os governadores dão conta que os paulistas não se importavam com as leis da metrópole e agiam com liberdade pelos matos. Esses governantes diziam, a todo o momento, que todos os exércitos da Europa seriam incapazes de deter esses homens destemidos e arreados (cf. André João Antonil, *Cultura e Opulência no Brasil*, p. 194).

região das minas⁶. Em razão disso, em 1709, as regiões do sul foram desmembradas e, assim, nascia a Capitania da Coroa de São Paulo e Minas do Ouro. São Paulo foi elevada à condição de cidade e algumas repartições administrativas da coroa foram enviadas para as minas⁷. Na verdade, os governadores gastavam muito pouco do seu tempo na sede da repartição paulista e passavam longos períodos nos locais de mineração⁸. Seu primeiro governador, Antônio de Albuquerque, fundou, em 1711, as vilas de Mariana, Vila Rica e Sabará. Em 1713, foi fundada a vila de São João del Rei e, em 1714, foram fundadas as vilas de Caeté e Serro. Pitangui foi fundada em 1715 e São José del-Rei (Tiradentes), em 1718. Para isso, permitiu-se a construção de capelas, igrejas, casas de câmara e cadeias⁹. Nesses casos, vereadores, juízes e políticos eram eleitos e funcionários da coroa eram empossados. Segundo Ana Sílvia Scott:

No caso do Brasil, sobretudo, as vilas e cidades tiveram um papel político extremamente importante para os monarcas lusos. Sua criação não só incentivava a fixação da população de forma mais estável e organizada, do ponto de vista administrativo, como servia para cimentar a lealdade de súditos portugueses para com a coroa nas mais distantes paragens. A distribuição de cargos municipais, por exemplo, era uma maneira de manter os laços e a fidelidade com a metrópole europeia, pois a nobreza da terra, que exercia tais cargos, se sentia diretamente ligada à figura do monarca no distante além-mar por meio das correspondências regulares, dos pedidos de mercês e da intervenção do monarca para dirimir possíveis querelas entre os habitantes das vilas¹⁰.

Por conta das divergências instaladas a partir das Guerras dos Emboabas, muitos desses habitantes paulistas iniciais se recusaram a ficar em terras mineiras e partiram para as regiões mais distantes da coroa portuguesa. Atingiram locais onde hoje estão as cidades de Goiás e Mato Grosso e começaram aí novas povoações baseadas em seus costumes ancestrais da São Paulo de origem e naqueles que aprenderam

6. Esse conflito conhecido como Guerra dos Emboabas durou de 1708 a 1709 e contou com vários momentos exaltados pela história oficial. Num desses fatos memoráveis, Manuel Nunes Viana, emboaba, foi aclamado governador das Minas Gerais (cf. Adriana Romeiro, *Paulistas e Emboabas no Coração de Minas: Ideias Práticas e Imaginário Político no Século XVIII*, p. 194).

7. Adriana Romeiro, *Paulistas e Emboabas no Coração de Minas*, pp. 312-313.

8. Esse fato não agradou nem um pouco aos paulistas que lá viviam e zelavam pela sua liberdade nos negócios com o ouro e com o comércio (cf. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, p. 140).

9. Augusto de Lima Júnior, *A Capitania das Minas Gerais*, p. 39.

10. Ana Sílvia Scott, *Os Portugueses*, p. 121.

na região das vilas de Minas Gerais. Paracatu do Príncipe, Vila Boa de Goiás (Goiás Velho) e Cuiabá foram fundadas nesse momento. Nessas novas regiões também descobriram ouro, mas este não era tão abundante quanto aquele da região onde estava situada Vila Rica.

Isso fez com que a jurisdição da coroa portuguesa fosse maior e, nesse sentido, uma das questões que mais preocupava o governo português era o contrabando e a evasão de divisas¹¹. A coroa sabia da sua incapacidade em explorar as terras coloniais contando apenas com o aparato do Estado e, mesmo assim, tentava aumentar cada vez mais o rigor da fiscalização sobre os mineradores e a produção de riqueza. O escasseamento do ouro causava maior aperto do fisco. A coroa tentava cobrar os impostos dos particulares que exploravam o metal de acordo com a quantidade de trabalhadores que labutavam nas minas, por meio do quinto¹², ou aplicando a derrama¹³. Foram criados postos de fiscalização, casas de registros de passagens; proibiu-se a circulação de ouro em pó; controlava-se o gado que vinha do Norte e, em 1725, foram estabelecidas as casas de fundição em Minas Gerais de onde o quinto era retirado¹⁴.

Não era só o ouro que representava uma grande riqueza para a metrópole, mas também temos toda a produção de diamantes na região do Serro e do Arraial do Tijuco (atual Diamantina). Essa produção foi a que mais sofreu com as medidas restritivas da coroa¹⁵. Após o anúncio oficial de sua descoberta, em 1729, Portugal decretou o monopólio da coroa, circunscrevendo um território dentro da Capitania de Minas Gerais, que ficava diretamente sob a autoridade real¹⁶. A Intendência dos Diamantes foi criada na região conhecida como Distrito Diamantino¹⁷. Por conta disso, a própria população procurava saídas para burlar as autoridades. A mineração era realizada nos escondidos das serras, o contrabando e o comércio eram intensos. Diversos quilombos surgiam a todo momento e seus membros aproveitavam para garimpar clandestinamente¹⁸.

11. Roberto Cochrane Simonsen, *História Econômica do Brasil: 1500-1820*, pp. 253 e 284.

12. O quinto era a cobrança de um imposto que representava em valor a quinta parte de todo o ouro produzido por um determinado minerador.

13. A derrama era a cobrança do valor que faltava para a arrecadação atingir a quantidade de divisas estipulada para a coroa, naquele ano. Esse valor tinha que ser pago por toda a população independente de quem estivesse, ou não, ligado à produção aurífera. Essa quantidade variou entre trinta a cem arrobas de ouro por ano.

14. Friedrich Ewald Renger, "A Origem Histórica das Estradas Reais nas Minas Setecentistas", p. 135.

15. Aires da Mata Machado Filho, *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina*, p. 20.

16. Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 50.

17. Augusto de Lima Júnior, *op. cit.*, pp. 56-61.

18. "Ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois, um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas" (Aires da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, p. 20).

Minas Gerais e Goiás assistiam assim ao nascimento de uma elite despótica e violenta que gostava de determinar a ordem na medida de seus interesses. Além de tudo, temos a ascensão de membros de camadas intermediárias, oriundos das mais diversas procedências, categorizações sociais e origens de cor. Segundo Laura de Mello e Souza:

[...] se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais. Nessas zonas de sombra, por outro lado, os interesses metropolitanos se combinavam aos regionais e acabavam produzindo alternativas peculiares, já que, como viu Edmund Burke para um império bem diferente – o britânico do século XVIII –, os mares se encrespavam e passavam-se meses entre a ordem e a execução. Elites locais e administradores enviados pelo rei buscavam ações comuns com frequência maior do que se imaginou há cerca de cinquenta anos, e fizeram-no de forma ambivalente: o enriquecimento desenfreado, os interesses escusos, o contrabando, as várias arbitriedades e injustiças combinaram-se não raro com a busca de soluções eficazes para crises econômicas e fiscais, a melhoria das condições de vida, o sonho de uma formação política capaz de atender aos interesses do reino e ao das conquistas¹⁹.

Esses indivíduos preocupavam-se com o seu bem-estar e com sua ostentação. Como todos os esforços dessas capitânicas estavam voltados para a extração das riquezas do solo, essa sociedade percebia-se cada vez mais dependente dos produtos vindo de fora. Por conta disso, essas capitânicas como um todo viram crescer a troca de mercadorias e atraiu negócios que antes eram vistos em praças como em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso assistiram à circulação de escravos, ferramentas, fumo, cereais, gado, sal, açúcar e cachaça²⁰. Indivíduos dos mais diferentes ofícios estabeleceram-se em suas cidades: boticários, barbeiros, cirurgiões, taberneiros, pedreiros, médicos, prestamistas, soldados da milícia, tropeiros e mestres-escolas. Aprimorou-se o transporte e as tropas de burros eram buscadas no Rio Grande do Sul²¹. Justamente por conta da circulação do ouro e de todos os esforços levados para a sua extração, vamos assistir a crises de abastecimento, subidas de preços e momentos de fome. Os alimentos tornavam-se um negócio extremamente rendoso. Aos poucos, a lavoura

19. Laura de Mello e Souza, *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*, pp. 11-12.

20. Charles Ralph Boxer, *Igreja e Expansão Ibérica*, pp. 294-295.

21. Friedrich Ewald Renger, *op. cit.*, p. 136.

o Sr. José Teixeira foi Intendente de
Vila Rica e seu despacho neste livro tem a
produção de D. João de Rio de Janeiro,
Dei de Vila Rica de 1781 e o livro por
estabelecido. (Ver pag. 572)

for transferido ao Conselho da Câmara
de Vila Rica de Vila Rica (ver ff. 30 e 33)

1781
vol. 27
pag. 18

Instrucção
Para
O Governo da Capitania
de
Minas Geraes
Por
Jose João Teixeira
Dezembargador
Da Relação de Porto.

1781.

TEIXEIRA, José João. Instrucção para o
Governo da Capitania de Minas Geraes;
1781, folha de rosto.

estabelece-se no sul de Minas Gerais e em regiões do sertão de Goiás e transforma essas regiões em local de abastecimento para as cidades dessas capitânicas²².

A constituição de um mercado interno no centro da América Portuguesa possibilitou uma complexidade social e econômica diferente da que estávamos acostumados no restante da colônia²³. Vamos encontrar nessa região uma grande população de homens brancos não ligados diretamente à mineração e mulatos e negros alforriados que se especializam nos mais diversos serviços. Caio Prado Júnior coloca:

Nestas condições o comércio, apesar da prevenção que contra ele havia, ocupa uma posição de relevo. Pode fazer frente à outra classe possuidora da colônia, os proprietários, e disputar-lhes a primazia. É o que efetivamente se deu, e as hostilidades que daí resultam são de grande repercussão política. Teremos aqui no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enche a história da Europa²⁴.

Por conta de toda essa história, essa sociedade mineira que vivia no interior da América Portuguesa apresentava características únicas na realidade colonial na América. Em Minas Gerais e Goiás, as possibilidades geradas pelo comércio, a descoberta de um veio ou o achado de uma certa quantidade de ouro, possibilitaram mudanças significativas. No caso do escravo, possibilitou a compra de sua própria carta de alforria. Essa situação era diversa daquela encontrada no Nordeste do Brasil, onde o controle sobre os escravos era extremamente rígido e a população livre tinha pouca mobilidade social. Para os nascidos no interior da colônia, a riqueza era um meio de se afirmar perante a metrópole e seus “iguais”. Para o negro escravo, era uma forma de ganhar a liberdade. Para o português, era sinal de seu poder colonizador²⁵.

No caso de Minas Gerais, esse fato gerou certo debate em toda a trajetória da historiografia brasileira que considerou, de alguma maneira, a “democracia” da sociedade mineira. Essa historiografia mais tradicional esquecia que estes costumes eram apenas uma pequena exceção em

22. Sabará também foi um desses centros, facilitado que estava pela presença do Rio das Velhas. Esse rio ajudava a penetração de uma população provinda do norte, o comércio de gado e a implantação de fazendas. Sabará fazia parte de uma rota que ligava as minas do ouro à Bahia. Nessas cidades, eram encontradas as tradicionais casas de secos e molhados, produtos grosseiros e finos, alimentos e tecidos europeus (cf. José Newton Coelho Meneses, “A Terra de Quem Lavra e Semeia: Alimento e Cotidiano em Minas Colonial”, p. 356).

23. Carlos Magno Guimarães & Liana Maria Reis, “Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, p. 332, vol. 1.

24. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 294.

25. Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, pp. 167-173.

uma sociedade escravista, com um grande número de brancos pobres, negros e hábitos africanos. Uma sociedade que se pretendia civilizada, mas que se notabilizava, na realidade, pelas práticas dos castigos com ferros, máscaras, paus e chibatas.

Essa relação conturbada entre as diversas esferas de poder negligenciou a própria decadência das minas. A Minas Gerais que assistiu à pujança do ouro foi a mesma que teve que conviver com a derrocada de suas jazidas. O ouro em Goiás nem tivera sido tão abundante e se esgotou rapidamente. Essas regiões viram sua vida econômica se deslocar para a zona rural, seu comércio mudar para outras regiões e o aumento da miséria nos centros urbanos. A constante instabilidade da vida urbana e a realidade de uma economia baseada nos altos e baixos da mineração nunca foram uma novidade para a população. Nesse caso, o forte espírito religioso desses indivíduos conseguiria manter unido o coletivo.

O CAMINHO DA RELIGIÃO PELO INTERIOR: IGREJAS E IRMANDADES

Na Vila de São Paulo podemos encontrar certo número de ordens religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos), mas, a coroa portuguesa, preocupada com os desmandos do ouro, tentava limitar o número de religiosos nas regiões descobertas pelos paulistas e proibiu a fixação de ordens religiosas em Minas Gerais. Em seu território foi proibida a presença dessas instituições devido ao medo da coroa portuguesa em deixar estabelecer poderes paralelos ou concorrentes ao seu. Para Caio Cesar Boschi, a justificativa da coroa era a de que o clero era “revoltoso, ambicioso e simoníaco, além de refratário ao pagamento de impostos, atitude que estaria transmitindo à população”²⁶. Por conta disso, sucederam-se algumas expulsões em 1713 e 1753. Todavia, podemos encontrar uma pequena quantidade de clérigos cuja permanência fora permitida, mas que, muitas vezes, ficavam sem atuação real e vagavam por todo o território. Se nos aprofundarmos na extensão que estamos percorrendo como viajantes, podemos encontrar membros das ordens dos Esmoleres da Terra Santa, Ursulinas, Franciscanos, Jesuítas e Capuchinhos²⁷. Mas, o que impera é a ausência das ditas ordens oficiais em Minas Gerais e Goiás²⁸. Um maior controle dessa região teve lugar com

26. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 31.

27. *Idem*, p. 83.

28. Mary Del Priore, *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*, pp. 47-50.

a criação do bispado em 1745, mas, mesmo assim, a realidade geográfica era difícil e as paróquias eram distantes. O conjunto desses elementos, ou a falta deles, permitia que a realidade da capitania se apresentasse por meio de benzedeadas, concubinato de padres e intenso culto aos santos²⁹.

A população dessas regiões se viu então dona de sua própria fé e, por isso, as irmandades e as ordens terceiras foram tão importantes para aquelas sociedades. A sociedade, além da questão econômica, era estratificada segundo critérios de raças e as confrarias e as irmandades religiosas seguiam esses critérios. Difícilmente alguém não participando dessas associações leigas da Igreja conseguiria se integrar plenamente na sociedade; o habitante estaria marginalizado se não tomasse parte em ao menos uma irmandade religiosa. Todos os acontecimentos, do nascimento à morte, eram comemorados nas confrarias e quem estivesse fora dela seria olhado com desconfiança e privado do convívio social. A participação na Igreja Católica era assim indispensável e “constituía crime o adotar outras crenças ou com ela simpatizar, pois isto abalaria as próprias bases do sistema de vida, o que não podia ser tolerado”³⁰.

A ausência de ordens religiosas, a articulação da vida urbana que substituiu a vida rural, a riqueza proporcionada pelo comércio e pela mineração deram às associações de leigos força suficiente para implantar uma nova sociabilidade. A necessidade de construções, sobretudo religiosas, altares, santos, objetos de culto, músicas para as solenidades e festas, fez das associações um importante centro de atividade artística e social. Esta combinação de elementos integrou indivíduos que poderiam ficar à margem da comunidade, dando a eles papel de destaque na sociedade e abrigando todas as categorias de cor ou condição financeira. Dessa forma, a arte nessa região compreende relações tão importantes e dinâmicas quanto à mineração e o comércio, pois os próprios embates sociais pelas irmandades e as formas de dominação do poder estão veiculados à arte como forma de expressão³¹.

Na aspereza do território, a religiosidade laica foi assim o grande fator de sociabilidade e de controle social da capitania. Para Caio Cesar Boschi, as irmandades “[...] precederam o Estado e à própria Igreja, enquanto instituições. Quanto ao primeiro, quando a máquina administrativa chegou, de há muito as irmandades floresciam”³².

29. Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, pp. 86-100.

30. Julita Scarano, *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século xviii*, p. 60.

31. Célio Macedo Alves, *Artistas e Irmãos: o Fazer Artístico no Ciclo do Ouro Mineiro*, p. 7.

32. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 23.

Essas associações religiosas eram importantes desde a Idade Média. Jacques Le Goff referindo-se às confrarias daquela época diz que é:

Preciso, então, notar o importante crescimento das confrarias, [...] presentes a partir de então nos hospitais, nas instituições sociais urbanas. Porque a confraria – união de oração e ajuda mútua suscitada diretamente pelos próprios fiéis – é uma reação contra um sentimento de desestruturação que se começa a perceber nas cidades e nos campos. [...] Sentimento de que dão testemunho, especialmente – mas não unicamente –, o medo de morrer só, sem receber oração dos mortos, oração indispensável para ganhar, senão o paraíso, pelo menos o purgatório [...]³³.

Jacques Le Goff continua:

Nelas uns rezam pelos outros, uns e outros se ajudam mutuamente e se cotizam para socorrer os pobres. Os poderes leigos desconfiam disso frequentemente, porque os confrades são os seus próprios chefes, formando redes de “autogestão”. A Igreja vela, por sua vez, para que as confrarias se mantenham na ordem do culto, das procissões e da caridade³⁴.

Justamente por isso, em Minas Gerais e Goiás, as irmandades e as ordens terceiras assumiram para si a função de agregar a população e educá-la dentro dos parâmetros da moral religiosa romana. Por meio delas, levava-se ao povo os conceitos mais abstratos da religião e, de alguma maneira, ajudava a compor elementos que, de outra forma, jamais seriam vistos por esses indivíduos. Para administrar cada uma dessas irmandades recorria-se a eleições periódicas para cargos específicos, que cumpriam a função de priores, reis, tesoureiros, ministros e juízes. As irmandades e as ordens terceiras trariam certa noção de ordem e civilidade em regiões com inúmeras dificuldades para a governabilidade³⁵.

Tais irmandades eram incumbidas de cuidar da vida espiritual de seus fiéis; manter os cultos e missas; exercer obras de caridade; e, em grande parte das vezes, construir seus próprios templos e capelas. Devido às dificuldades do povoamento, esses locais tornavam-se importantes referências desses pequenos aglomerados que surgiam nos sertões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso³⁶.

33. Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, pp. 200-201.

34. *Idem*, p. 201.

35. Mary Del Priore, *op. cit.*, pp. 38-39.

36. Podemos encontrar os primeiros exemplos na cidade de Vila Rica, como a capela de São João, onde foi rezada a primeira missa, pelo Padre Faria.

Inicialmente, a religiosidade dessas regiões estava restrita às pequenas capelas ou aos oratórios móveis, que poderiam ser transportados de um lugar a outro. Com o passar do tempo, com a necessidade da fixação da população, constroem-se as grandes matrizes e os templos das irmandades. A necessidade da população local fez com que essas associações tomassem a frente de ações que não poderiam ser esperadas dos poderes em Lisboa ou Roma. Elas mesmas tomavam conta das encomendas e da execução dos projetos. Uma forma de obter os recursos necessários para tais obras seria a cobrança de um determinado valor pelos próprios serviços espirituais: batismos, serviços fúnebres, sermões e missas cantadas³⁷.

A construção desses templos se multiplicou e vários deles foram erigidos simultaneamente. Mesmo construídas em pau a pique e teto de palha, essas igrejas foram melhoradas com o tempo, e anos depois, já estavam todas revestidas em ouro ou com pinturas importantes. Nelas eram empossados os governantes, aconteciam as missas solenes que celebravam fatos políticos ou aquelas datas referentes aos nascimentos e mortes de membros da família real portuguesa. O número de habitantes crescia cada vez mais e os templos precisavam se adequar às novas necessidades. Por conta disso, estes seriam os locais mais apropriados para se observar a sociabilidade e a arte dessa gente. Segundo Célio Macedo Alves:

A igreja matriz [...] é o local privilegiado para analisarmos as representações iconográficas referentes às várias irmandades que dentro de um mesmo espaço sagrado concorrem a uma graça de Deus. É o local indicado para se averiguar o confronto de poder entre os santos distribuídos pelos altares e outros cômodos da matriz. Ali é possível interpretar as representações em face da coletividade, já que a matriz é o templo mais importante da vila, ponto de referência para se medir a magnitude da vila. É certo que todos os moradores da vila concorriam para sua construção, em função do poder aquisitivo e da situação social de cada grupo, fato demonstrado pelo espaço que cada um desses grupos ocupavam no interior do templo³⁸.

Cabia à Irmandade do Santíssimo Sacramento a ereção da igreja matriz de uma povoação. Essa irmandade agregava os brancos ricos da capitania. Por isso, após a conclusão dos trabalhos, cabia a ela o altar-mor, enquanto os outros altares ficavam a cargo das outras irmandades do local. Nestes outros locais, podemos encontrar, geralmente, as imagens de

37. Charles Ralph Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, p. 199.

38. Célio Macedo Alves, *Iconografia e Mentalidade Religiosa na Antiga Vila Real do Sabará*, p. 24.

Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio, São Miguel, Nosso Senhor dos Passos, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora da Boa Morte. Todas correspondem às irmandades existentes na localidade e que ainda não tinham para si uma igreja ou capela. Além disso, as igrejas matrizes são aquelas onde ocorrem os eventos principais da coletividade, ordenações políticas e eclesiásticas. Por isso, esses templos se devotam à vida do próprio Cristo com a representação de diversos momentos da sua vida, a *via crucis*, um altar específico para o Senhor dos Passos, para o Senhor Morto etc. O interior das matrizes poderia ser o local mais visível de uma iconografia oficial. Segundo Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira:

No retábulo da nave, distribuíam-se as demais irmandades erigidas nas matrizes, sendo os primeiros junto ao arco cruzeiro reservados, geralmente, às irmandades de Nossa Senhora do Rosário (lado do Evangelho) e São Miguel e Almas (lado da Epístola). É interessante notar que ambas as devoções desenvolveram-se em Portugal no final da era medieval: São Miguel, divulgado pelas confrarias, e Nossa Senhora do Rosário, pela Ordem Dominicana, que nela encontrou sua bandeira mariológica específica em contraposição à Virgem da Conceição Franciscana [...]³⁹.

A fundação de igrejas de devoção a Nossa Senhora Rosário também seria comum nesses primeiros anos de povoamento. A santa de invocação de escravos e negros estaria presente desde o início nas igrejas matrizes, ou mesmo com um templo próprio construído para seus associados. Com o tempo, essas igrejas também se tornaram ricas e executaram os mais belos templos dessas regiões.

Essa sociedade era, a princípio, dividida em senhores e escravos e, por isso, as primeiras igrejas a serem encontradas nessas cidades eram aquelas referentes a esses grupos: as matrizes e os templos de Nossa Senhora do Rosário. Na segunda metade do século XVIII, com o incremento da vida econômica e a maior complexidade das relações sociais, vemos a difusão de uma infinidade de templos correspondentes a cada extrato dessa população. Nesse momento, essas regiões já contam com um grande número de mulatos e uma importante classe de comerciantes⁴⁰.

39. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais*, p. 19.

40. Segundo Kenneth Maxwell, "a população de Minas Gerais em 1776, excluídos os índios, era superior a trezentos mil habitantes, o que representava 20% da população total da América Portuguesa e constituía a maior aglomeração da colônia. [...] Mais de 50% da população era negra, integrada por africanos importados ou por escravos brasileiros de pura herança africana. O restante da população era constituído, grosso modo, por percentagem igual de brancos e pardos. Este último grupo compreendia os mulatos e outras mesclas raciais puramente americanas por nascimento" (*A Devassa da Devassa*, p. 109).

Assim, vemos uma série de construções e edificações de igrejas e capelas de irmandades e ordens terceiras, além de um grande número de templos rurais que diziam respeito à condição racial daqueles indivíduos. Brancos de alta renda participavam da Irmandade do Santíssimo Sacramento; comerciantes ricos e funcionários públicos integravam as Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis; os pardos e negros participavam das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário (padroeira dos negros escravos e forros) ou Nossa Senhora das Mercês (protetora dos mulatos); e brancos pobres participavam da Irmandade de São Francisco de Paula ou outras destas frequentadas por mulatos⁴¹.

As Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo surgiram num período posterior ao povoamento nas minas, entre os anos de 1740 e 1760, e tornaram-se as mais ricas e poderosas nas suas povoações de origem⁴². Nesse período, os grupos mulatos constroem igrejas ou participam de irmandades dedicadas a São José, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora do Amparo, Cordão Seráfico de São Francisco de Assis e Nossa Senhora das Mercês⁴³. Como as grandes representantes dos grupos negros, as já citadas igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário continuam a ser construídas e eram muitas vezes reconhecidas pela invocação da Santa Ifigênia, uma das principais santas negras do panteão colonial. Aos templos religiosos dessas associações eram dedicados todos os esforços necessários, de forma que se distinguiram fortemente da sóbria arquitetura civil⁴⁴. Em Goiás, mantinham o comedimento de uma sociedade que não podia esbanjar riquezas como aquelas de seus vizinhos de Minas Gerais. Mesmo assim, se esmeravam em construir um templo de gosto diferenciado e com detalhes que o destacasse do resto das construções da pequena vila onde moravam.

Para isso, formou-se uma mão de obra quase que especializada em atender a demanda dessas construções. Esses trabalhadores eram, geralmente, negros e mestiços, que aproveitavam a necessidade religiosa para obterem uma atividade rentável. Segundo Adalgisa Arantes Campos:

[...] o grande mecenato artístico foi obra das ordens terceiras e irmandades leigas. Estas, com seus próprios recursos financeiros, colocavam em praça pública as obras de arquitetura, talha, escultura e pintura, as quais

41. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 14.

42. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Vila Rica começa a ser construída em 1767. Em 1762, inicia-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Sabará. Esse templo é rico em trabalhos de Aleijadinho. Nessa mesma época, são construídas as igrejas de Nossa Senhora das Mercês e de São Francisco em Sabará.

43. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *op. cit.*, p. 77.

44. Adalgisa Arantes Campos, *Roteiro Sagrado: Monumentos Religiosos de Ouro Preto*.

eram arrematadas e feitas em conjunto pelo mestre, oficiais, aprendizes e escravos⁴⁵.

A rivalidade entre as irmandades exigia que esses templos fossem construídos nos melhores locais para sua visibilidade: altos de morro, praças e fim de ladeiras. O próprio jogo cênico de sua apresentação no espaço urbano respeitava o gosto teatral da época. As igrejas tornam-se assim o centro de referência social dessas regiões. O próprio Estado utiliza-se delas para se fazer presente. Esses edifícios precisavam da permissão do bispo e do próprio rei de Portugal para serem construídos, mas, como dito acima, toda a iniciativa e os encargos com a construção ficavam nas mãos dos homens comuns e irmãos leigos. Nelas, aconteciam as cerimônias importantes para aquela localidade e rituais que davam voz aos representantes políticos e administrativos do reino. Elas eram, muitas vezes, o único braço de Portugal em terras desses sertões afastados do litoral. Cada igreja significava um ponto de civilização nesse mundo distante da Europa⁴⁶.

A ARTE NO INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA: O CAMINHO PERCORRIDO POR PAULISTAS ENTRE MINAS GERAIS E GOIÁS

Núcleos como Mogi das Cruzes, Embu das Artes, São Roque, Sorocaba, Jundiaí, Santana do Parnaíba, Itu, Atibaia e Taubaté eram centros dispersores de bandeirantes povoadores e de técnicas construtivas. Esses povoados eram o berço dos desbravadores das terras entre Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os paulistas levaram a taipa de pilão para toda essa região, principalmente Goiás e Mato Grosso⁴⁷.

A presença visual paulista desses anos iniciais de povoamento não se apagariam por completo. O padrão das casas fechadas como fortalezas seria aquele adotado no início da colonização dessas regiões. As características maiores dessas casas são o predomínio de grossas paredes com a pouca abertura de suas janelas e portas. A casa bandeirista servia como uma pequena fortaleza. O alpendre separava o quarto do visitante para com o resto da construção, já que os viajantes do período contavam com a hospedagem nesses lugares durante seu

45. *Idem*, p. 5.

46. Na segunda metade do século vemos a construção de uma série de igrejas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e São Francisco de Assis.

47. Em Minas Gerais essa técnica não se desenvolveu por conta do acive dos terrenos onde o risco das chuvas e corredeiras era forte.

percurso. A capela ficava do outro lado desse alpendre, geralmente um cômodo com um pequeno altar ou imagem de santo. Essa morada tinha a função de proteção, resguardo da família e das mulheres da casa. As janelas contavam com ripas de madeira que faziam as vezes das grades de ferros.

Podemos ver ainda esses exemplos em Minas Gerais nas cidades de Sabará, Santa Durão, Lima Duarte, Pompeu, na edificação que abriga o atual Museu do Chá em Ouro Preto e em fazendas de Santana dos Montes. A herança paulista em Goiás deixou ainda como exemplo a Fazenda Babilônia, em Pirenópolis, que tem como característica da arquitetura bandeirista a localização do quarto de hóspede, e da capela, em lados opostos, na parte fronteira do edifício, separados por um amplo alpendre. Podemos encontrar ainda exemplos nas cidades de Rio Verde, Jataí, Jaraguá e Corumbá de Goiás. A própria arquitetura da Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás vai nos lembrar o padrão “fechado” dos paulistas.

As primeiras manifestações da arquitetura religiosa dessas regiões, por sua vez, podem ser encontradas nos oratórios de viagem que circulavam com os bandeirantes⁴⁸. Assim que se estabeleciam em algum lugar, construíam pequenas capelas com formas muito rústicas. Aos poucos tomavam ares maiores, com uma construção mais sólida, de acordo com o aumento da população. Essas primeiras capelas ainda podem ser encontradas nos morros que estão ao redor de Ouro Preto onde eram as sedes de diversos povoamentos que deram origem à cidade de Vila Rica. A fachada apresenta geralmente duas janelas e uma porta de entrada, que era encimada por um óculo com a função de iluminação. Esse modelo pode ser encontrado em Pilar de Goiás, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Serro (MG), Porangatu (GO), na Igreja de São Francisco de Paula em Tiradentes (MG), na Igreja de São Francisco de Paula em Goiás (GO), na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França em Corumbá de Goiás e na Igreja do Bonfim em Pirenópolis (GO). Podemos notar também que alguns desses templos não são apenas do início do povoamento, mas são construídas posteriormente, guardando em si os traços iniciais que lembram os primeiros colonizadores.

Com o desenvolvimento do comércio e o nascimento das vilas e povoados, vemos que essas pequenas capelas transformaram-se em igrejas e templos com ricos altares e talhas douradas. Com maiores possibilidades, o templo tornava-se uma forma de visualizar o céu e

48. Airton S. de Alcântara, *Paulistinhas: Imagens Sacras, Singelas e Seculares*, p. 14.

sua arquitetura representava os mistérios de Deus sobre a terra. A essa arquitetura que combinava diversas formas entre cheios e vazios, somava-se toda uma experiência mística que existia desde a Antiguidade mais remota. O universo religioso do interior do Brasil vai conseguir traduzi-las em sua forma religiosa. O espetáculo, que tem a arquitetura das igrejas como palco, é uma instituição que tem por fim provocar prazer e reações, e representa o uso pedagógico do poder das imagens. A igreja apresentava aos fiéis, outro tempo, com um sentido que os remetia a outro lugar. Esse era um mundo em que as coisas falavam por si mesmas, eram signos no grande teatro do mundo. Segundo Dias:

A arquitetura religiosa manifesta-se em seu ideal espiritual, ocupando um determinado lugar no espaço da cidade e tornando-se um referencial urbano. Os santos são dispostos nas fachadas, revelando as mensagens do interior do templo. Os relatos da Bíblia tornam-se os relatos da arquitetura, no qual medalhões e nichos correspondem a um determinado discurso religioso⁴⁹.

No geral, as igrejas de Minas Gerais e Goiás realizaram um padrão comum, desde os mais simples herdados dos primeiros povoadores paulistas até os mais sofisticados com a evolução do povoamento. A fachada apresentava três janelas e uma porta de entrada, que era encimada por um frontão. Na fachada exterior, podemos encontrar ainda uma ou duas torres. Entre as igrejas que guardaram algumas formas da herança paulista, mas a superaram em tamanho e arranjos, podemos citar a Igreja da Sé em Mariana (MG); a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em Pirenópolis (GO), a Matriz Nossa Senhora da Conceição do Serro (MG) e a Igreja Matriz do Divino Pai Eterno em Trindade (GO). Essas igrejas, na verdade, nos fazem lembrar os antigos padrões jesuítcos que estavam disseminados pela costa brasileira e, principalmente, na região de São Paulo. Esse dado é importante na medida que reforça o papel dos jesuítas na colonização e na cristianização do território. Assim diz Affonso Ávila:

Deixando de vista a Europa contaminada do germe reformista, a reação romana vislumbrou no Novo Mundo a sua oportunidade e nela se concentrou, conferindo à Companhia de Jesus a tarefa de superintender a operação de cobertura ideológica da colonização. O despertar latino-americano assistiu

49. Marcos Horácio Gomes Dias, *Entre a Ética Cristã e a Estética Cortesã: A Pintura de Corte em Minas Colonial*, p. 170.

assim, com a aportagem da ideologia da Contrarreforma, à introdução e à fixação de formas [...] do Barroco⁵⁰.

Em geral, as plantas arquitetônicas dessas igrejas são retangulares e correspondem a uma capela-mor e a uma nave central⁵¹. Essas duas partes estavam sempre divididas por um arco cruzeiro⁵². A igreja correspondia a um eixo longo, que corre de uma entrada até ao altar-mor no fim da nave. Essa planta é modulada pelos altares laterais em forma de cruz e projeta seus braços pela nave central⁵³. As igrejas mais elaboradas continham ainda diversos espaços, que atendiam às várias observâncias e atividades religiosas: cômodos para batismo (batistério), salas para vestir (sacristia), salas para a administração (consistório). Todos eles com utensílios e relíquias. As igrejas também podiam ter mais de um altar e apresentar capelas menores. Seus corredores correspondiam ao caminho da via sacra e os lavabos realizavam o ritual de limpeza para os preparativos da missa. Na maioria das vezes, seguiram o padrão da Igreja de São Roque, em Lisboa, que, por sua vez, era inspirada na Igreja dos Jesuítas, em Roma.

A nave desses templos é um local sagrado por excelência e, por isso, recebe atenção maior de arquitetos e artistas. Quando se pode, o ambiente é tratado em tom sofisticado e ostentatório. A decoração cria toda a atmosfera necessária com tocheiros, velas, tecidos e cortinas que enfeitam oratórios, forros e paredes laterais. Minas Gerais é a região onde a historiografia brasileira mais exaltou a qualidade e a suntuosidade de seus templos. Não só rompeu com o seu passado de heranças paulistas como estabeleceu uma característica própria que foge também aos padrões da metrópole portuguesa. Em Goiás podemos encontrar, nesse sentido, a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte na Cidade de Goiás.

A qualidade artística dessa região pode ser verificada também pela diversidade das obras produzidas aí. Podemos encontrar como referência para seus artistas obras em esculturas de santos e santas que chegam de Portugal, Bahia e Rio de Janeiro. A demanda criada pela

50. Affonso Ávila, *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*, p. 108.

51. Germain Bazin, *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*, p. 133.

52. A planta da igreja do Espírito de Santo de Évora é também um dos exemplos mais bem acabados e típicos de uma igreja portuguesas do século XVII (cf. Germain Bazin, *op. cit.*, p. 123).

53. Segundo Germain Bazin, o modelo arquitetônico das igrejas em Minas Gerais repete as plantas das igrejas mineiras: "A planta do Espírito de Santo de Évora [...] é um dos protótipos das igrejas portuguesas do século XVII. Nave única, com cruzeiro de altura limitada à cornija, tendo em cada lado quatro capelas (não comunicantes), encimadas por tribunas, e a capela-mor cercada por duas capelas quadradas, das quais uma se abre para o cruzeiro" (p. 123).

descoberta do ouro é um convite também para a chegada de artistas de outras regiões do Brasil ou mesmo da metrópole. São Paulo e Goiás, que ladeiam os centros auríferos de Minas Gerais, estariam, além de tudo, em contato entre si por questões comerciais e afinidades culturais. O gado foi um forte ponto de ligação entre essas regiões. Mesmo com a precariedade das estradas, tropeiros levavam animais, cargas e notícias para o lugar do seu destino. Em suas cargas carregavam também missais, livros de estampas religiosas e bíblias ilustradas que serviam de exemplos para pinturas de forros e retábulos. O mercado interno que se estabeleceu com a exploração do ouro foi fundamental para a criação dessas redes de contato e trocas culturais.

Esses caminhos poderiam ser percorridos ainda de inúmeras maneiras. A pesquisadora Danielle Manoel dos Santos Pereira sugere, por exemplo, uma aproximação estilística entre as pinturas ilusionistas das igrejas da região de Diamantina e do Serro, no meio-norte de Minas Gerais, com as pinturas do forro da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Não sabemos qual foi elaborada a partir da influência de quem, mas, estilisticamente, são muito próximas e parecidas⁵⁴.

A arte que se estabelece nesse território torna-se tão arraigada e participante dessa sociedade que podemos encontrar artistas produzindo peças sacras de características barrocas e rococós em pleno século XIX. Aleijadinho morre em 1814 e Manoel da Costa Ataíde em 1830 em Minas Gerais. Em Goiás, Veiga Vale produziu peças barrocas por todo o século XIX, quando o neoclassicismo já tinha tomado conta da capital do Império desde a chegada da família real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os paulistas pioneiros desbravaram os sertões de Minas Gerais e Goiás e deixaram uma herança que pôde ser notada posteriormente nos costumes, nos modos de viver, nas construções das casas e no comércio do gado. Em Minas Gerais e Goiás, a sociedade estabelecida assistiu com o tempo à ascensão dos emergentes da economia do ouro. Nesse momento, uma ordem estamental tradicional precisou ser reafirmada e garantida. A sociedade mineira, representada pelas suas irmandades e ordens terceiras, zelava pela sua aparência e, por isso, as imagens dos

54. Danielle Manoel dos Santos Pereira, *A Pintura Ilusionista no Meio-Norte de Minas Gerais – Diamantina e Serro – e em São Paulo – Mogi das Cruzes (Brasil)*.

santos no altar, as aparências das fachadas das igrejas ou mesmo as casas de morada seriam os elementos perfeitos para estabelecer uma determinada ordem em terrenos coloniais e expressar as regras para uma sociedade submissa.

A arte religiosa que aí se estabeleceu foi, assim, o resultado de um esforço coletivo que envolveu a população e as associações leigas. Por estarem desprovidos, na maioria dos lugares, de ordens religiosas que normalmente cuidavam das construções das igrejas, as irmandades tomaram para si a responsabilidade com as edificações dos templos e a realização dos cultos⁵⁵.

O contato constante entre os habitantes dessas capitânicas, ocasionado pelas trocas comerciais e vias de acesso, e a relação entre os membros das diversas irmandades e os artistas, deu o tom para a constituição da arte nessas regiões. Essas especificidades permitiram a permanência de padrões da tradição do início do povoamento e possibilitou uma diferenciação interessante de superação da cultura paulista inicial que acabaram influenciando a própria terra de origem. Essa troca constante entre as capitânicas permitiu a existência de soluções artísticas parecidas em regiões geográficas distantes. ●

55. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 23.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Airton S. de. *Paulistinhas: Imagens Sacras, Singelas e Seculares*. São Paulo, Unesp, 2008. Dissertação de mestrado.
- ALENCAR FILHO, Amphiphilio. “Cinco Santeiros Goianos: Uma Apreciação”. *Revista Goiana de Artes*, vol. 5, n.1, pp. 1-6, jan./jun. 1984.
- ALVES, Célio Macedo. *Artistas e Irmãos: O Fazer Artístico no Ciclo do Ouro Mineiro*. São Paulo, FFLCH-USP, 1997. Dissertação de mestrado.
- . *Iconografia e Mentalidade Religiosa na Antiga Vila Real do Sabará*. Belo Horizonte, UFMG, 1988. Monografia de Bacharelado.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982.
- . *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo, Livraria Progresso, 1955.
- ARAÚJO, Emanuel (org.). *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro*. São Paulo, Fiesp, 1998.
- ASSIS, Wilson Rocha. *Os Moderados e as Representações de Goiás na Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Goiânia, UFG, 2007. Dissertação de Mestrado.
- ÁVILLA, Afonso; MACHADO, Reinaldo Guedes & GONTIJO, João Marcos Machado. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.
- . *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1983.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986 (Ensaio, vol. 116).
- BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e Expansão Ibérica: 1440-1770*. Lisboa, Edições 70, 1981 (Lugar na História, vol. 11).

- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro Sagrado: Monumentos Religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte, Tratos Culturais/ Editora Francisco Inácio Peixoto, s.d.
- CAMPOS, Francisco Itami. *O Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1982.
- CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro, Exped, 1980.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia, Editora UFG, 1997.
- COELHO, Neiva Gustavo. *O Espaço Urbano na Vila Boa*. Goiânia, Editora UCG, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo, Ática, 1995.
- DIAS, Marcos Horácio Gomes. *Entre a Ética Cristã e a Estética Cortesã: A Pintura de Corte em Minas Colonial*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000. Dissertação de mestrado.
- GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. “Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”. *Revista do Departamento de História*, n. 2, Belo Horizonte, UFMG, 1986.
- LEAL, Oscar. *Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)*. Goiânia, Editora UFG, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, Edusc, 2005.
- . *Em Busca da Idade Média*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- . *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1985, p. 20.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. “A Escola Mineira de Imaginária e suas Particularidades”. In: COELHO, B. (org.). *Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais*. São Paulo, Edusp, 2005.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos & SANTOS, Antonio Fernando Batista dos. *O Aleijadinho e Sua Oficina: Catálogo de Esculturas Devocionais*. São Paulo, Capivara, 2002.
- PEREIRA, Danielle Manoel dos Santos. *A Pintura Ilusionista no Meio-Norte de Minas Gerais – Diamantina e Serro – e em São Paulo – Mogi das Cruzes (Brasil)*. São Paulo, Unesp, 2012. Dissertação de mestrado.
- . *Autoria das Pinturas Ilusionistas do Estado de São Paulo: São Paulo, Itu e Mogi das Cruzes (Brasil)*. São Paulo, Unesp, 2017. Tese de doutorado.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A Singularidade da Obra de Veiga Valle*. Goiânia, Editora UCG, 1983.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo, Nacional, 1978.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Wladimir Alves de (coord.). *Guia dos Bens Tombados: Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1984.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MENESES, José Newton Coelho. “A Terra de Quem Lavra e Semeia: Alimento e Cotidiano em Minas Colonial”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, vol. 1.
- MENEZES, Amaury. *Da Caverna ao Museu: Dicionário das Artes Plásticas em Goiás*. Goiânia, Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)*. Goiânia, Funape, 2012.
- PALACÍN, Luís. *Goiás: 1722-1822*. Goiânia, Oriente, 1982.
- . *O Século do Ouro em Goiás*. Goiânia, Editora UCG, 1994.
- PALACÍN, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant’ Anna. *História de Goiás*. 6ª ed. Goiânia, Editora UCG, 1994.
- PASSOS, Elder Camargo de. *Vida e Obra do Escultor Veiga Valle*. A Cidade de Goiás e o Escultor Veiga Valle. *Catálogo*. Museu de Arte de São Paulo, 1978.
- PEREIRA, Carla Freitas Pacheco. *As Igrejas de Goiás: Um Estudo de Caso Igreja São Francisco*

- de Paula: *Ensaio de Qualificação Estética da Obra de Arte*. Brasília, UnB, 2008. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3666>. Acesso em: 21 jul. 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RENGER, Friedrich Ewald. “A Origem Histórica das Estradas Reais nas Minas Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, LUIZ CARLOS. *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, vol. 1.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: Ideias Práticas e Imaginário Político no Século XVIII*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976.
- SCOTT, Ana Silvia. *Os Portugueses*. São Paulo, Contexto, 2010.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL, 1977.
- TIRAPELI, Percival (org.). *Arte Sacra Colonial: Barroco Memória Viva*. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- _____. *Arte Sacra: Gênese da Fé no Novo Mundo: Coleção Arte no Acervo dos Palácios de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Casa Civil, 2007.
- _____. *As Mais Belas Igrejas do Brasil: The Most Beautiful Churches of Brazil*. São Paulo, Metalivros, 1999.
- VASCONCELLOS, Diego de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, 2 vols.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Typ. 2 de Dezembro, 1853.
- ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo, Instituto Walter Moreira Salles/Fundação Djalma Guimarães, 1983.

**RAROS E
RARÍSSIMOS**

FRIDA MEYER
SOCIABILIDADE FEMININA
NA PORTO ALEGRE DOS ANOS 1920

Milena Ribeiro Martins

RESUMO Este artigo apresenta o romance *Frida Meyer* (1924), de Vivaldo Coaracy, da perspectiva da História do Livro, propondo vínculos entre o texto literário e sua materialidade gráfica. Em seguida, documenta seu processo de edição, traz dados para o estudo de sua circulação e discute sua primeira recepção crítica. Por meio da análise de elementos centrais da trama romanesca, este texto procura ainda suscitar a leitura do romance de Vivaldo Coaracy, atribuindo importância à representação da vida íntima e social das mulheres, do ambiente urbano de Porto Alegre e do contexto da Primeira Guerra Mundial na literatura brasileira.

HISTÓRIA DO LIVRO • ROMANCE
BRASILEIRO • SOCIABILIDADE
FEMININA • PORTO ALEGRE
• PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL •
VIVALDO COARACY.

FRIDA MEYER:
WOMEN'S SOCIABILITY IN 1920'S
PORTO ALEGRE

ABSTRACT This article presents the novel *Frida Meyer* (1924) by Vivaldo Coaracy from the perspective of the History of the Book, proposing links between the literary text and its graphic materiality. It then documents its publishing process, brings data to the study of its circulation, and discusses its first critical reception. Through the analysis of central elements of the plot, this article also seeks to elicit the reading of Vivaldo Coaracy's novel, attributing importance to the representation of women's intimate and social life, of Porto Alegre's urban environment and of the context of World War I in Brazilian literature.

HISTORY OF BOOK • BRAZILIAN
NOVEL • FEMALE SOCIABILITY •
PORTO ALEGRE • WORLD WAR I •
VIVALDO COARACY.

SOBRE A AUTORA

Milena Ribeiro Martins é professora associada do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciou-se em Letras (1995), fez Mestrado em Letras (1998) e Doutorado em Teoria e História Literária (2003) na Unicamp. Atualmente, dedica-se ao ensino e à pesquisa dos seguintes temas e áreas: literatura brasileira, Monteiro Lobato, história do livro e da leitura, ensino de literatura, biblioteca escolar. Este texto é parte resultante da pesquisa de pós-doutorado conduzida ao longo do ano de 2015, no Instituto de Estudos Brasileiros-IEB da USP, sob supervisão do professor Marcos Antonio de Moraes.

LIVROS RAROS E ORDINÁRIOS

Pesquisas sobre a literatura brasileira do início do século XX que tentam investigar obras pouco mencionadas pelos historiadores da literatura esbarram num obstáculo quase intransponível: a dificuldade de acesso a livros editados nas primeiras décadas do século XX, hoje já considerados raridades. Nem sempre houve reedições, e a baixa qualidade do papel fez com que as primeiras edições se tornassem muito frágeis. Rubens Borba de Moraes denunciou o desaparecimento desses livros “ordinários”:

Lembrem-se dos livros publicados em torno de 1922, na época da Semana de Arte Moderna. São tão “ordinários” que é quase impossível, hoje em dia, encontrar-se um exemplar sem manchas. Quase todos os livros impressos nesses papéis de qualidade inferior desaparecerão. Já se estão desfazendo. Os colecionadores de primeiras edições de autores brasileiros dessa época importantíssima vão ter muito trabalho. Será, em breve, mais fácil encontrar uma primeira edição do *Caramuru*, publicado em 1781, que um exemplar de *Macunaima*, saído em 1928¹.

Figura 1: Capa da 1ª edição de Frida Meyer (1924). Dimensões do livro: 16,5 x 12 cm [de acordo com o Dedalus, USP], 258 p. Exemplar pertencente à BBM².

Se a pesquisa se vincula à história do livro e, portanto, perscruta a materialidade das primeiras edições em busca dos “efeitos produzidos pelas formas materiais”³, ou de elementos paratextuais que se vinculem aos sentidos dos textos, ou ainda de marcas físicas da sua circulação eventualmente tatuadas nos exemplares, a dificuldade se torna ainda maior.

Fora de eventuais estantes particulares e do comércio de raridades, algumas poucas bibliotecas preservam livros ordinários que continuam sendo objeto de estudo de pesquisadores insatisfeitos com o que é impresso a partir de uma lógica de mercado. E as bibliotecas virtuais ainda têm um acervo muito limitado, mesmo de obras que já pertencem ao domínio público.

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP, abriga uma significativa coleção de livros brasileiros editados nos anos 1920. Este artigo tem por objetivo apresentar e sugerir elementos para análise de um dos livros dessa coleção – o romance *Frida Meyer*, de Vivaldo Coaracy (Rio de Janeiro, 1882-1967), publicado em 1924 pela então prestigiosa Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato.

EM TORNO DO TEXTO

A capa do romance traz uma figura feminina desenhada a bico de pena ou técnica de efeito semelhante (Figura 1)⁴. Suas mãos, próximas ao pescoço, sugerem algum movimento, como se a mulher estivesse se arrumando. Os lábios entreabertos, quase num sorriso, e a expressão dos grandes olhos, tranquilos, talvez cansados, combinam com a ideia de movimento, de postura não estudada. A manga de seu vestido tem

1. A expressão “hoje em dia” se refere a meados de 1965, data da 1ª. edição do livro de Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, p. 201.

2. As fotos que ilustram este artigo, todas amadoras, foram feitas por mim.

3. Roger Chartier, *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores de Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII*, p. 8.

4. Cilza Bignotto informa que a capa é de autoria de J. Prado, capista de muitos livros editados por Monteiro Lobato. Embora não tenha encontrado sua assinatura nessa edição, convém deixar registrada a informação. (Cilza Bignotto, *Novas Perspectivas Sobre as Práticas Editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)*, p. 365. Tese de Doutorado).

Vivaldo Coaracy

Frida Meyer



Editora
Companhia Graphico - Editora Monteiro Lobato
Praça da Sé, 34 — São Paulo
1924

alguns babados leves que acentuam sua feminilidade e delicadeza. Pouco se percebe sobre a roupa da personagem, porque uma sombra cobre seu colo. Não há traços de fundo que sugiram um ambiente; os poucos elementos de sua postura, expressão e vestimenta, somados, sugerem antes um ambiente interno do que externo. A personagem dirige o olhar para a frente, para um suposto observador, que está fora da cena representada. No conjunto, a capa inicia a descrição da personagem título, ao dar ao nome uma fisionomia.

A título de comparação, lembremo-nos de *Amar, Verbo Intransitivo*, publicado em 1927, três anos depois de *Frida Meyer*. O idílio de Mário de Andrade guarda algumas semelhanças temáticas com o romance de Coaracy, seja pela centralidade da personagem feminina de origem alemã (uma nasceu naquele país, a outra descende daquela cultura), seja pelos discursos enunciados em ambas as narrativas a respeito de encontros entre povos oriundos de diferentes países, seja ainda pela vida doméstica e íntima que as duas narrativas desvelam.

Um estudo comparativo entre as duas obras ainda está por ser feito. Interessa-me, por ora, colocar lado a lado a descrição textual de Fräulein Elza e a descrição iconográfica de Frida Meyer.

O narrador de *Amar, Verbo Intransitivo* adia a descrição de sua personagem, por um lado alegando discrição e pudor, por outro, dando a seus supostos leitores a liberdade de criar cada qual uma imagem da personagem. Em seguida, descreve minuciosamente a sua Elza, dotando-a não apenas de forma física, mas também de movimento, intenções, instabilidade e densidade. O narrador descreve-a por aproximações e referências, menos do que por atributos fixos: compara-a imprecisamente a personagens de obras de arte, “Rembrandt, quasi Cranach”⁵, cogita sobre um destino que poderia ter sido o seu, caso sua vida não tivesse sido aquela ali narrada, e observa-a com um certo fascínio, tão magnetizado por ela quanto o adolescente Carlos. O resultado desse esforço descritivo é uma personagem densa e plural, de difícil apreensão, aspectos que são acentuados pelas comparações imprecisas: (“Si não fosse a luz excessiva diríamos a Betsabé de Rembrandt”⁶), pela estratégia de aproximação pouco categórica (“Quasi nem usa pó-de-arrôs”, “duma calma quasi religiosa”⁷) e pela observação do que nela há de variável, de inconstante:

5. Mário de Andrade, *Amar, Verbo Intransitivo: Idílio*, p. 27.

6. *Idem*, p. 26.

7. *Idem*, p. 28.

Que cabelos mudáveis! ora loiros ora sombrios dum pardo em fogo interior. Ela tem êsse geito de os arranjar que estão sempre pedindo arranjo outra vez. É engraçado! Bem alemã! Até nos cabelos. Só uma coisa os alemães têm desta sapeca vivacidade latina: os cabelos que em geral os latinos trazem arrumados com regularidade alemã. Às vezes as madeixas de Fraulein se apresentam embaraçadas sôltas de forma tal que as luzes penetram nelas e se cruzam como numa plantação nova de eucaliptus⁸.

Através dessas estratégias, Mário de Andrade aproxima o leitor da personagem primeiro por meio de seus aspectos físicos, variáveis, para depois aprofundar o tema da variabilidade, instabilidade e pluralidade dos indivíduos (e personagens) numa digressão teorizante a respeito da constituição das personalidades:

Mas eu só quero saber neste mundo misturado quem concorda consigo mesmo! Não tem não. Somos misturas incompletas, assustadoras incoerências metades tres-quartos e quando muito nove-décimos. [...] NÃO EXISTE MAIS UMA UNICA PESSOA INTEIRA NESTE MUNDO E NADA MAIS SOMOS QUE DISCORDIA E COMPLICAÇÃO⁹.

Enquanto Mário de Andrade acentuou textualmente a densidade e variabilidade da sua personagem, a primeira edição do romance de Vivaldo Coaracy produz efeito algo semelhante por meio de sua imagem de capa. A figura que ilustra a capa do romance *Frida Meyer* tem o mérito de acentuar, pela sugestão de movimento, aspectos da variabilidade da personagem. Também colabora para esse efeito a técnica usada no desenho: a composição da figura por meio de traços atenua os seus contornos; a sombra que paira sobre o colo da personagem antes vela que revela, deixando espaço para suposições; o aspecto inacabado do desenho da mão esquerda tanto reitera a ideia de movimento, como também sugere a incompletude da descrição imagética.

Nesse sentido, a capa nos parece bem realizada por apresentar uma sugestiva construção de personagem que não se impõe sobre o texto, não atribui ao nome uma figura pronta, mas demanda a complementaridade do texto para responder a inquietações que a figura deixa em aberto: Para quem Frida olha? Em que ambiente ela se nos apresenta? O que nos dizem seu olhar, seu meio sorriso e seus gestos?

8. *Idem, ibidem.*

9. *Idem*, pp. 69 e 72. As maiúsculas são recurso expressivo do próprio texto ficcional.

Desde as páginas iniciais, a personagem é flagrada em meio a um processo de mudanças derivadas de acontecimentos familiares, sociais e íntimos, com consequências comportamentais, morais e civis. A identidade de Frida Meyer será antes o resultado de uma trajetória do que um dado anterior aos eventos de sua vida. Essa afirmação não seria verdadeira para outros personagens do romance, apresentados de forma mais fixa e definitiva, como personagens mais planos do que esféricos. É o caso de Meyer, pai de Frida; de Madame Servine, dona de um salão de beleza que se torna pensionista e amiga de Frida; e também de Henrique de Freitas (usualmente o narrador se refere a ele apenas pelo sobrenome), empresário carioca, amante de algumas mulheres, inclusive da Frida. Todos esses permanecem os mesmos, apesar dos acontecimentos da trama.

Ainda quanto à capa, observa-se que pouco destaque foi dado ao nome do autor. Enquanto o título do livro se apresenta em forma de um ligeiro arco, com letra cursiva vermelha, numa caligrafia pouco convencional, composta por traços hachurados, o nome do escritor aparece no alto da página em letras pequenas, numa linha horizontal, sem destaque, da mesma forma que aparecem as informações sobre a editora e o ano da edição, na parte inferior da capa. Como se vê, combinam-se poucos elementos, em apenas duas cores, sobre um fundo que parece ter sido branco ou cru, o que produz um livro de aspecto discreto e elegante¹⁰.

Talvez o pouco destaque dado ao nome do escritor se deva ao seu desconhecimento no meio letrado paulista. Porém, *Frida Meyer* não foi a primeira obra literária de Vivaldo Coaracy editada em livro: em 1908 ele publicara o romance *A Rampa*¹¹. Além disso, Coaracy devia gozar de algum prestígio no Rio Grande do Sul, já que ele era um dos membros de sua Academia de Letras¹².

A quarta capa do livro traz apenas uma pequena ilustração, circunscrita por uma forma oval; dentro, um vaso de flores, do qual

10. A delicadeza da imagem da capa, é bom notar, não é reveladora de aspectos comportamentais da personagem, que podem ter sido considerados imorais naquele momento. Apesar da ousadia das atitudes de Frida (sobretudo no que diz respeito à sua sexualidade, mas também no enfrentamento da autoridade paterna e no controle da vida econômica da família), o tema da sexualidade feminina não é incomum na ficção brasileira dos anos 1920. Vide, por exemplo, *Fruta do Mato* (romance de Afrânio Peixoto, 1920), *Madame Pommery* (romance de Hilário Tácito, 1920), *A Mulher que Pecou* (contos de Menotti Del Picchia, 1922), *Mademoiselle Cinema* (romance de Benjamin Costallat, 1923), *Amar, Verbo Intransitivo* (Mário de Andrade, 1927), dentre outros.

11. José Ramos Tinhorão faz menção a esse romance, informando que *A Rampa* foi publicado em Porto Alegre, pelas Oficinas Gráficas da Livraria Americana, em 1908. Cf. J.R Tinhorão, *A Música Popular no Romance Brasileiro*, vol. I: *Séculos XVIII e XIX*, p. 251. O site da Biblioteca Nacional permite saber que há lá um exemplar desse romance.

12. "Notas e Notícias", *Gazeta de Notícias*, n. 96, p. 1. Rio de Janeiro, 06.04.1910. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/487803382147/10022750-2Alt=002144Lar=001720LargOri=007271AltOri=009064.JPG>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

pende uma corrente. No canto inferior esquerdo, um número identifica o exemplar: “nº 1958” (Figura 2). Não foi possível saber, no entanto, se o número corresponde a um procedimento editorial de identificação de exemplares de uma tiragem, ou ainda se corresponde a um procedimento de catalogação feito por um livreiro ou por um leitor.

O exemplar consultado traz, no verso da capa, um carimbo vermelho com informações de uma livraria portuguesa de livros usados; por isso considera-se a possibilidade de que o carimbo “nº 1958”, também em vermelho, tenha sido acrescido por essa livraria (Figura 3). O anúncio da livraria portuguesa permite tecer hipóteses acerca de caminhos imprevistos trilhados por livros brasileiros. Por enquanto, é só um dado curioso; a soma desse registro com outros indícios colhidos em outros livros da década permitirá atribuir novos e mais consistentes sentidos a hipóteses desse tipo.

Diferentemente de outros livros da mesma editora, o romance *Frida Meyer* não traz páginas de publicidade anexas ao texto. Também não traz outros elementos paratextuais, como dedicatória, epígrafe, sumário ou errata. Ao longo do texto, não há outros recursos gráficos expressivos. O único detalhe são as capitulares na abertura de cada capítulo – compostas por traços leves, elas ocupam o espaço de duas linhas do texto, sem adereços adicionais (Figura 4). As ausências aqui anotadas não fazem falta ao livro, cuja expressividade fica por conta dos recursos textuais.

A respeito dessa edição de *Frida Meyer*, Cilza Bignotto informa que o romance chegou à editora por intermédio de Léo Vaz. A primeira e única edição do romance saiu a público em 1924: em outubro desse ano, o jornal *O Estado de S. Paulo* anunciava o seu lançamento¹³. O momento em que o livro foi editado lhe era favorável: comemorava-se em 1924 o “centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul”¹⁴. Porém, a Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato faliu no ano de 1925, o que parece ter contribuído significativamente para o desconhecimento da obra. Segundo a documentação de Bignotto, em julho Lobato deu entrada no pedido de falência; e em agosto, quando Vivaldo Coaracy “declarou crédito na falência da Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato pela importância de um conto e duzentos mil réis”¹⁵, relativos aos direitos autorais contratados com o editor, havia 1457 exemplares

13. “Livros Novos”, *O Estado de S. Paulo*, 28.10.1924, p. 5.

14. Lucas Flores Hayet e Ivânia Campigotto Aquino, “*Frida Meyer*: A História da Busca de um Romance Desconhecido”, *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*, pp. 1-8.

15. “Livros Novos”, *O Estado de S. Paulo*, 28.10.1924, p. 5.

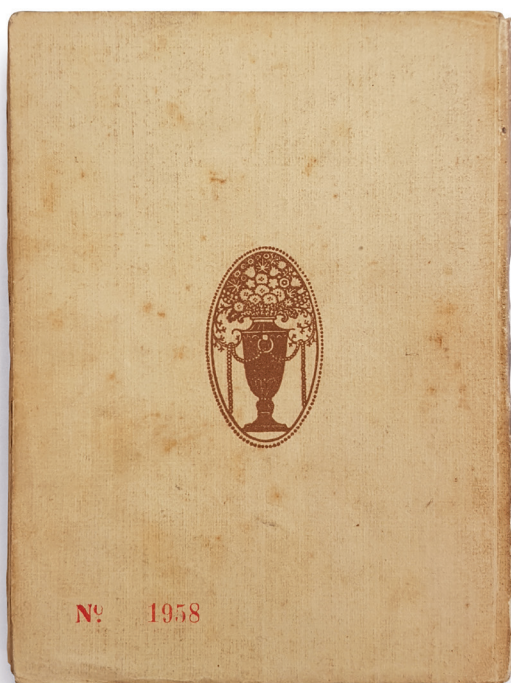


Figura 2. Quarta capa da 1ª edição de Frida Meyer, de Vivaldo Coaracy.

Exemplar pertencente à BBM.

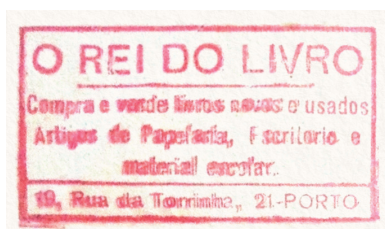


Figura 3. Anúncio carimbado na segunda capa do livro Frida Meyer, de Vivaldo Coaracy. Exemplar pertencente à BBM-USP

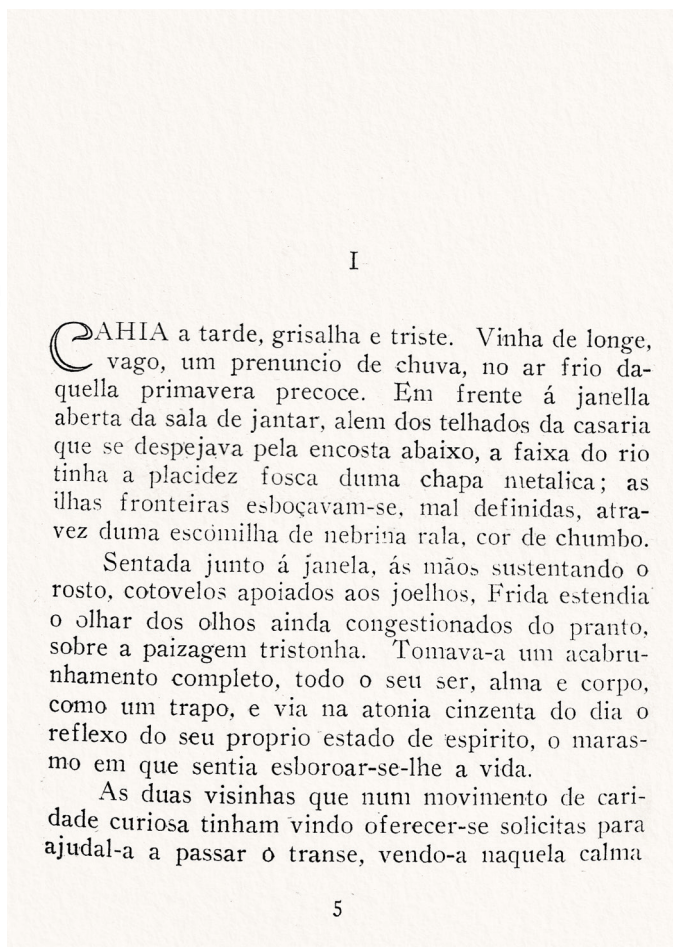


Figura 4. Página de abertura do capítulo I, de Frida Meyer, de Vivaldo Coaracy.

Exemplar pertencente à BBM-USP.

do romance no estoque da editora – a tiragem havia sido de dois mil exemplares. Não se sabe qual foi o destino desses exemplares restantes: se ficaram atados à burocracia do processo, estocados num arquivo, ou se foram postos em circulação.

Em suas memórias, o escritor apresenta sua versão a respeito das circunstâncias da edição do romance:

O meu romance foi, creio, a última publicação da Editora Monteiro Lobato antes da falência em que submergiu a empresa. O trabalho nem chegou a ser lançado propriamente no mercado. A quase totalidade da edição foi arrolada entre os bens da massa falida. [...] Além disso, era livro de autor desconhecido. O seu desaparecimento em meio do fragor da falência sensacional passou despercebido. A crítica dele não tomou conhecimento. Apenas Sud Mennucci, em rodapé do *Estado de S. Paulo*, dele se ocupou muito favoravelmente, apontando-lhe qualidades. Caiu sobre a obra um silêncio sepulcral e a edição desapareceu não sei como. Muitos anos mais tarde, por acaso, no Rio de Janeiro, descobri meia dúzia de exemplares, já puídos pelo tempo, numa liquidação de alcaides da Livraria Freitas Bastos. Comprei-os¹⁶.

A análise desgostosa carece de algumas correções: *Frida Meyer* não foi a última obra publicada pela editora; outras obras foram editadas em 1925, que, do ponto de vista dos diretores, “prometia ser um ano bom para a Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato. Pelo menos é o que sugere o relatório [...] apresentado a seus acionistas em 7 de março de 1925”¹⁷. O livro parece ter tido de fato uma história muito breve, todavia, pouco mais de quinhentos exemplares da obra devem ter circulado, descontados os quase 1500 que fizeram parte da massa falida. A recepção do romance é difícil de documentar; sabe-se que, além do mencionado artigo de Sud Mennucci, houve pelo menos mais uma notinha a seu respeito num jornal carioca. Coaracy pode nunca tê-la conhecido, mas, dada a importância do signatário e as críticas que nela se apresentam, é provável que tenha preferido ignorá-la. Quem a assina é Osório Duque-Estrada, importante crítico, membro da Academia Brasileira de Letras, conhecido por suas polêmicas. O crítico considerou o romance “obra de pouco estilo e de nenhum interesse, que mal paga o leitor do sacrifício da leitura”. Para exemplificar seu juízo, sumariza a cena final do romance, transcreve-lhe um trecho

16. Lucas Flores Hayet e Ivânia Campigotto Aquino, “*Frida Meyer*: A História da Busca de um Romance Desconhecido”, *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*, pp. 1-8.

17. Bignotto, *op. cit.*, p. 362.

e comenta: “Termina com o incêndio das casas alemãs, ateadado pelo povo da capital rio-grandense, no tempo da guerra. Podia ser essa uma página empolgante, se fosse tratada por mão de mestre”. O crítico ainda qualifica o romance como “descosido e desmanchado” e conclui desestimulando qualquer leitura: “Não é preciso, pois, perder muito tempo e papel com esta Frida Meyer de carregação”¹⁸.

Com a falência da editora, o romance parece ter caído no ostracismo.

Passados mais de noventa anos de sua edição, a leitura do romance parece hoje muito mais empolgante e relevante do que o crítico sugere. Ao selecionar um aspecto da obra – histórico e cultural – o crítico encobre suas outras faces, ocultando aspectos dignos de interesse, sobretudo relativos à vida doméstica, ao espaço da mulher na sociedade, a comportamentos e relações sociais, aspectos nos quais seu breve texto não toca. Além disso, a enunciação do despreço pelo estilo do escritor acaba minimizando a importância do tratamento dado por ele ao ambiente urbano de Porto Alegre, cidade até então pouco explorada pela literatura – salvo melhor juízo. Então, seja por aspectos sociais e contextuais, seja por aspectos mais intimistas, que lhe são centrais, considero que *Frida Meyer* merece, sim, tempo e papel.

LENDO O ROMANCE

Frida Meyer contém cenas ao mesmo tempo vivas e breves, compostas por descrições plásticas e expressivas, além de diálogos bem construídos. Na primeira página do romance, o estado de espírito da personagem, em luto pela morte da mãe, reflete o cinza da tarde nublada:

Cahia a tarde, grisalha e triste. Vinha de longe, vago, um prenuncio de chuva, no ar frio daquela primavera precoce. Em frente á janella aberta da sala de jantar, alem dos telhados da casaria que despejava pela encosta abaixo, a faixa do rio tinha a placidez fosca duma chapa metálica; as ilhas fronteiras esboçavam-se, mal definidas, através duma escomilha de nebrina rala, cor de chumbo.

Sentada junto á janela, ás mãos sustentando o rosto, cotovelos apoiados aos joelhos, Frida estendia o olhar dos olhos ainda congestionados do pranto, sobre a paizagem tristonha. Tomava -a um acabrunhamento completo, todo o seu ser, alma e corpo, como um trapo, e via na atonia cinzenta do dia o reflexo do seu proprio estado de espirito, o marasmo em que sentia esbo-roar-se-lhe a vida¹⁹.

18. Osório Duque-Estrada, “Registro Literário”, *Jornal do Brasil*, 12.8.1925, p.8.

19. Todas as citações do romance referem-se à sua primeira edição (salvo engano, a única): Vivaldo Coaracy, *Frida Meyer*, p. 5. Manteve-se a ortografia original do texto.

Como se pode notar, o romance tem início com uma descrição adjetivada da natureza, em que a cor “grisalha”, o ambiente nublado e a “paisagem tristonha” se associam ao luto vivido pela personagem Frida, por causa da morte de sua mãe. Essa associação entre o ambiente e as emoções da personagem parece hoje convencional; talvez também o fosse na década de 1920, mas nem por isso deixava de ser um recurso lírico com forte poder sugestivo. O mesmo recurso foi utilizado, por exemplo, no poema “Cartas de Meu Avô”, de Manuel Bandeira, publicado em livro, sete anos antes do romance de Coaracy. Bandeira também associou, numa mesma imagem, a tristeza, a solidão e o luto à atmosfera cinzenta trazida pela chuva:

O meu semblante está enxuto.
Mas a alma, em gotas mansas,
Chora, abismada no luto
Das minhas desesperanças...
E a noite vem, por demais
Erma, úmida e silente...
A chuva em pingos glaciais, cai melancolicamente²⁰.

O narrador descreve ora o que a personagem vê a partir de sua janela, ora a própria personagem, alma e corpo mergulhados na atmosfera cinzenta e enlutada. O movimento se faz a partir da paisagem para a janela; dali, um traçado panorâmico dirige o olhar para o casario e a geografia que o circunscribe e, em seguida, num movimento de interiorização, para dentro da casa onde está Frida, perfeitamente enquadrada naquela atmosfera. Como se vê, o movimento se dirige do externo e visível para o íntimo e sensorial – o que sugere a inclinação intimista do romance.

Como é de se supor, a personagem-título é a mais investigada de todas elas. Outras se dão a conhecer quase que exclusivamente a partir dos olhos de terceiros. É o caso da mãe de Frida e Ernesto, apresentada pelo recurso à memória de seus filhos mais velhos, que muitas vezes a haviam surpreendido chorando:

[...] num choro silencioso e triste que eles não compreendiam e que ela lhes não explicava. Depois, ou se resignava ou ocultava mais cuidadosamente esse externar de maguas. Nunca mais a tinham visto chorando e a imagem que dela guardavam e que agora havia de permanecer pelo resto de

20. Manuel Bandeira, *Poesia Completa e Prosa*, pp. 128-129.

suas existências era a duma mulher magra e pálida, sempre triste, creatura apagada que não sorria nunca, tibia e sem vontade, com explosões intermitentes de afecto pelos filhos, sem interesses na vida. [...] Nesses quatro anos de convivência constante [Frida] apenas percebera, sem jamais ouvir-lhe um queixume, que a mãe encarava a existencia como se fosse uma punição, castigo em que estivesse a purgar um pecado antigo. Meyer desposára-a por interesse, pela pequena fortuna que possuía²¹.

O narrador pouco mais dirá sobre essa mulher, mas seus poucos traços fazem dela um tipo facilmente reconhecível nas famílias brasileiras tradicionais. Frida, por sua vez, seria menos tradicional, como se verá a seguir.

Ainda quanto às memórias infantis de Frida e Ernesto, é curioso observar que a imagem de sua escolarização é bastante positiva – é distinta de outras imagens que se construíram sobre processos de escolarização desde pelo menos finais do século XIX até hoje, imagens em que a escola é caracterizada como espaço de violência, enquadramento e conformação. Em *Frida Meyer*, a escolarização da menina representa um intervalo de relativa liberdade e prazer, de superação em vez de conformação, porque abre a ela a possibilidade de um destino diferente do da mãe: “A escola fôra um prazer, porta que se abria para fugir á atmosfera da casa. Quando completára os quatorze anos, Frida havia deixado o colegio; passára a auxiliar a mãe nas lidas quotidianas”²².

Em outros episódios, outros relances do período escolar são apresentados: foi no internato que Frida teve suas primeiras lições extracurriculares sobre sexualidade, e foi lá também que tomou consciência do envolvimento sexual entre meninas.

Justapostas numa mesma página, as duas cenas da infância de Frida – a infelicidade silenciosa da mãe e a escola como possibilidade de fuga do ambiente familiar – ajudam a explicar sua determinação em não repetir a trajetória da mãe e, em vez disso, inventar outra para si. Num primeiro momento, seu plano parece dos mais conservadores: Frida vê no casamento “a porta por onde fugisse áquela existencia”²³. Sua trajetória para atingir esse objetivo não é particularmente romântica; tende a ser mais pragmática, a ponto de o narrador qualificar seu amor por Germano como “mais cerebral do que emotivo”²⁴.

21. *Frida Meyer*, p. 7.

22. *Idem, ibidem*.

23. *Idem*, p. 13.

24. *Idem*, p. 182.

A primeira preocupação de Frida, porém, não é arranjar um marido, mas obter sustento próprio e para suas irmãs menores. O padrão mínimo de conforto que ela almeja e as dificuldades que enfrenta para alcançá-lo aproximam esse romance de outros em que personagens pobres lutam para garantir seu sustento e alguma dignidade. Como o protagonista de *Os Ratos* (1935), de Dyonélio Machado por exemplo, para aproximar dois romances ambientados em Porto Alegre, Frida também se preocupa com os credores:

Mas o problema imediato, urgente, era outro. Cumpria manter a casa, pagar o colegio das irmãs, satisfazer parcialmente a sua necessidade de vestir bem, gota d'água com que procurava enganar a sua sede de luxo; encontrar meios de viver a todo custo, que as dívidas cresciam e ela não sabia que mais desculpas inventar para apresentar aos credores²⁵.

Outros personagens pobres, que lutam prosaicamente pela sobrevivência, estão representados na produção ficcional mais conhecida daquela década – como no conto “Imposto Único” de *Cidades Mortas* (1919), de Monteiro Lobato, em *Histórias e Sonhos* (1920), de Lima Barreto, ou ainda em *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927) e *Laranja da China* (1928), de Alcântara Machado. No caso desses dois últimos, a semelhança com relação a *Frida Meyer* deve-se também ao tema da imigração.

Essas aproximações indicam o interesse nada secundário, na literatura dos anos 1920, pelo cotidiano de personagens pobres, pela sua preocupação com a sobrevivência cotidiana. Em vez de heroísmo – se por heroísmo entende-se um conjunto de atos sobre-humanos e ímpares – ganha espaço a rotina prosaica de sobrevivência e sustento, de busca de estratégias pragmáticas de ganhar dinheiro. O assunto não é novo, como se vê: é herdeiro de preocupações realistas que não perderam sua força na década de 1920, e que teriam continuidade na década seguinte, com inclinação política mais acentuada.

Não parece haver espaço, nesse universo, para soluções folhetinescas, nas quais o dinheiro advém da sorte grande ou de herança providencial. É o mundo do trabalho, portanto, convertido em matéria ficcional, especialmente o trabalho cotidiano de classes e grupos desfavorecidos, sem louros, com pouco dinheiro e sem grandes prazeres.

Até a prostituição tem espaço no rol de profissões “comuns” – isto é, de baixo prestígio e geralmente baixa remuneração. Em *Os Caboclos* (1920), de Valdomiro Silveira, mulheres atuam como prostitutas e como

25. *Idem*, p. 14.

comerciantes. No conto que dá nome ao livro *A Mulher que Pecou* (1922), de Menotti Del Picchia, a prostituição é a alternativa encontrada pela mulher para angariar o dinheiro suficiente para tentar trazer de volta o marido, que estava na guerra. E, num caso mais extremo, em *Madame Pommeroy* (1920), de Hilário Tácito, a prostituição se apresenta como empresa inicialmente individual que se instala, cresce e prospera ao longo da narrativa, com sua engrenagem sendo apresentada com minúcia. Dessa minúcia, não escapam os preços, as taxas e o livro-caixa.

No romance de Vivaldo Coaracy, o dinheiro necessário para o sustento da família aparece desde as primeiras páginas, quando o narrador se refere à vida conjugal dos pais de Frida: “Meyer desposára-a por interesse, pela pequena fortuna que [ela] possuía”. Nas mãos do marido, mau negociante, o pequeno capital não rende, e a vida da mulher (sem amor e sem dinheiro) passa a ser encarada como um suplício: “a mãe encarava a existência como se fosse uma punição, castigo em que estivesse a purgar um pecado antigo”²⁶. A percepção da vida pós-casamento, percebida como resultado de um pecado antigo e não identificado, acende a possibilidade de uma interpretação cristã do destino feminino e familiar, da adequação da mulher a um modelo pré-traçado, repetido, sem livre arbítrio. Com a morte da mãe, a punição pelo metafórico pecado tende a recair sobre Frida, que passa a gerir a casa e educar as irmãs caçulas, Olga e Elsa, submetendo-se inicialmente ao pai e ao irmão, que, embora controlassem o dinheiro, não se sentiam responsáveis pelo sustento da família toda:

Em casa [o pai] era todo espinhos, mais rude e mais grosseiro, exigente e rixento, semeando de azedumes a alma da filha. Cada vez que esta vinha pedir-lhe dinheiro para fazer face às despesas domesticas, a irritabilidade de Meyer alvoroçava-se, violenta. A devorar o pequeno capital que pescára na venda da loja, reservava-o para a satisfação do seu egoísmo e todo apelo ao mesmo para a vida da família provocava nele erupções de colera. Multiplicavam-se as recriminações, começando pela acusação de gastos exagerados e desperdícios e terminando sempre por perguntar até quando julgavam os filhos que era obrigação dele o sustental-os. Que trabalhassem! tratassem de ganhar a vida!... Ela [Frida] recorria então a Ernesto [o irmão] e este acudia-lhe às vezes, mas resmungando sempre: já fazia demais; o seu ordenado era pequeno e não podia andar carregando toda a família às costas!...²⁷

É então que Frida projeta seu casamento como uma solução.

26. *Idem*, p. 7.

27. *Idem*, p. 13.

Antes disso, ela promove uma pequena mas significativa transformação na casa da família e em sua própria vida, fazendo os arranjos e ajustes necessários para convertê-la numa pensão, por meio da qual ela assumiria o controle financeiro da vida familiar. Liderando tanto quanto possível o seu destino, Frida recusava a repetição do destino da mãe, representante das mulheres de seu tempo e de sua classe. A recusa enfrenta oposição do pai, que, dentro do esperado, reage com violência às atitudes da filha²⁸. No entanto, como ele deixara de ser o provedor, sua autoridade e seu poder aos poucos se esvaziariam. A reação do pai não é de todo inesperada: o esvaziamento do seu poder tem por consequência o recrudescimento da violência moral e física contra a filha.

Frida não age de maneira revolucionária, já que seu reino continua sendo o ambiente doméstico; mas a transformação é importante porque ela faz das tarefas domésticas uma fonte de renda e de novas relações, além das limitadas relações familiares. Frida age, então, dentro dos limites permitidos e previstos para as mulheres naquele momento. Mas fica claro que seu desejo ultrapassa os limites do que era praticável:

Era demais! Frida jurava a si mesma que isso havia de acabar, e acabar já. Sentia-se incapaz de aturar mais tempo aquela situação, impelida às resoluções extremas e radicais. As horas corriam, marcadas em pancadas graves pelo relógio da sala de jantar, e ela, supercilios franzidos na concentração de todo o seu pensamento, revolvía planos e projectos que iam todos esbarrar diante do muro da impraticabilidade. Ah! si tivesse a coragem para enfrentar a vida sózinha!... Como poderia agarrar aquelles trez ou quatro contos de suas economias e fugir, ir para longe, para uma grande cidade, tentar a vida! Como uma mulher independente, sem atilhos e sem responsabilidades! Mas nunca poderia fazer isso. O seu temperamento, as suas ideas, a sua educação, tudo se erguia contra semelhante passo com os argumentos do medo, da falta de confiança em si, do horror do escandalo, do conhecimento da própria inaptidão, das suas ambições de existência burguesamente ordenada. E outros planos iam se delineando, menos aventureiros, mais praticos...²⁹

A percepção do espectro de possibilidades existentes entre o que era socialmente aceito e o que Frida efetivamente desejava dentro dos modelos de vida feminina é construída, em grande parte, pela observação e pelo contato com os hóspedes da sua pensão familiar. As novas relações estabelecidas por ela com seus hóspedes (sobretudo com Mme Servine,

28. *Idem*, pp. 165-169.

29. *Idem*, p. 169.

Germano e Freitas) e as conversas e experiências que eles lhe oferecem permitem-lhe romper os limites de sua posição social e aspirar a mais do que ela mesma julgava praticável. “Mais” não no sentido financeiro ou material; mas sobretudo no sentido moral, emocional e afetivo: Frida desejava dinheiro para o sustento de si e de sua família, mas desejava sobretudo maior liberdade e independência.

Tal rompimento de expectativas sociais se faz também por meio de segredos, do ocultamento de ações moralmente condenáveis naquele momento e naquela sociedade, sobretudo envolvendo sexo fora do casamento, relações afetivas que não tinham por fim o casamento, a ocorrência de gravidez indesejada, a prática de aborto como solução. Assuntos íntimos, sejam potencialmente escandalosos ou apenas limítrofes no que diz respeito ao *éthos* de um grupo social, parecem ser mais comuns em obras de ficção do que em páginas de jornais. O autor corria o risco, ainda naquela época, mesmo depois da existência de tantos romances naturalistas, de ver sua obra qualificada como licenciosa, inadequada para leitoras.

Terá sido esse o caso de *Frida Meyer*? O crítico Sud Mennucci parece considerar que sim, embora não se estenda muito sobre o tema: “dá a impressão de que elle [o autor] carregou um pouco demais nas tintas, principalmente libertinas”³⁰. Resta saber quão flexíveis ou estreitos eram os padrões morais desse crítico em relação aos seus contemporâneos.

30. Sud Mennucci, “Bibliographia”, *O Estado de S. Paulo*, 18.4.1925, p. 3.

Nesse seu texto, que ocupou um terço da página do jornal, o crítico dedicou-se a elogiar o trabalho do editor Monteiro Lobato e a resenhar obras editadas pela Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato. O último livro apresentado e comentado por ele foi o romance de Coaracy. Reproduzo a seguir as considerações do crítico sobre o romance, por ser (até onde se saiba) o primeiro e o principal documento da recepção do romance *Frida Meyer*:

“[...] temos agora um romance sobre costumes sul-riograndenses, a que o seu autor, o sr. Vivaldo Coaracy, deu o título de ‘Frida Meyer’.

“É um estudo sobre a influência social exercida pela colônia alleman naquele longinquo Estado e que o A. focalisou na cidade de Porto Alegre.

“Digamos, de entrada, que o exame das tendencias que ele descobre na actuação dessa colonia, não é amável e dá a impressão de que elle carregou um pouco demais nas tintas, principalmente libertinas.

“O livro permanece, comtudo, um romance singularmente interessante, já pela trama do enredo, que o A. soube graduar e escalonar com habilidade, já pelo desenvolvimento dos typos que vivem e se movem realmente, como os quer Sem Beneli ‘stranamente accesi di luce interiore’, já pelo estilo sóbrio e nervoso, em que o dialogo tem um lindo efeito, já ainda pelas idéas que o A. defende e que se escondem atrás do personagem sympathico que é Arthur Grimm ou então através da conversa doutrinaria desse juiz integro, profundamente bom que é o sr. Aguiar, idéas essas que ha pontos de vista originaes e paradoxos efusiantes e que demonstram, além de uma cultura solida, um cérebro habituado a raciocinar com largueza e com independencia.

“Um personagem do livro do sr. Vivaldo Coaracy chama a atenção pelo cuidado e pelo carinho com que foi criado: é o Freitas.

“Temperamento mobil e irrequieto, com essa volubilidade que lhe traz a tentação absorvente da aventura amorosa, de que se acha possuído, tem entretanto, um fundo onde se percebe o bom estofo de uma alma de idealista.

“E é tão tentador o perfil desse homem que o A. [trecho ilegível] ter, pelo próprio título, arvorado Frida Meyer no papel de protagonista [ilegível] entregal-a, talvez [trecho ilegível] temente, ao Freitas.

“É esse um reparo que não podia deixar de ser feito. / Sud Mennucci.”

As novas relações propiciadas pela abertura da casa, pelo aumento e diversidade da circulação de pessoas, são um dos elementos centrais do romance de Coaracy, que tematiza também relações sociais fora da pensão, nas ruas de uma Porto Alegre multicultural, na qual se encontram imigrantes de várias nacionalidades e na qual se ouvem discursos sobre imigração e contatos interculturais.

O Hotel Moderno, o Clube Germânia, a rua e, em pequena escala, a pensão são os lugares de encontros mais plurais. No breve retrato que faz do hotel, o narrador menciona uma criada portuguesa, um porteiro castelhano e um garoto ascensorista (supõe-se que seja brasileiro), que assobia uma canção popular. A música popular aparece associada a uma classe trabalhadora brasileira, e também aparece sem grande desenvolvimento, como um elemento do ambiente, uma trilha sonora que contribui para a crônica urbana e para dar um tom à cena. Na casa de pensão, a modinha popular é entoada pela cozinheira mulata.

No quadro das nacionalidades que compõem a população desse romance, há também a espanhola Joana Huerta, comerciante de “drogas sem rótulo” e praticante de “cirurgia clandestina e criminosa”³¹, palavras pelas quais o narrador se refere às práticas clandestinas do aborto e da medicina.

A observação dos tipos sociais se dá de forma associada à construção dos espaços urbanos e suburbanos por onde essas figuras circulam, espaços que elas ajudam a construir. Não há uma caracterização minuciosa nem pitoresca das regiões da cidade; predomina a simples menção a lugares, ruas e bairros da cidade de Porto Alegre: Rua da Praia, Rua Sete, Rua Venâncio Aires, Rua da Ponte, Rua Tomaz Flores, Praia de Belas, Várzea, Azenha, Menino Deus, Santa Teresa etc. No caso da personagem espanhola, por exemplo, o narrador informa apenas que ela morava na “Rua da Alegria, não longe da Santa Casa”. Se a referida rua hoje não tem mais esse nome, a história nos ajuda a entender a significativa localização da personagem: nas proximidades de um hospital e num local de má fama³², o que condiz com sua atividade profissional, marcada tanto pela prática da medicina clandestina como também por aspectos moralmente condenáveis naquele início de século.

31. *Frida Meyer*, p. 189.

32. A respeito da Rua da Alegria, Eloy Terra informa que ela também fora conhecida como rua do Arco da Velha, e que pessoas “mais respeitáveis” costumavam evitá-la: “Mulheres com o rosto carregado de pinturas e com roupas muito ousadas para os costumes da época, ficavam nas portas e janelas acenando para os homens que por ali passavam. Um escândalo! Tanto pela presença das mulheres, como pela localização da rua. Em pleno centro de Porto Alegre. Algumas pessoas se queixavam, mas as autoridades nada faziam” (Eloy Terra, *As Ruas de Porto Alegre*, pp. 91-92).

Mais de uma vez, as zonas menos nobres da cidade são apresentadas pelo narrador. Poucas páginas depois, ele introduziria mais uma personagem secundária, localizando-a em outro pedaço aparentemente obscuro de Porto Alegre, assim caracterizado:

Ha nas cidades certos bairros que ficam esquecidos. Lá não chega o bafejo da brisa que faz com que ruas se transformem, casas naçam, creçam e morram, abrindo logar a outras. Eles permanecem, estratificados, na fossilização das cousas olvidadas. E a própria gente que neles vive parece também mofada.

D. Mariquinhas Pontes, na severidade modestíssima do seu eterno vestido de merinó de algodão, parecia embolorada. Nem se poderia compreender que ela vivesse noutra logar que não naquelas adjacências do Alto da Bronze, de ruas sinuosas e tristes, de velhas casas de telhados acurvados ao peso das memórias do tempo em que o bairro dos guabirús tinha pretensões a zona aristocratica, vendo-se-lhe desenvolver em torno o incipiente Porto dos Casaes³³.

Alheios às ações revitalizadoras da *belle époque*, o bairro e seus moradores permanecem parados num tempo que parece ser antigo, em ruínas. Habitada por moradores que lembram os personagens suburbanos de Lima Barreto, essa região da cidade – central, mas pouco valorizada – guarda ainda mais semelhanças físicas com o aspecto de ruínas das cidades mortas de Monteiro Lobato. O bairro, que parece pertencer a um tempo passado, carrega em si as marcas do abandono. Esquecido pelo poder público e por iniciativas privadas, ele sobrevive no tempo presente da narrativa, mas transformado pela ação do tempo – fossilizado, embolorado, mofado. No entanto, também é continuidade, permanência, espaço transformado fisicamente pelo tempo, não pelo poder público ou por iniciativas privadas. A região empobrecida não passou por transformações modernizantes; não é vitrine de novidades. Pelo contrário, abriga antigos moradores, antigos costumes que sobreviveram a despeito da passagem do tempo, salvaguardados na penumbra de bairros desprestigiados, de ruas com a fama de serem mal frequentadas. Significativamente, é lá que Freitas encontrará um espaço seguro para seus encontros com uma mulher casada, Erna Lang (que, quando solteira, com o sobrenome Busch, fora colega de escola de Frida Meyer).

Freitas é um empresário carioca bem-sucedido, que se mudara para Porto Alegre depois de uma “aventura escandalosa”³⁴ vivida no

33. *Frida Meyer*, p. 95.

34. *Idem*, p. 22.

Rio de Janeiro. Sua escandalosa reputação continua sendo construída na cidade gaúcha, onde ele se relacionará com mulheres solteiras e casadas, dando continuidade ao traço mais marcante de seu caráter. Sua ação acontece em geral discretamente, mas a cidade acaba sabendo por meio de conversas de homens em bares ou de mulheres em salões de beleza. Erna, sua amante, é menos discreta, e acaba colocando em risco a sua reputação e a de Freitas. Quando o envolvimento dos dois ameaça se tornar fato notório, ela viaja, salvaguardando um pouco sua imagem e a do marido.

Essa zona menos nobre da cidade é identificada, então, como lugar ideal para a permanência de práticas tradicionais, como o adultério, o sexo fora do casamento, o aborto e a prostituição. Tais práticas contrariam valores morais presumidos (a fidelidade das mulheres casadas e a virgindade das mulheres solteiras), mas não os desafiam nem os confrontam publicamente. É o espaço da surdina e das sombras, do quase segredo, daquilo que, não sendo oficial, é sabido, é comentado e que constrói reputações. Assim como o poder público demora a chegar a esses desvãos não afetados pelas iniciativas modernizadoras, ignorando-os e deixando-os à margem, o conhecimento público do que ali se passa demora a se tornar oficial, ainda que muitos falem sobre ele.

A fama de Freitas o acompanha, como um traço definidor. Quando ele se apresenta para alugar um quarto na pensão de Frida, seu irmão logo levanta sua ficha, junto a caixeiros viajantes, os quais apresentaram seu passado, sua fama de mulherengo e, ao mesmo tempo, de bom pagador, de homem cortês e discreto. São esses últimos atributos que prevalecem na sua rápida aceitação, ao lado da necessidade de conseguir seus primeiros hóspedes.

A segunda hóspede da pensão viria a ser a desconhecida Mme Servine, sobre quem nada se sabe e pouco se pode presumir. Ela desperta desconfiança em Ernesto e curiosidade em Frida:

[...] seus modos bruscos, tics nervosos, maneiras masculinas, cabelos evidentemente oxigenados, traje sempre apurado. Era impossível dizer-lhe a idade, como impossível fôra precisar-lhe a nacionalidade. O nome podia indicar mais duma pátria; o sotaque era indefinível, como o perfume de que usava; a camada de *cold-cream* e carmin e os toques de diversos lápis tanto podiam estar sobre um rosto de trinta como de quarenta anos. Os olhos, em momentos raros de abandono, tinham o olhar cansado de quem tivesse vivido intensamente³⁵.

35. *Idem*, p. 23.

Mme Servine reúne em si atributos e sotaques diversos, sem deixar evidentes seus traços culturais originais. Sua origem parece ser a modernidade: ela é mulher de um tempo, não de um lugar. Aos olhos de hoje, seu nome e sua descrição evocam metrópoles europeias, mas ela poderia ser um tipo carioca profundamente impregnado por aspectos parisienses, da mesma forma que os tipos gaúchos que povoam o romance se esforçavam por construir uma identidade alemã. Mme Servine viera a Porto Alegre para abrir um salão de beleza, o que é bastante condizente com sua imagem artificial, com seu estilo construído à custa de tintura, maquiagem e perfume. O artifício e a dissimulação, porém, não a tornam menos digna da confiança de Frida. Do alto de sua misteriosa experiência de vida, Mme Servine se converte em conselheira de Frida, a quem ajuda e conduz em momentos de crise: quando Frida engravida de Germano, Servine a leva para fazer um aborto; e quando Frida está prestes a ser abandonada por Freitas, Servine sugere-lhe uma estratégia para segurar o rapaz. Da primeira vez, sua intervenção é bem-sucedida; da segunda, não.

Além das suas ações, interessam também as opiniões que Servine divide com Frida, nas duas crises em que Frida se via diante de sério risco de desonra pública. Primeiro, quando Frida, desesperada, revelou-lhe que estava grávida, a mulher experiente colocou o problema íntimo numa perspectiva menos individual:

Para tudo ha remedio. Então a Frida pensa que é a primeira a quem acontece um desastre desses?... Minha cara, infelizmente isto é uma cousa de todos os dias e ninguém morre de desespero por essa causa. O que é preciso é agir enquanto é tempo... Foi o diabo, lá isso foi; mas é sempre assim. Lembra-se do que lhe disse um dia no meu consultorio? Dizia-lhe eu que as mocinhas sempre dão essas cabeçadas por sentimentalismo, por amor aos namorados... Eu receava que isto viesse a acontecer... Mas já agora o que a a fazer é tratar de remediar o mal antes que seja tarde³⁶.

E, depois, quando Frida se percebera prestes a ser abandonada por Freitas, depois que um acidente culminou com a revelação pública do romance dos dois, Servine filosofa a respeito dos homens em geral, mais uma vez movida pela experiência de vida e de mundo que ela tem e Frida não tem:

36. *Idem*, pp. 187-188.

Ah! minha cara, os homens!... A suprema lei para eles, para todos eles, é o seu infinito egoísmo e o meio que temos de realmente dominá-los é saber torcer esse egoísmo em nosso proveito. Enquanto não aprendemos a despresal-os no nosso íntimo, a todos igualmente, não podemos ser fortes na vida. E a minha amiguinha está agora nas primeiras classes da escola em que se aprende isso; compreende?³⁷

Frida considera Mme Servine como um exemplo de mulher livre. Quando sonha com um futuro, Frida se espelha em sua confidente e deseja, por um momento, viver sozinha, numa cidade grande, sem família e sem outras responsabilidades que não o próprio sustento. O desejo lhe parece utópico, sobretudo porque é dela a responsabilidade pela criação das irmãs. Seu vínculo com sua família e, provavelmente, sua limitada experiência de mundo, fazem com que suas aspirações fiquem circunscritas a Porto Alegre, aos círculos sociais que ela conhece e nos quais aspira viver. Em outras palavras, Frida não só tinha raízes em Porto Alegre, como também esperava mantê-las. Em seu desejo de liberdade, ela sonhava sair dali, imaginava que se sentiria mais livre se fosse independente, mas percebia que esse desejo era uma utopia.

As aspirações de Frida sugerem a busca por uma maior independência feminina. O rumo de suas ações, porém, acaba sendo conservador: seguindo a prática de seu pai e irmão, que encontraram maneiras de extorquir Freitas, Frida também passaria a demandar que seu parceiro a sustentasse, que lhe presenteasse; ela inclusive deixa de investir na pensão para fazer de seu relacionamento sua fonte de renda. No entanto, ela oscila: uma tendência conservadora no que diz respeito ao sustento financeiro, e uma tendência libertária sobre a exposição de sua intimidade, que ela não faz questão de esconder. Vez ou outra, Frida se torna explicitamente contrária a certas convenções sociais – o que, como era esperado, lhe traria consequências:

Resultavam daí atitudes, frases, modos de agir que ao Freitas punha muita vez embaraçado em presença de estranhos. Ela parecia não querer fazer mistério da posição recíproca de ambos e, si não a alardeava positivamente, não fazia também o mínimo esforço por ocultá-la a olhos de mediocre perspicácia³⁸.

37. *Idem*, p. 225.

38. *Idem*, pp. 198-199.

Depois que seu relacionamento íntimo com Freitas se tornou notícia, Frida sentiu na pele a rejeição do grupo social do qual gostaria de participar:

O ostracismo a que se viu aturada por aquele mesmo círculo social que invejava e a cujo âmbito aspirava, a condenação diariamente manifesta por aqueles em cujo meio desejara viver, só concorriam para a desmoralizar a seus próprios olhos³⁹.

Como solução, ela acaba dando um passo atrás nas suas aspirações libertárias, aceitando a solução apresentada pelo amante: casar-se com Germano, seu antigo namorado, que havia voltado para a cidade às escondidas, sem sucesso e empobrecido. Frida e Germano contarão com o apoio financeiro do amante, que os auxiliaria financeiramente, satisfazendo suas necessidades e caprichos com alguns contos de réis.

O casamento ainda se apresenta como a solução mais segura para o destino de Frida e de outras mulheres que, como ela, haviam se permitido viver sua afetividade e sua sexualidade fora e antes do casamento. O casamento é, portanto, solução nada romântica, capaz de apagar ou esconder aquilo que era visto como deslize moral, mau comportamento para mulheres. A respeito desse destino comum a mais de uma mulher, Freitas filosofa, repetindo frase já ouvida da boca de um amigo: “As mulheres antigamente refugiavam-se num convento; hoje refugiavam-se no casamento...”⁴⁰

A frase aplica-se bem, neste romance, a diferentes mulheres, como a própria Frida, Alice (filha de amigos de Freitas) e Erna. A esta última, o casamento serve inclusive de justificativa quando o amante investiga com quem ela teria aprendido certas práticas sexuais:

[...] na intimidade, depois da posse, começara a invadir-o rápido o enjôo. Depravado embora, como era, chocava-o, escandalisava-o quase, o despudor com que ela se entregava. Não era sensual; era laciva. Tinha atitudes, gostos, intimidades de barregan vulgar, sem a sombra dum vestígio de respeito próprio. E um dia, quando ele no enervamento da saciedade, sem se poder conter, lhe perguntára, curioso, quem lhe havia ensinado todas aquelas finuras de alcouce, ela desfolhara uma das suas risadas sonoras, respondendo:

39. *Idem*, p. 217.

40. *Idem*, p. 246.

— Ora, quem havia de ser?... Meu marido! Pensas que essas coisas se aprendem no colegio?...⁴¹

Embora Freitas não desconfie, os leitores sabem que Erna tinha se envolvido sexualmente com algumas meninas, justamente no seu tempo de escola⁴². Sua resposta incomoda o amante, mas faz rir aos leitores, sabendo que Erna não divide com seu amante toda a sua intimidade, não lhe revela toda a sua história.

Nem mesmo Freitas está livre do julgamento social. Ele próprio não é capaz de ignorar o desprezo com que alguns amigos passam a tratá-lo. Sua situação parece se resolver mais facilmente, seja porque sobre o homem recaíam outras expectativas, seja também porque ele é forasteiro, porque não tem tantas raízes com a cidade. Preparou sua partida de Porto Alegre para logo depois do casamento de Frida, assim como já deixara o Rio de Janeiro em função de outros escândalos.

A propósito, a situação de Freitas como forasteiro, com limitadas relações na cidade, converte-o num observador privilegiado, disposto a dividir com alguns amigos suas críticas ao modo de vida da colônia alemã de Porto Alegre. É com aversão que o carioca observa os brasileiros de ascendência alemã que compunham boa parte da sociedade do romance:

Chegando ao sul [Freitas] fôra, como todo o recém-vindo de outros Estados, tomado de violenta repulsa por aquele tipo, para ele desconhecido, de brasileiros natos que ignoram a língua do paiz, que não perdem oportunidade de manifestar o seu superior desdém por tudo quanto é nacional e que se dizem ainda na terceira e quarta geração, alemães, olhos voltados para a 'Grande Patria' de além-mar, todas as ambições para lá volvidas, de lá recebendo todas as inspirações e todas as ideas, enquanto prosperam na despresada terra que lhes é berço e que lhes dá vida⁴³.

A observação mais ácida sobre esses brasileiros, que constituem a maioria da população do romance, é feita por um observador de fora, por alguém cujo distanciamento cultural propicia um olhar distinto, devido à falta de convivência com aquele universo. Por meio de observações como essa, o romance abre espaço para discursos nacionalistas,

41. *Idem*, p. 104.

42. *Idem*, pp. 34-35.

43. *Idem*, p. 29.

que explicitam problemas decorrentes da imigração e apresentam propostas de solução. Algumas delas explicitam o desejo político de que houvesse uma efetiva integração dos descendentes de alemães à cultura nacional. Outras sugerem “nada menos do que a eliminação não só da Alemanha, mas de toda a raça”⁴⁴.

O tema não se limita a esse romance; a ele voltam-se algumas outras obras ficcionais brasileiras que, na mesma década, dedicam-se a discutir questões semelhantes, associadas à imigração e, em menor número, à imigração alemã no Brasil. Dentre elas, destaco *País de Ouro e Esmeralda* (de José Antônio Nogueira, 1921) e o já citado *Amar, Verbo Intransitivo* (1927). Num recuo temporal maior, caberia acrescentar, é claro, *Canaã* (de Graça Aranha, 1902).

Os conflitos latentes com imigrantes e a expressão de ideias nacionalistas enquadram a ação do romance, que se encerra com a repercussão violenta, pela cidade de Porto Alegre, do episódio que culmina com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Enquanto Frida e Freitas se encontram secretamente, naquele que seria seu último encontro amoroso, noticia-se, pela cidade, que “submarinos alemães haviam torpedeado, já em águas de França, um navio brasileiro”⁴⁵, episódio que provocaria a entrada do Brasil no conflito. O romance termina com a repercussão social desse episódio: quarteirões inteiros são incendiados, enquanto pessoas se manifestam pelas ruas, expressando opiniões diversas. Espectadores da ação, Frida e Freitas tentam escapar sem ser vistos de seu último encontro às escondidas, enquanto também tentam entender a dimensão e a consequência dos últimos acontecimentos.

Em linhas gerais, essa é a cena final do romance, que não entusiasmou o crítico Osório Duque-Estrada, como vimos anteriormente. A despeito de sua opinião sobre o desfecho – “Podia ser essa uma página empolgante, se fosse tratada por mão de mestre” – com a qual alguns podem concordar, o romance parece ser mais importante do que o crítico supôs. Dentre outros motivos, porque há poucas referências diretas à Primeira Guerra na prosa de ficção brasileira. O conflito aparece, nesse romance, representado por uma variedade de vozes e atitudes de personagens anônimos, que pensam em participar da guerra, ou que reagem ao que veem como o “perigo alemão” em terras brasileiras, ou ainda que, perplexos, imaginam quais os efeitos cotidianos dos atos de guerra praticados em domínios europeus.

44. *Idem*, p. 125.

45. *Idem*, p. 251.

É verdade que a guerra propriamente dita não é o centro do romance. Não obstante, o capítulo final tem o mérito de construir uma imagem viva e plural dos efeitos dos eventos bélicos numa sociedade significativamente marcada pela presença alemã. Se a guerra não é o tema central do romance, é um elemento contextual pulsante, que vez por outra aparece textualmente, deixando perceber não o que se passa em outro continente, mas seus efeitos, os processos de mudança social em curso no país, especialmente aqueles que afetam os comportamentos e as expectativas a respeito dos papéis públicos e privados de uma geração. ●

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. *Amar, Verbo Intransitivo – Idílio*. 1ª. ed. São Paulo, Casa Editora Antonio Tisi, 1927.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996.
- BIGNOTTO, Cilza. *Novas Perspectivas Sobre as Práticas Editoriais de Monteiro Lobato (1918–1925)*. Campinas, Unicamp, 2007. (Tese Doutorado).
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- COARACY, Vivaldo. *Frida Meyer*. São Paulo, Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, 1924.
- DUQUE-ESTRADA, Osório. “Registro Literário”. *Jornal do Brasil*. 12.08.1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&PagFis=39816. Acesso em: 2 fev. 2016.
- HAYET, Lucas Flores e AQUINO, Vânia Campigotto. “Frida Meyer: a História da Busca de um Romance Desconhecido”. *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo, UPF Editora, 2013, vol. 1
- MENUCCI, Sud. “Bibliographia”. *O Estado de S. Paulo*. 18.04.1925. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 5 fev. 2016.
- MORAES, Rubem Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. 3ª. ed. Rio de Janeiro/Brasília-DF, Casa da Palavra/Briquet de Lemos, 1998.
- O ESTADO DE S. PAULO. “Livros novos”. 28.10.1924. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 5 fev. 2016.
- TERRA, Eloy. *As Ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre, AGE, 2001.
- TINHORÃO, José Ramos. *A Música Popular no Romance Brasileiro, vol. I: Séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Editora 34, 2000.

GRALHAS, PASTÉIS E AFINS

GRALHAS EM MACHADO DE ASSIS
BIBLIOFILIA E ESTUDO DAS FORMAS MATERIAIS
DE EDIÇÃO, CORREÇÃO E CIRCULAÇÃO DE UMA OBRA¹

Thiago Mio Salla

RESUMO A partir do exame do célebre erro tipográfico que consta da segunda edição das *Poesias Completas* de Machado de Assis, publicada em 1902, o presente artigo busca examinar as particularidades relativas ao trabalho de publicação e correção desse livro que desperta o desejo dos bibliófilos. Ao longo de tal processo, procura-se lançar luz sobre a trajetória do obscuro Eduardo Lemos, funcionário da casa Garnier que manualmente corrigiu os exemplares ainda não vendidos da obra, bem como examinar as diferentes implicações da gralha em questão. Assim, de modo pontual, pretende-se promover a aproximação entre particularidades inerentes à bibliofilia e o estudo das formas materiais de inscrição e transmissão da cultura livresca.

MACHADO DE ASSIS • LIVRARIA
E EDITORA GARNIER • REVISÃO
DE TEXTO • BIBLIOFILIA.

**“GRALHAS” [TYPOGRAPHICAL ERRORS]
IN MACHADO DE ASSIS:
BIBLIOPHILIA AND STUDY OF
THE MATERIAL FORMS OF EDITING,
CORRECTION AND CIRCULATION OF A BOOK”**

ABSTRACT Based on the examination of the famous typographical error that appears in the second edition of Machado de Assis, *Poesias Completas*, published in 1902, the present article seeks to examine the particularities related to the work of publication and correction of this book that arouses the desire of bibliophiles. Throughout this process, we aim to shed light on the trajectory of the obscure Eduardo Lemos, an employee of the publishing house Garnier, who manually corrected the unsold copies of the book, and examine the different implications of the typo committed in that case. Thus, in a specific way, we intended to promote the approximation between particularities inherent to the bibliophilia and the study of the material forms of inscription and transmission of the book culture.

MACHADO DE ASSIS • BOOKSTORE
AND PUBLISHING HOUSE GARNIER •
PROOFREADING • BIBLIOPHILIA.

SOBRE O AUTOR

Thiago Mio Salla é doutor em Ciências da Comunicação e em Letras pela Universidade de São Paulo. Enquanto docente e pesquisador da ECA-USP e do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP, dedica-se às áreas de Literatura Brasileira, Teorias e Práticas da Leitura e Editoração. Entre outros trabalhos, publicou o livro *Garranchos – Textos Inéditos de Graciliano Ramos* (Record, 2012) e *Graciliano Ramos e a Cultura Política: Mediação Editorial e Construção do Sentido* (Edusp, 2016).

Em crônica de 17 de julho de 1864, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis ressaltava que sempre tinha receio de escrever as palavras “parlamento” e “parlamentar”, pois um descuido tipográfico poderia levar a um trocadilho involuntário. “Sistema parlamentar, composto às pressas, pode ficar um sistema para lamentar”². No transcorrer desse mesmo texto, Machado alude ao caso de um suposto poeta que nunca teria publicado um verso que não tivesse sido estropiado pela impressão. Desenganado com o péssimo trabalho executado pelos tipógrafos em geral, o tal sujeito afirmava que não publicaria mais impressos, mas tão somente manuscritos³.

Quase quarenta anos depois, o próprio Machado de Assis teve motivos para se lamentar (sem trocadilho) diante de um erro tipográfico

1. Para a confecção deste artigo, contei com a generosa ajuda de Ubiratan Machado. Gostaria de deixar registrados meus agradecimentos a esse notável estudioso da história do livro e da edição no Brasil.
2. Machado de Assis, *Obra Completa*, p. 142.
3. *Idem, ibidem*. Todavia, convém assinalar que o sagaz narrador da crônica percebe o ardid do desalentado poeta, que, deliberadamente, autorizava os tipógrafos a cometerem erros tipográficos em suas produções como meio de mascarar sua incapacidade criativa.

que consta da segunda edição de suas *Poesias Completas*, obra impressa em Paris, em 1902, pela Garnier, que reunia seus três primeiros livros de poemas, *Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas*, e acrescentava a tal conjunto a então última produção do autor no gênero, *Ocidentais*⁴. O deslize em questão, tido como um dos mais infelizes e célebres da literatura brasileira⁵ e inexistente na edição *princeps* de 1901, aparece logo na “Advertência”. Nessa parte, ao se referir à exclusão do prefácio de Caetano Filgueiras presente no livro *Crisálidas*, Machado se justificava dizendo que assim procedia, pois a afeição por ele manifesta pelo referido amigo “cegara o juízo” deste. Todavia, devido a uma gralha, o “e” do verbo “cegara” deu lugar a um “a”, resultando na palavra “cagara”.

Diante de tal descuido de revisão, o poeta Alberto de Oliveira destaca, na marginália de seu exemplar das *Poesias Completas*, que Machado de Assis teria experimentado “terrível contrariedade”⁶. José Mindlin dizia não saber como o autor de *Dom Casmurro*, ao perceber o deslize, não teve um ataque de apoplexia⁷. Rubens Borba de Moraes, por sua vez, cogita a respeito da cara feita pelo “pudibundo autor vendo esse erro borrando a sua obra”⁸. Para contornar tal problema, ao invés de uma errata, realizou-se, nos exemplares ainda não vendidos da obra, a raspagem da letra “a” e, em seguida, o desenho, à caneta nanquim, da letra “e”. Especulou-se, inicialmente, que o próprio Machado teria feito, manualmente, a correção⁹, mas hoje se sabe que tal tarefa coube a Eduardo Lemos, então funcionário da Livraria Garnier no Rio de Janeiro.

Em vista das particularidades da trajetória editorial das *Poesias Completas* de Machado, chamam a atenção a primeira edição da obra, publicada em 1901 sem a referida gralha, mas, sobretudo, as duas variantes da segunda edição da coletânea, ou seja, aquela em que o erro ainda persiste e aquela na qual ele foi corrigido à mão. Aliás, os exemplares da segunda edição, que trazem tais fatores acidentais, contrariando o pressuposto fundado na noção de antiguidade de que a edição *princeps* seria a mais valiosa¹⁰, constituem-se em verdadeiras raridades e são cobiçados por

4. Por mais que, oficialmente, François-Hypollite Garnier figurasse como livreiro-editor das *Poesias Completas*, destaque para a efetiva participação de Machado na concretização do projeto. “Preparando, ordenando, exercendo suas percepções literárias, o autor revelou-se poeta, editor e crítico das *Poesias Completas*” (Fabiana Gonçalves, *De Poeta a Editor de Poesia: A Trajetória de Machado de Assis para a Formação de Suas Poesias Completas*, p. 129).

5. Pedro Corrêa do Lago, *Brasília Itaipú – Uma Grande Coleção Dedicada ao Brasil*.

6. *Apud* Josué Montello, *Diário da Manhã*, p. 339. Agradeço ao bibliotecário chefe da Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça da ABL, Luiz Antônio de Souza, pelo envio das páginas iniciais do exemplar da primeira edição das *Poesias Completas* de Machado que pertenceu ao poeta Alberto de Oliveira.

7. José Mindlin, *Uma Vida entre Livros*, p. 29.

8. Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, p. 104.

9. José Mindlin, *op. cit.*, p. 29.

10. Rubens Borba de Moraes, *op. cit.*, p. 101.

MACHADO DE ASSIS

DA ACADEMIA BRASILEIRA

POESIAS

COMPLETAS

*Chrysalidas, Phalenas
Americanas, Occidentales*

H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR

71-73, RUA DO OUVIDOR, 71-73 | 6, RUE DES SAINTS-PÈRES, 6
RIO DE JANEIRO | PARIS

1902

Página do exemplar da primeira edição das Poesias Completas de Machado de Assis que pertenceu a Alberto de Oliveira.

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Na página apresentada, o poeta faz o seguinte comentário: "Cegara - há alguns exemplares desta primeira edição [na verdade, da segunda] em que por lamentável descuido de revisão, o e d[e] cegara foi substituído por a. Soube que Machado experimentou com isso terrível contrariedade.

Capa da segunda edição das Poesias Completas de Machado de Assis. Exemplar pertencente à BBM-USP.

— VI —

Não deixo esse prefacio, porque a afeição do meu defunto amigo a tal extremo lhe cegara o juizo que não viria a ponto reproduzir aqui aquella saudação inicial. A recordação só teria valor para mim. Baste aos curiosos o encontro casual das datas, a daquelle, 22 de Julho de 1864, e a deste.

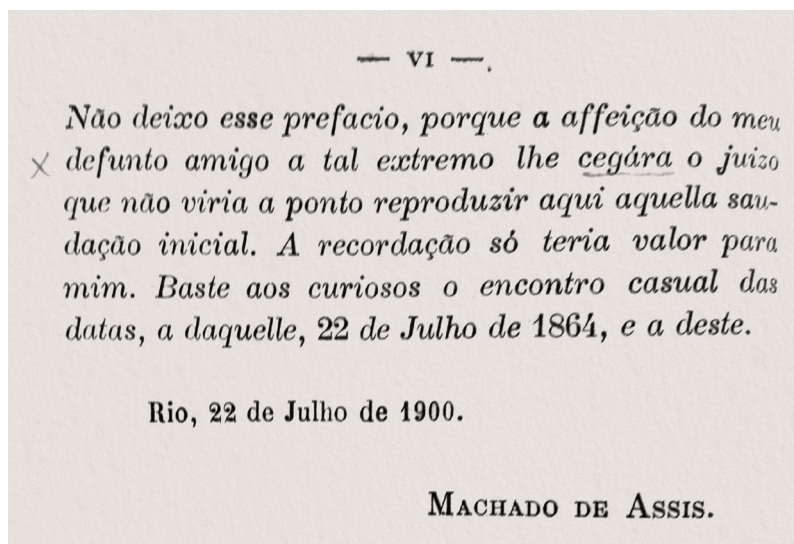
Rio, 22 de Julho de 1900.

MACHADO DE ASSIS.

X. Cegara. Há alguns exemplares desta primeira edição, em que por lamentável descuido de revisão, o e da Cegara foi substituído por a. Soube que Machado experimentou com isso terrível contrariedade.

coleccionadores. Considerando-se o fato de que poucos livros com a embaraçosa *faute d'impression* circulam pelos antiquários, estes são caros e disputadíssimos por bibliófilos e bibliômanos brasileiros. Mas os que contam com as emendas feitas manualmente não ficam atrás¹¹.

Não por acaso, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM – USP, encontram-se exemplares da edição *princeps* e dos dois estados da segunda edição, isto é, com a “palavra feia” e com a correção dela feita à mão¹². Mindlin se lembra de quando o poeta João Cabral de Melo Neto, que não conhecia a trajetória da edição das *Poesias Completas* de Machado, esteve em sua residência e estranhou a justaposição de três exemplares da referida obra na estante de sua brasileira¹³, acervo que hoje pertence à Universidade de São Paulo.



.....
Página da “Advertência” da primeira edição das *Poesias Completas* (1901) de Machado de Assis, sem o erro tipográfico. BBM-USP.
.....

11. Marcos Barrero, “Um Escritor Incompreendido”, *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1998, p. 4 (Caderno 2).

12. Em tal acervo, há ainda um exemplar do que se imagina ser a terceira edição da referida obra. Nela não se fazem mais presentes o famigerado erro e a posterior emenda deste à mão. Convém ainda assinalar que, no colofão desse volume, incluído na “Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira” da Livraria Garnier, tem-se a indicação da data 13.10.1924.

13. José Mindlin, *op. cit.*, p. 29.

Página da "Advertência" da segunda edição das Poesias Completas (1902) de Machado de Assis, com o erro tipográfico. BBM-USP.

— VI —

Não deixo esse prefacio, porque a affeição do meu defunto amigo a tal extremo lhe cagára o juizo que não viria a ponto reproduzir aqui aquella saudação inicial. A recordação só teria valor para mim. Baste aos curiosos o encontro casual das datas, a daquelle, 22 de Julho de 1864, e a deste.

Rio, 22 de Julho de 1900.

MACHADO DE ASSIS.

VI —

Não deixo esse prefacio, porque a affeição do meu defunto amigo a tal extremo lhe cegára o juizo que não viria a ponto reproduzir aqui aquella saudação inicial. A recordação só teria valor para mim. Baste aos curiosos o encontro casual das datas, a daquelle, 22 de Julho de 1864, e a deste.

Rio, 22 de Julho de 1900.

MACHADO DE ASSIS.

Página da "Advertência" da segunda edição das Poesias Completas (1902) de Machado de Assis, com o erro tipográfico emendado à mão. BBM-USP.

EDUARDO LEMOS: O LIVREIRO CORRETOR

A atribuição ao próprio Machado da referida emenda a nanquim, por mais que tenha caráter lendário, não deixa de decorrer do rotineiro apagamento dos agentes responsáveis, entre outros aspectos, pela revisão e preparação de um texto. Em regra, tendo em vista o usual privilégio concedido para o produto final, e não para a práxis discursivo-editorial responsável por sua realização, os reparos costumam ser incorporados à instituição de autoria, e a ação do revisor, apagada. Não por acaso, a raspagem e a correção do primeiro “a” de “cagara”, ainda mais por se tratar de uma marcação aparente que difere das habituais emendas feitas por um revisor em estágios preliminares da passagem da obra ao livro, foram atribuídas por muitos intelectuais a Machado.

Todavia, como já se mencionou, o responsável por tal ajuste em parte dos exemplares da segunda edição das *Poesias Completas* de Machado foi Eduardo Lemos, então caixeiro e depois gerente da Livraria Garnier. A ratificação de tal informação, que procurou pôr fim à lenda de que coubera ao autor de *Dom Casmurro* a feitura da emenda, deve-se ao próprio Lemos em atendimento a uma demanda de Galante de Sousa:

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1952
Ilmo. Sr. José Galante de Sousa
Nesta.

Atendendo ao seu pedido verbal declaro que havia, no prefácio de *Poesias Completas* de Machado de Assis, um erro gravíssimo, arrepiante é melhor, praticado na revisão: – na passagem em que dizia “cegara o juízo”, um cochilo do revisor deixou passar a troca do “e” por um “a” ... formando uma palavra suja.

Existem exemplares nas mãos dos amigos do livro com a letra refeita a nanquim, cujo trabalho foi executado por mim, e outros, com a palavra suja, que passaram por fora de minha vigilância.

Sem mais
(a). Eduardo Lemos¹⁴.

14. José Galante de Sousa, *Bibliografia de Machado de Assis*, p. 103.

Mas quem teria sido esse funcionário da Garnier? Na contramão do silenciamento dos diferentes profissionais e ações prévias que integram o processo editorial, condição costumeira ao longo da história do livro e da edição ainda mais em se tratando do ato de emendar, conviria conhecer minimamente quem foi Eduardo Lemos para depois retornarmos à edição das *Poesias Completas* de Machado na qual consta o famigerado erro tipográfico.

Em sessão da Academia Brasileira de Letras (ABL) ocorrida em 17 de julho de 1952, o imortal Clementino Fraga, a propósito do jubileu de Eduardo Lemos, presta uma homenagem a tal “enamorado das letras”, amigo de cuja ternura a casa de Machado de Assis “teve sempre as provas mais desprendidas”.

Sem nada querer de nós, nem voto, nem benesses, Eduardo Lemos sempre crepitou de entusiasmo pelas justas acadêmicas no ambiente em que viveu, como livreiro e editor, dia por dia, durante cinquenta anos, em contato com homens de letras, e como bastardo dessa família intelectual, sua privança com alguns dos nossos maiores, legitimamente o acredita no peñhor de nossa cordialidade¹⁵.

Nesse mesmo discurso, Fraga assinala que Eduardo Lemos entrou como empregado da Livraria Garnier em 1900, data que marca sua aproximação de Machado de Assis, assíduo frequentador da livraria. Segundo relembra o próprio Lemos, em entrevista concedida a David Nasser, o autor das *Memórias Póstumas* costumava chegar à Garnier todos os dias, sempre depois do almoço, sentava-se em uma cadeira, perto de uma coluna de ferro, e perguntava com a voz macia “quais são as novidades?”¹⁶ Ficava por lá até o fechamento do estabelecimento, conversando com um grupo de amigos, entre os quais se encontravam, entre outros, Alberto de Oliveira e João Ribeiro. Por vezes, deparava-se, na livraria, com um grupo de irreverentes poetas simbolistas, que se dirigia à Garnier com o propósito de hostilizar escritores mais velhos e chamar as atenções para si¹⁷. Lemos recorda-se do episódio em que sobre a cadeira em que Machado costumava sentar fora deixado um exemplar de livro que acabara

15. Clementino Fraga, “Palavras do Senhor Clementino Fraga”, p. 12.

16. Eduardo Lemos, “O Homem da Porta da Garnier”. Para além da convivência diária travada com Machado de Assis no tempo em que era funcionário da Livraria Garnier, Eduardo Lemos dizia conhecer o autor das *Memórias Póstumas* de um período anterior. O pai de Lemos, João Francisco Lemos, que costumava frequentar a Tipografia Dupont, apresentou-o “ao doutor Machado, um brilhante poeta”.

17. Ubiratan Machado, *História das Livrarias Cariocas*, p. 147.

de publicar com a seguinte dedicatória: “Mais um maçudo do maçudo Machado”.

O então funcionário da Garnier ainda rememora, na referida entrevista¹⁸, uma tarde em que Machado lhe perguntou o que diziam de sua obra. O caixeiro, cheio de coragem, respondeu que não a compreendiam. O romancista teria se admirado com a resposta e, virando-se para Lemos, interrogou-o:

– E você?

– Nem eu, seu Machado.

– Vai buscar um de meus livros.

Apanhei o *Quincas Borba* na estante. O homem voltou à carga:

– Qual trecho em que você se atrapalhou?

E levou várias horas me explicando o sentido daquela obra. E, desde aquele dia até hoje, tenho meu ponto de vista: só no ano dois mil Machado será compreendido¹⁹.

Agripino Grieco, em referência ao tempo em que Lemos gerenciava a Garnier, trata este último como um sujeito petulante, responsável por tirar as cadeiras de lá para que Alberto de Oliveira e seus discípulos não mais se aboletassem nelas, “parolando horas e horas e talvez espantando os cobradores”²⁰. Para além de tal postura, nessa condição de gerente, ao que parece, Lemos desempenhara atividades editoriais. Em reportagem publicada nos anos 1950, gabava-se de que o livro de maior sucesso que já havia lançado teria sido *Impressões da Europa (Suíça, Itália e Espanha)*, de autoria do ex-presidente da República Nilo Peçanha. Conforme lembra Lemos, a obra, que veio a público em 1912, alcançou o “maior sucesso da época”:

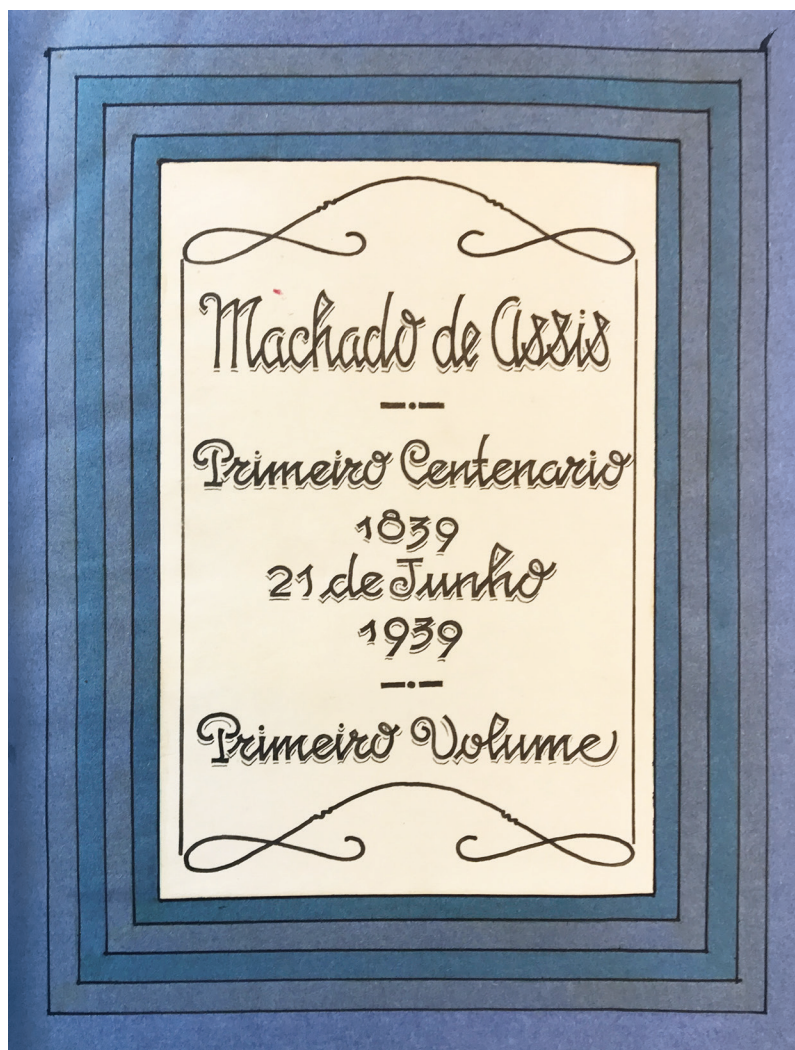
Pela primeira vez fez-se fila no Rio de Janeiro. E coisa curiosa, elas não es-tacionaram nos açougues, nem tampouco nos armazéns, e sim na porta da antiga Livraria Garnier, naqueles saudosos tempos em que pontificavam ali

18. Tal depoimento encontra-se recolhido no caderno de recortes sobre o centenário do Bruxo do Cosme Velho que consta da BBM-USP (cf. Machado de Assis, *Primeiro Centenário – 1839-1939*).

19. Eduardo Lemos, op. cit. Ainda nessa entrevista a David Nasser, Lemos destacava que, após a morte de Machado, teria editado um livro no qual Mário de Alencar reunira as poesias completas do bruxo. Em seguida ele menciona que houve um erro tipográfico na introdução da obra, o qual “degenerou num palavrão deste tamanho” (*idem*). Além de ter sido o próprio Machado o autor e organizador de tal coletânea poética (Mário de Alencar se dedicou a coligir, em edições póstumas, crônicas, críticas e o teatro do fundador da ABL), o antigo caixeiro da Garnier ainda se equivoca ao tratar de suas diligências no sentido de corrigir o referido erro: sua função resumira-se a emendar manualmente os exemplares ainda não vendidos da segunda edição das *Poesias Completas*, tal como foi aqui apresentado anteriormente.

20. Agripino Grieco, *Memórias*, p. 280.

Folha de rosto do caderno de recortes
Machado de Assis: Primeiro Centenário –
1839-1939. *BBM-USP*.



os mais altos expoentes das letras nacionais. Todos que tinham qualquer pretensão junto ao governo iam ao Catete levando um exemplar²¹.

Quanto à sociabilidade intelectual, em decorrência de sua amizade com o Laudelino Freire, Eduardo Lemos teve, em dado instante, relativa influência eleitoral na ABL. Provavelmente em vista disso, tratava-se de uma presença constante na Casa de Machado de Assis. Clementino Fraga destaca que seria dele o recorde de comparecimento às recepções acadêmicas, nada menos de trinta, “sendo a primeira a que a assistiu a de Afonso Arinos²², levado ao Gabinete Português de Leitura, a convite de Machado. A última foi a de Getúlio Vargas”²³.

A amizade com Laudelino Freire ainda lhe renderia outros frutos. Em 1922, indicado por tal filólogo, Eduardo Lemos participou da publicação do fac-símile da segunda edição do *Dicionário de Língua Portuguesa* (1813), de António de Moraes Silva, a qual foi elaborada em comemoração ao primeiro centenário da Independência pela Lito-Tipografia Fluminense²⁴. Quinze anos depois, já à frente da editora A Noite S. A., o ex-funcionário da Garnier deu início à edição do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, dirigido por Laudelino Freire²⁵, cujos cinco volumes foram lançados ao longo de cinco anos (1939-1944)²⁶.

Nessa condição de gerente da editora A Noite, Eduardo Lemos era descrito como um “perfeito técnico da indústria e comércio do livro”, atributos que faziam dele um herói e soldado pouco conhecido da “inteligência indígena”²⁷. Em virtude de sua experiência de muitos anos e das amplas relações que construía no mundo das letras, conheceria os gostos do público, “suas preferências, os gêneros literários que têm mais saída etc.”²⁸. Sem se referir à passagem de Lemos por essa casa editorial, Agripino Grieco destaca que o ex-caixeiro

21. Mário Cordeiro, “Um Dicionário à Procura de Seus Autores”, p. 11. De fato, o livro alcançou grande saída. Em quatro dias, a casa Garnier já havia vendido setecentos exemplares, e o restante da tiragem de cinco mil prometia se esgotar num curto espaço de tempo, considerando-se os pedidos que vinham dos Estados (“O Livro do Dia”, *Gazeta de Notícias*, p. 1). Todavia, na referida reportagem, Eduardo Lemos se confunde ao destacar que o sucesso de vendas se deveu ao fato de Nilo Peçanha, quando do lançamento de *Impressões da Europa*, ocupar a cadeira da presidência. Na verdade, tal político esteve à frente do Governo Federal entre 1909 e 1910, e a referida obra foi lançada em 1912.

22. Escritor que tomou posse em 1901, na cadeira 40, em lugar de Eduardo Prado. Não o confundir com seu sobrinho Afonso Arinos de Melo Franco, que sucedeu José Lins do Rego na cadeira 25, em janeiro de 1958.

23. Clementino Fraga, *op. cit.*, p. 12.

24. *Idem, ibidem*.

25. Segundo destaca o próprio Eduardo Lemos, o contrato de edição entre Laudelino Freire e a Editora A Noite deu-se em abril de 1937. Um ano depois o dicionarista veio a falecer (Mário Cordeiro, *op. cit.*).

26. Entre a edição de um e outro dicionário, Eduardo Lemos foi, em 1930, secretário-geral do general Tasso Fragoso, chefe da junta militar que governou o país durante alguns dias (Clementino Fraga, *op. cit.*, p. 12).

27. “Uma Reportagem na Itália Constituiu um Grande Êxito de Livraria e de Crítica”, *Correio Paulistano*, p. 4.

da Garnier teria se arrastado numa velhice melancólica, em cargos bem inferiores às suas pompas do período de gerente [da Garnier]²⁹. O memorialista ainda emenda: “os literatos que Eduardo Lemos irritava davam-no como português, e, embora ele se dissesse capixaba, a dicção o comprometia”³⁰.

GRALHAS EM SÉRIE

Percorrida rapidamente a trajetória do obscuro Eduardo Lemos, ao se retomar a emenda por ele realizada no prefácio da segunda edição das *Poesias Completas* de Machado de Assis, percebe-se que a raspagem e a correção da letra “a” em “cagara” consistiram, de fato, em uma intervenção pontual e emergencial. Tal afirmação se baseia sobretudo no fato de que, quando se considera o todo dessa edição, verifica-se que ela apresenta uma série de outras gralhas deixadas de fora do trabalho corretivo efetuado por esse livreiro-editor, então caixeiro da Livraria Garnier na aurora do século xx.

Mais especificamente, a segunda edição das *Poesias Completas* de Machado, com seu famigerado erro tipográfico, na verdade, não passa de mera reimpressão da primeira edição da mesma obra datada de 1901. Ao se examinar a errata aposta ao final desta e cotejá-la com o miolo daquela, confirma-se que, de uma edição para a outra, nada foi alterado, com exceção da emenda feita manualmente na “palavra feia”. Tal corrigenda consigna ao todo 36 deslizes que deveriam ser corrigidos pelo leitor, quando da leitura da coletânea. Entre estes têm-se, sobretudo, pequenas gralhas quer pela troca, falta ou omissão de letras, quer por quebras inadequadas ou repetição de vocábulos, quer por problemas de acentuação.

Apesar de pequenos, tais deslizes acabam também se revelando danosos, sob muitos aspectos, para a imagem da editora e do poeta. Por exemplo, no soneto “Alencar”, feito em homenagem ao romancista indianista, há um problema logo no título: ao invés de “Alencar”, tem-se “Alençar”. Outro caso representativo pode ser observado no canto xxv, do poema “Pálida Elvira”. Nele, a interpelação à “leitória curiosa” dá lugar à “leitosa curiosa”. Assim, nessas ocorrências específicas, tanto a referência encomiástica ao autor de *Iracema* como a proposta de se dirigir ao enunciatório perdem a força em função das gralhas não corrigidas pela segunda edição³¹.

28. *Idem, ibidem*.

29. Agripino Grieco, *op. cit.*, p. 280.

30. *Idem, ibidem*.

As duas páginas com a errata que
acompanha a primeira edição (1901)
das Poesias Completas de Machado
de Assis. Biblioteca Florestan Fernandes
(FFLCH-USP).

ERRATA

- Página 3. E' no teu seio *em vez de* E no teu seio.
Página 9. limpidas *em vez de* limpadas.
Página 39. tens *em vez de* teus.
Página 50. no poente *em vez de* na poente.
Página 106. tu que vens *em vez de* tu que veus.
Página 116. não me illude *em vez de* não me illudo.
Página 131. a mão que implora o amor *em vez de* a
mão que implora o amor.
Página 134. Te ha de faltar *em vez de* Tu ha de faltar.
Página 150. Devo agora *em vez de* Devo agoro.
Página 151. Todavia a leitora *em vez de* Todavia a
leitosa.
Página 153. E' nossa *em vez de* E nossa.
Página 163. Fazer do *em vez de* Faz erdo.
Página 193. povoadas praias *em vez de* povoadas prias.
Página 199. o pio *em vez de* o pia.
Página 206. lança *em vez de* lanca.
» » atravez *em vez de* atrazez.
Página 218. E' como *em vez de* E como.
» » vóa *em vez de* voa.
Página 219. embora *em vez de* embera.
Página 224. Vida é tudo, *em vez de* Vida é tudo.

— 2 —

- Página 241. a ouvidos *em vez de* o ouvidos.
Página 243. fechar *em vez de* facher.
Página 251. enchia *em vez de* encheia.
» » de vestes negras, *em vez de* do vestes negras.
Página 254. lusitano *em vez de* luzitano.
Página 294. Ama de egual *em vez de* Ama de qual.
Página 301. Abramos *em vez de* Abramo.
Página 310. E' mais *em vez de* E mais.
Página 315. deslebrado de tudo *em vez de* deslum-
brado de tudo
Página 318. Sôem cá fóra *em vez de* Sôem ça fra
Página 320. Alencar *em vez de* Alençar
Página 336. Com os da frente *em vez de* com os os da
frente.
Página 339. um braço *em vez de* em braço.
» » e a vel-o *em vez de* e o vel o.
Página 356. Moça havia *em vez de* Moca havia.
Página 371. As moças ricas *em vez de* As moças rias.

Além disso, o aproveitamento por parte da Garnier da composição utilizada na primeira edição deu margem a que, na segunda, surgissem novos erros, decorrentes, principalmente, do desgaste dos tipos e até mesmo do desaparecimento de letras³². De fato, sobretudo em final de linha, observam-se a falta de elementos que redundam em vocábulos quebrados ou, mesmo, deslizes de concordância e ainda erros de pontuação, tendo em vista a queda do sinal gráfico esperado. No exemplar da segunda edição das *Poesias Completas* de Machado de Assis que pertenceu a Mário de Andrade, o autor de *Macunaíma* faz a correção manual de alguns desses problemas³³.

31. Curioso observar que mesmo os intelectuais responsáveis por tecer críticas severas às *Poesias Completas* de Machado não se valeram do apontamento dos erros tipográficos presentes nas edições da obra para atacar o fundador da ABL. Múcio Teixeira, por exemplo, elenca uma série de problemas relacionados não a *fautes d'impression*, mas, segundo ele, à fatura artística dos poemas recolhidos no livro: 140 deslizes com as "palavras assonantadas", vinte incorreções no emprego de palavras esdrúxulas ao fim de versos soltos e uma série de arbitrariedades cometidas nas estrofes rimadas. Por fim, menciona uma incorreção gramatical referente à concordância verbal num dos tercetos do poema "Uma Senhora que me Pediu Versos" – "Uma só das horas tuas / Valem um mês / Das almas ressequidas" – e, em seguida, destaca: "Assim, um só destes erros *valem*, ou *deviam valerem*, muitos bolos de palmatória nos seus longínquos tempos de aluno da escola régia do bairro da Saúde" (Múcio Teixeira, *Poesias Completas*, apud Ubiratan Machado, *Machado de Assis: Roteiro da Consagração*). Por seu turno, Sílvio Romero, depois de afirmar que o volume seria prova da carência de recursos do estro machadiano, registra o uso excessivo de *quês* por parte do fundador da ABL. No poema "A Mosca Azul", por exemplo, seriam dezoito *quês*, em dezesseis quadras (Sílvio Romero, *Outros Estudos de Literatura Contemporânea*, apud Ubiratan Machado, *op. cit.*, p. 255).

32. Pesquisa de Filologia Fundação Casa de Rui Barbosa, "Sobre Esta Edição", em Machado de Assis, *Poesias Completas*, p. 11.

33. Para além de ele próprio emendar as gralhas presentes em seu exemplar da segunda edição das *Poesias Completas* de Machado, Mário de Andrade povoa o livro com uma série de anotações. Em linhas gerais, pode-se dizer que ele aproveita a leitura e a glosa do volume na produção do texto "Machado de Assis", datado de 1939. Na segunda parte desse ensaio, o escritor modernista discorre sobre a poesia do fundador da ABL. Se por um lado rebaixa a produção inicial deste e destaca que, com *Ocidentais*, ele teria levado a poesia às portas do degenerante Parnasianismo, por outro, exalta o poema "Última Jornada", descrito como "uma das mais belas criações do mestre e da nossa poesia" (Mário de Andrade, *Aspectos da Literatura Brasileira*, p. 97).

A ARTHUR DE OLIVEIRA, ENFERMO

Sabes tu de um poeta enorme
Que andar não usa
No chão, e cuja extranha musa,
Que nunca dorme,

Calça o pé, melindroso e leve,
Como uma pluma,
De folha e flor, de sol e neve,
Crystal e espuma ;

E mergulha, como Leandro,
A fôrma rara
No Pó, no Sena, em Guanabara
E no Scamandro ;

Ouve a Tupan e escuta a Momo,
Sem controversia,

Mário de Andrade acrescenta o "P"
que falta na abertura da segunda linha
da epígrafe do poema "La Marchesa de
Miramar", que consta de seu exemplar
da segunda edição das Poesias Completas
de Machado de Assis. Biblioteca do IEB.

Página 295 do exemplar da segunda
edição das Poesias Completas de
Machado de Assis em que Mário
de Andrade acrescenta a sílaba "mo"
faltante ao título do poema.

Biblioteca do IEB.

LA MARCHESA DE MIRAMAR

A miserrima Dido
Pelos paços reaes vaga ululando
GARÇÃO.

De quanto sonho um dia povoaste
A mente ambiciosa,
Que te resta ? Uma pagina sombria,
A escura noite e um tumulto recente.

Ó abysmo ! Ó fortuna ! Um dia apenas
Viu erguer, viu cair teu fragil throno.
Meteoro do seculo, passaste,
Ó triste imperio, allumiando as sombras.
A noite foi teu berço e teu sepulero.
Da tua morte os goivos inda acháram.
Frescas as rosas dos teus breves dias ;
E no livro da historia uma só folha
A tua vida conta : sangue e lagrimas.

4

E sonho o que nenhum mortal ha já sonhado,
 Mas o silencio amplo e calado,
 Calado fica; a quietação quieta;
 Só tu, palavra unica e dilecta,
 Lenora, tu, como um suspiro escasso,
 Da minha triste boca saes;
 E o eco, que te ouviu, murmurou-te no espaço;
 Foi isso apenas, nada mais.

Entro co' a alma incendiada.
 Logo depois outra pancada
 Sôa um pouco mais forte; eu, voltando-me a ella :
 « Seguramente, ha na janella
 « Alguma cousa que sussura. Abramo
 « Eia, fôra o temor, eia, vejamos
 « A explicação do caso mysterioso
 « D'essas duas pancadas taes.
 « Devolvamos a paz ao coração medroso
 « Obra do vento e nada mais. »

Abro a janella, e de repente,
 Vejo tumultuosamente
 Um nobre corvo entrar, digno de antigos dias.
 Não despendeu em cortezias
 Um minuto, um instante. Tinha o aspecto
 De um lord ou de uma lady. E prompto e recto
 Movendo no ar as suas negras alas,
 Acima vôa dos portaes,
 Trepá, no alto da porta, em um busto de Pallas;
 Trepado fica, e nada mais.

.....
 Em sua leitura da segunda edição
 das Poesias Completas de Machado
 de Assis, Mário de Andrade acrescenta
 o "s" faltante no verbo "abrir" utilizado
 na primeira pessoa do plural do imperativo
 afirmativo (quinto verso da segunda
 estrofe). Biblioteca do IEB.

Todavia, o desgaste das matrizes de impressão não explicaria a passagem de “cegara” a “cagara” no prefácio da segunda edição da obra, isto é, não houve apagamento ou alteração de parte da letra na passagem do “e” ao “a”, mas sim a troca do tipo. Daí a hipótese aventada por Antônio Carlos Secchin de que tal gralha específica poderia decorrer de fraude ou sabotagem: “Como pode ter uma palavra certa na primeira e ela aparecer errada na segunda? Era só botar na máquina e repetir a impressão”³⁴. Difícil confirmar tal hipótese³⁵. De todo modo, quer eventualmente por esse motivo, quer por estar o erro presente justo no prefácio, quer por resultar em uma “palavra feia” (algo que contrariara imenso a pudicícia do autor), o desvio em questão recebeu um tratamento diferenciado e cirúrgico por parte da editora, quando comparado com os deslizes recorrentes no miolo.

Em função desse conjunto de razões, a famigerada gralha, diferente das demais, não caberia numa errata. Tal paratexto (em geral impresso nas páginas finais da obra ou em folha separada) procura impor um sentido ao livro sem tocar na materialidade da inscrição, isto é, a corrigenda não emenda, mas apenas sublinha o erro, exercendo a vigilância e apelando a uma transformação imaterial da obra³⁶:

A errata pressupõe, a cada momento, um horizonte de correção, seja como meta final no sentido da qual se movimenta o livro, seja como regra que o limita nesse movimento; porque a errata interrompe para estabelecer ou restabelecer a regra, para corrigir ou regular, mesmo que a correção careça, por sua vez, de outra correção, mesmo que a regularização funcione ela mesma de modo irregular com relação à regra que lhe preside³⁷.

O problema no prefácio das *Poesias Completas*, assim, seria de outra ordem. Demandava ser corrigido materialmente no transcurso da leitura, sem o risco de não ser percebido por quem passasse batido pela errata, que, por sinal, consta apenas da primeira edição da obra, e não da segunda.

Aliás, os problemas consignados na corrigenda presente na primeira edição teriam sido apontados pelo próprio Machado. Conforme

34. Bolívar Torres, “Livros com Erros Tipográficos São Cobiçados por Colecionadores”.

35. Ubiratan Machado afirma não acreditar em tal hipótese de sabotagem, proposta por seu amigo Secchin. “Quem trabalhou em jornal ou gráfica, no tempo da composição manual de tipos, sabe que, muitas vezes, um determinado texto (mesmo guardado para reimpressão) era desfeito, para atender a uma situação de emergência, fornecendo, por exemplo (mero palpite) os tipos para outra composição. Isso explica a diferença entre a primeira e a segunda edição, apesar da presença da mesma composição em ambas as edições. Pode-se admitir até uma queda da gaveta que guardava o texto, exigindo sua recomposição” (Ubiratan Machado. Machado. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Thiago Mio Salla em 17 jan. 2018).

36. Abel Barros Baptista, “A Reforma Hermenêutica. Acerca da Legibilidade de *Dom Casmurro*”, em João Cezar de Castro Rocha, *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, p. 566.

37. Abel Barros Baptista, *Autobiografias*, p. 142.

lembra Grieco, além de receber míseros proventos a partir da venda de exemplares e dos direitos de publicação do conjunto de sua obra, ficava a seu encargo rever gratuitamente as provas de todos os seus livros³⁸. No que concerne a tal empreitada, o autor das *Memórias Póstumas* se mostrava muito zeloso. Em carta a Magalhães de Azeredo datada de 28 de julho de 1899, por exemplo, revela seu trabalho na correção de *Dom Casmurro*: “Já devolvi as provas dos últimos capítulos, mas tendo de ler segundas provas do livro, conforme mandei pedir, não creio que antes de novembro possa ser exposto ao público”³⁹. A esse mesmo interlocutor, quase dois anos depois (em 30 de junho de 1901), o fundador da ABL trata ainda da revisão das *Poesias Completas*:

Há de achar no fim uma longa errata, que não devia existir, se eu pedisse, como fiz aliás com outros livros impressos fora, segundas provas de tudo. O resultado foi aquela lista de erros. Talvez o livro as mereça. Em todo caso, a culpa foi minha⁴⁰.

Se Machado se penitencia por não ter solicitado, diferentemente de seu procedimento habitual, as segundas provas do livro impresso em Paris, o que dizer do trabalho de revisão que caberia à editora Garnier? E mais: o que dizer do fato de as imperfeições consignadas na errata da primeira edição não terem sido corrigidas na segunda, a qual, pelo contrário, apresenta um índice mais elevado de problemas? Além disso, não era a primeira vez que a editora comprometia a reimpressão de uma das obras de Machado. É ele mesmo quem o diz, uma vez mais em diálogo missivístico com o amigo Magalhães de Azeredo:

A casa Garnier reimprimiu ultimamente um dos meus livros mais antigos, os *Contos Fluminenses*; fê-lo sem que eu houvesse revisto o trabalho, e (creio que por equívoco) sem aviso prévio, e sem lhe pôr a nota de que era edição nova. Por tudo isso não lhe mando um exemplar⁴¹.

Os referidos questionamentos, obviamente, depõem contra o labor editorial realizado pela Garnier. Todavia, não na esfera íntima, mas publicamente, o próprio Machado é o primeiro a reconhecer os méritos e progressos alcançados pela editora instalada no Brasil. Ao longo de

38. Agrippino Grieco, *Machado de Assis*, p. 140.

39. Machado de Assis, *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*, p. 181.

40. *Idem*, p. 224.

41. *Idem*, p. 181.

sua produção cronística, em diferentes registros do movimento editorial carioca, o escritor não se cansou de elogiar o trabalho realizado por Baptiste-Louis Garnier. Em crônica de 20 de junho de 1864, já sublinhava que os livros impressos por esse editor na França, diferentemente do que até então ocorria, não apresentavam mais recorrentes erros tipográficos. Tal fato demovia os argumentos contrários à qualidade editorial das impressões feitas em Paris. O romancista explicava que, para evitar eventuais gralhas em trabalhos feitos do outro lado do Atlântico, Garnier havia contratado, para a revisão das obras portuguesas, “um dos melhores revisores que a nossa imprensa diária tem possuído”⁴².

Naquela altura, Machado provavelmente se referia ao poeta Bruno Henrique de Almeida Seabra, que, em 1862, embarcara para Paris, “contratado pela casa Garnier, como revisor do *Jornal das Famílias* e de livros em língua portuguesa impressos na França, de onde voltou em 1865”⁴³. Posteriormente, quem veio a exercer tal função foi José Lopes da Silva Trovão, expoente do movimento abolicionista e republicano histórico, que, depois de participar na Revolta do Vintém, passou alguns anos na capital francesa (só voltou ao Brasil já bem próximo da Proclamação da República), onde, além de trabalhar como revisor de provas da Garnier, atuou como correspondente do jornal *O Globo* e desempenhou a função de redator-chefe do periódico francês *Chronique Franco-Brésilienne*⁴⁴. Todavia, após a morte de Baptiste-Louis em 1893 e o início da gestão de seu irmão François-Hypollite, num contexto de declínio e posterior recuperação da atividade editorial⁴⁵, não se tem notícia de outro profissional que haja assumido tal empreitada.

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Apesar de todas as deficiências e particularidades apontadas, o famigerado “cagara” e sua correção manual concentram as atenções dos bibliófilos, fazendo da segunda edição das *Poesias Completas* de Machado uma obra rara, muito mais procurada por eles do que a maioria dos outros títulos do escritor⁴⁶. Esse processo de singularização de um livro e a paixão que um bibliômano sente ao adquirir tal item único já foram alvos da zombaria de Machado em suas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

42. Machado de Assis, *Obras Completas*, p. 129.

43. Raimundo Magalhães Júnior, *Vida e Obra de Machado de Assis – Ascensão*, p. 180.

44. Ubiratan Machado, *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*, p. 102; Raimundo Magalhães Júnior, *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, p. 80; Claudio H. M. Batalha, “Um Socialista Francês Diante da Escravidão no Brasil: Louis-Xavier de Ricard e o Jornal *Le Sud-Américain*”, p. 168.

45. Laurence Hallowell, *O Livro no Brasil: Sua História*, pp. 253-262.

46. Rizio Bruno Sant’Ana, “Como Definir Obras Raras: Critérios da Biblioteca Mário de Andrade”, p. 232.

Achou o volume – por acaso, no pardieiro de um alfarrabista. Comprou-o por duzentos réis. Indagou, pesquisou, esgaravato, e veio a descobrir que era um exemplar único... Único! Vós, que não só amais os livros, senão que padeceis a mania deles, vós sabeis mui bem o valor desta palavra, e adivinhais, portanto, as delícias de meu bibliômano. Ele rejeitaria a coroa das Índias, o papado, todos os museus da Itália e da Holanda, se os houvesse de trocar por esse único exemplar; e não porque seja o das minhas Memórias, fazia a mesma coisa com o *Almanac* de Laemmert, uma vez que fosse único⁴⁷.

Para além de tal visão caricata do bibliômano, o narrador também se refere a essa figura como um amante dos livros (bibliófilo), que investiga, mediante uma combinação de excentricidade (mania), arte e soma de conhecimentos, o quão rara poderia ser a edição adquirida. Assim, para além do colecionismo, percebe-se que a raridade não seria um conceito dado de antemão⁴⁸, mas um valor construído que estaria correlacionado à própria história de produção, circulação e apropriação de determinada obra.

Nesse ponto, portanto, a perspectiva e as preocupações do bibliófilo se cruzam com as do estudioso da relação entre a materialidade do texto e a textualidade do livro⁴⁹. E, em linhas gerais, o que se procurou apresentar aqui, tendo em vista o exame de um caso específico, foram os resultados dessa intersecção: a partir, sobretudo, da especificidade e da concretude das edições raras das *Poesias Completas* de Machado colecionadas por Rubens Borba de Moraes e José Mindlin (e que também se fazem presentes em outros acervos), buscou-se recuperar o papel de um obscuro ator e discorrer sobre as condições técnicas, sociais e editoriais presentes no processo de publicação de tal livro no transcurso da passagem do século XIX para o XX, no Brasil. ●

47. Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, pp. 162-163.

48. Conforme destaca Chartier, “apesar de a raridade poder ser objetiva, ela é, de fato, com frequência construída. Um livro é raro a partir do momento em que há bibliófilos para procurá-lo” (cf. Roger Chartier, *A Aventura do Livro: Do Leitor ao Navegador*, p. 149).

49. Roger Chartier, *Inscrever e Apagar*, p. 13.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª ed., São Paulo, Martins, 1974.
- ASSIS, Machado de. *Poesias Completas: Chrysalidas, Phalenas, Americanas e Occidentaes*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1901.
- _____. *Poesias Completas: Chrysalidas, Phalenas, Americanas e Occidentaes*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902.
- _____. *Poesias Completas: Chrysalidas, Phalenas, Americanas e Occidentaes*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1924 (Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira).

- _____. *Poesias Completas: Crisálidas, Falenas, Americanas e Ocidentais*. 2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira, INL, 1977.
- _____. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 2000.
- _____. *A Poesia Completa: Edição Anotada e Recepção Crítica*. Organização e fixação dos textos de Rutzkaya Queiroz dos Reis. São Paulo, Nankin/Edusp, 2009.
- _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2008, vol. 4.
- _____. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Edição preparada por Carmelo Virgílio. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.
- _____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Globo, 2008.
- BAPTISTA, Abel Barros. “A Reforma Hermenêutica. Acerca da Legibilidade de *Dom Casmurro*”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*. Rio de Janeiro, UniverCidade/Topbooks, 2003.
- _____. *Autobiografias*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- BARRERO, Marcos. “Um Escritor Incompreendido”. *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1988, p. 4 (Caderno 2).
- BATALHA, Claudio H. M. “Um Socialista Francês Diante da Escravidão no Brasil: Louis--Xavier de Ricard e o Jornal *Le Sud-Américain*”. In: VIDAL, Laurent & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *Franceses no Brasil: Séculos XIX--XX*. São Paulo, Editora Unesp, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: Do Leitor ao Navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo, Imprensa Oficial/Editora Unesp, 1998.
- _____. *Inscrever e Apagar*. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo, Editora Unesp, 2007.
- CORDEIRO, Mário. “Um Dicionário à Procura de Seus Autores”. *Ilustração Brasileira*, ano LXIV, n. 213, Rio de Janeiro, jan. 1953.
- FRAGA, Clementino. “Palavras do Senhor Clementino Fraga”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 51, vol. 84, jul.-dez. 1952.
- GONÇALVES, Fabiana. *De Poeta a Editor de Poesia: A Trajetória de Machado de Assis para a Formação de Suas Poesias Completas*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.
- GRIECO, Agripino Grieco. *Memórias*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972, vol. 2.
- _____. *Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 2ª ed. rev. e ampl. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira & Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, Edusp, 2005.
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Brasiliana Itaú. Uma Grande Coleção Dedicada ao Brasil*. São Paulo, Capivara, 2009.
- LEMOES, Eduardo. “O Homem da Porta da Garnier”. *O Globo*, 21 jun. 1939.
- MACHADO de Assis: *Primeiro Centenário – 1839--1939*. S. 1., s. n., vol. 1, 1939, 3 vols.
- MACHADO, Ubiratan. *Machado de Assis: Roteiro da Consagração*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2003.
- _____. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.
- _____. *História das Livrarias Cariocas*. São Paulo, Edusp, 2012.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. 2ª ed., São Paulo/ Rio de Janeiro, Livros Irradiantes S. A./Instituto Nacional do Livro, 1971.
- _____. *Vida e Obra de Machado de Assis – Ascensão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- MINDLIN, José. *Uma Vida Entre Livros*. São Paulo, Edusp/Companhia das Letras, 1997.
- MONTELLO, Josué. *Diário da Manhã*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. 4ª ed. Brasília/Rio de Janeiro, Briquet de Lemos/Casa da Palavra, 2005.
- “O LIVRO DO DIA”. *Gazeta de Notícias*, 15 jun. 1912, p. 1.
- PESQUISA de Filologia Fundação Casa de Rui Barbosa, “Sobre Esta Edição”. In: ASSIS, Machado de. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 2000.
- SANT’ANA, Rizio Bruno. “Como Definir Obras Raras: Critérios da Biblioteca Mário de Andrade”. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, vol. 54, jan.-dez. 1996.
- SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1955.
- TORRES, Bolívar. “Livros com Erros Tipográficos São Cobiçados por Colecionadores”, *O Globo*, 22 abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/livros-com-erros-tipograficos-sao-cobicados-por-colecionadores-21241389>>. Acesso em: 10 out. 2017.

“UMA REPORTAGEM na Itália Constituiu um Grande Êxito de Livraria e de Crítica”. *Correio Paulistano*, 9 dez. 1939, p. 4.

MEMÓRIA

BIBLIOTECA MINDLIN
A ALEGRIA DA PESQUISA

Ana Luiza Martins

RESUMO A autora rememora as lembranças de sua experiência no convívio com Guita e José Mindlin na biblioteca pessoal do casal, hoje, Biblioteca Brasileira Guita e José Minlin – BBM-USP. Relembra detalhes dos aspectos físicos do espaço e menciona algumas obras e textos que eram encontrados lá e a relação de Mindlin com eles. Recorda que a biblioteca era visitada por pesquisadores acadêmicos, mas também por jornalistas, escritores, bibliófilos e estudiosos do livro e que, dessas visitas, no início, eram realizadas pesquisas informais, que, posteriormente, foram sistematizadas e organizadas com regularidade, das quais resultaram obras fundamentais para a cultura nacional.

PESQUISA • GUITA E JOSÉ
MINDLIN • BIBLIOTECA • CULTURA
BRASILEIRA.

THE JOY OF RESEARCHING

ABSTRACT The author reminds the experience in the conviviality with Guita and José Mindlin at their particular library, known today as Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP. She remembers details about material aspects and mentions some books and texts presents there and the relation of Mindlin with them. The author evokes that the library was visited by academic researchers, but also by journalists, writers, bibliophiles and studios of the book and remembers that initially the researches were informal, but after that, it was systematized and organized with regularity and it resulted in substantial works for the national culture.

RESEARCH • GUITA E JOSÉ MINDLIN
• LIBRARY • BRAZILIAN CULTURE.

SOBRE A AUTORA

Ana Luiza Martins é doutora em História Social pela FFLCH-USP. Lecionou na PUC-SP e atuou no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, de 1982 a 2015, como historiógrafa concursada, diretora de unidade e conselheira. Ocupa a cadeira n.º 12 da Academia Paulista de História. É autora, entre outros, de *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)* (Edusp, 2001, 2ª. ed.); *Gabinetes de Leitura: Cidades, Livros e Leituras na Província Paulista* (Edusp, 2016); *História do Café* (Contexto, 2008, 3 ed.); *Itaú Unibanco 90 Anos: Uma História Além dos Números* (Scriptorio Comunicação, 2015). Atualmente desenvolve pesquisa residência de pós-graduação sênior na BBM-USP.

A exemplo de José Mindlin – cujo *ex-libris* traz a citação de *Des Livres*, de Montaigne, “*Je ne fay rien sans gayeté*” (“Não faço nada sem alegria”) –, também nós pesquisadores éramos muito felizes naqueles idos de 1980/1990 e início de 2000, como privilegiados estudiosos na Biblioteca do Mindlin. Assim nos referíamos ao espaço mágico da Rua Princesa Isabel, n. 445, constituído pelas obras reunidas ao longo de muitos anos pelo casal Guita e José Mindlin, antes de se transformar no monumento plural da BBM (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin) da USP, abrigado no templo arquitetônico projetado por Eduardo de Almeida e Rodrigo Mindlin Loeb.

Aliás, era o casal Guita e José que nos oferecia a sensação de intimidade e quase posse do lugar, em acolhimento generoso, franqueando mesmo seus lugares mais recônditos, para que chegássemos a bom termo nos respectivos trabalhos. Até mesmo ao chamado “Quarto do Caos”, espaço diminuto em que guardavam obras a serem catalogadas. Claro que a presença de Cristina Antunes, a “guardadora de livros”, tinha o condão de implementar a mágica do acolhimento perfeito, indicando títulos recém-adquiridos ou afins com as pesquisas em curso.

Criava-se, desde sempre, a sensação dos “livros em nós” ou, como diria Mindlin, da biblioteca “que nos tem”.

Esse sentimento existia sobretudo se José Mindlin estivesse presente no pavilhão – dois andares subterrâneos construídos no antigo quintal da casa, com projeto do sobrinho arquiteto Flávio Guimarães, para abrigar a ampliação da biblioteca com os títulos mais raros do país. Inclusive recebendo a especial coleção brasileira do amigo Rubens Borba de Moraes. O lugar se transformava em palco de performances únicas do anfitrião, fosse pelas histórias rocambolísticas trilhadas na garimpagem dos livros, fosse por sua inacreditável memória, quando nos recitava de cor e com expressão, desde o “Poema do Mar”, do parnasiano Vicente de Carvalho, passando pelo dramático “O Corvo”, de Edgar Allan Poe, finalizado solenemente em inglês com a fatal afirmativa *Nevermore...* Mas, também, nos levava aos risos com a graça da recitação de *La Divina Incredula*, de Juó Bananère, cuja pronúncia do português “macarrônico” era perfeita! Tudo isso entre as estantes vermelhas (cor preferida de Mindlin) da biblioteca do pavilhão.

Aliás, não se sabia se era uma *casa-biblioteca* ou se era uma *biblioteca-casa*. A paisagem e o cotidiano de ambas se confundiam e o acesso aos livros de uma ou outra – desde que solicitados – se tornava acessível aos interessados nas respectivas consultas. Se mencionados ao próprio Mindlin, era surpreendente sua agilidade em subir as escadas e retornar triunfante com exemplar nas mãos, possuído de uma alegria juvenil.

Sem a aura de empáfia que, em geral, envolve a figura do bibliófilo, naquele recinto de Guita e José Mindlin vivia-se a rara e deliciosa sensação de liberdade consentida aos prazeres do cultivo dos livros, quando o trabalho se tornava um brinquedo de ouro, o pote dourado do final do arco-íris. Logo, o dia de pesquisar na Mindlin se iniciava radioso! Era garimpagem de resultados inusitados, inovadores, estimulantes. Nem mesmo o trânsito – dada a distância do bairro – se apresentava capaz de abalar o humor de quem se dirigia à Biblioteca do Mindlin. E diga-se que a referência à Biblioteca do Mindlin trazia introjetada a figura de Guita, decisiva na formação do acervo e no restauro dos livros, com sua charmosa oficina implantada à esquerda da entrada da casa.

A sensação de bem-estar ocorria já na abertura do singelo portão de madeira, discreto em meio ao muro de esquina revestido de bambuzinho, que definia a esquina da Rua Princesa Isabel com a Rua Assis Brasil, no bairro do Brooklin Velho, em São Paulo. O espetáculo subsequente, do jardim bem cuidado, verdejante, definia os caminhos das bibliotecas: aquele da sala do casal, anunciado por orquídeas que floriam no tronco de uma antiga grumixama, onde estavam as primeiras obras de formação da brasileira, com vários temas; ou aquele outro,



.....
*Sala da biblioteca do Mindlin com vista
para a jabuticabeira.*
.....

que dava acesso ao pavilhão, marcado por jardineiras de gerânios vermelhos nas janelas, maciços verdes de vegetação variada, finalizado por uma jabuticabeira centenária.

Pronto! Na jabuticabeira se dava o acesso à biblioteca de pesquisa – espaço de deleite absoluto – cobiçada, franqueada e frequentada por estudiosos com trabalhos de temas inusitados. Em geral eram dissertações e teses de mestrado e doutorado, que desbravavam assuntos inéditos, mas a procura do acervo se dava também por jornalistas, escritores consagrados, visitantes estrangeiros, bibliófilos e estudiosos do livro, em suas tantas dimensões.

Meus dois trabalhos acadêmicos – *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo (1847-1890)* e *Revistas em Revista (1890-1922)*, publicados pela Edusp, só foram possíveis, pela pesquisa informal proporcionada pela Biblioteca do Mindlin, ao sabor das curiosidades e dúvidas que surgiam inesperadamente, como ocorre em pesquisas empíricas. Em todas elas, era sempre atendida com a eficiência de Cristina Antunes, ou mesmo pelo próprio José Mindlin. Esse, aventando a possibilidade de algum título de nosso interesse nos escapar, caminhava conosco até a “Dona Rosa”, a casa vizinha da Rua Assis Brasil, onde alugara algumas salas para guarda de livros e revistas por organizar. A interlocução pelo meio do caminho suscitava mais conhecimento e muita curiosidade. Era uma delícia!

A despeito da ordem absoluta do pavilhão e do silêncio que imperava no recinto – postulado de toda a biblioteca – vivia-se ali a sensação de total liberdade, até porque, em nossas pausas para espalhar, percorríamos livremente os corredores das estantes e viajávamos na sequência de títulos raros, na beleza das lombadas ou mesmo dos exemplares dos livros de D. Pedro II, expondo as capas de veludo com letras douradas encimadas pela coroa imperial; ou aqueles imensos álbuns dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, que abertos se desdobravam em viagens pelo Brasil profundo secular. Com cuidado, podíamos apanhá-los, tocá-los, conhecê-los.

Encontrar ali pesquisadores às voltas com trabalhos afins ou díspares era motivo para se estabelecer relações, descobrir afinidades eletivas, que se desdobraram pela vida afora. Em geral, essas aproximações, no meu caso, foram muito proporcionadas por Mindlin, que sabia das pesquisas em curso na biblioteca e unia pesquisadores com similaridades de temas e mesmo de temperamentos. Por conta disso, num dia comum, fui chamada intempestivamente para almoçar com João Alexandre Barbosa, comensal da família Mindlin, que em clima de absoluta informalidade, entre os pratos da maravilhosa cozinheira Catarina, me instigou para novas questões do trabalho em curso.

Havia também alguns sustos: numa manhã, em que cheguei bem cedo, percorrendo as estantes, quase tropecei num corpo humano deitado, que tentava divisar títulos de lombadas das prateleiras mais baixas. Era Ruy Sousa e Silva, advogado e bibliófilo, que naquela altura garimpava, junto com Pedro Corrêa do Lago, os livros que formariam a Brasileira Itaú. Por ser muito alto, só mesmo quase deitado conseguia de uma só vez ter acesso aos títulos das prateleiras baixas, quase ao nível do solo, não obstante toda a biblioteca já estar catalogada em método singular, definido por Mindlin e Cristina Antunes.

Era assim a Biblioteca do Mindlin, ainda nada virtual – apesar de já lançar-se nos primeiros passos da informática. Era a possibilidade de ver o livro de perto, tocá-lo, surpreender-se com suas capas, ter a real dimensão do tamanho, sentir a gramatura do papel, o perfume dos séculos, enfim, conhecer efetivamente a publicação rara. Ou melhor, o tesouro, que se manuseava com reverência.

Uma das práticas possíveis era ter sobre a mesa de trabalho vários exemplares de títulos diversos, que permitiam cotejos e leituras simultâneas, esclarecedores de dúvidas e passíveis de apreensão mais ampla dos assuntos pesquisados e das respectivas publicações. Nada mais restritivo ao estudioso, para efeitos de comparação formal e cotejo das matérias, que confiná-lo a exemplares limitados. A restrição tolhe e bloqueia voos mais altos do conhecimento e da imaginação, sempre necessários para o melhor domínio do assunto e do conteúdo pretendidos. Assim, a pesquisa indisciplinada da indisciplinada biblioteca de Mindlin rendia frutos incalculáveis. Aliás, nada mais avesso à disciplina que a ordem reinante no recinto, absoluta na distribuição das estantes, na organização dos títulos, na higienização constante das obras.

A evocação de memórias dos tempos de pesquisa na Biblioteca do Mindlin da Rua Princesa Isabel poderia ir longe, tantas eram as situações sempre inusitadas de cada dia de pesquisa. Só mais uma: belo dia surgiu no pavilhão uma personagem nova. Era Elisa Nazarian, livreira experiente, que se envolveu com a correspondência que nascera por causa e em torno da biblioteca. Também ela, ciente das pesquisas em curso, não se furtava em compartilhar com os pesquisadores as informações de interesse descobertos nos bilhetes, cartas, anotações, textos manuscritos, situando os interlocutores que interagiram com Guita e José Mindlin. Impossível também não lembrar de Rosana Gonçalves, a quem Mindlin nomeou “a achadora oficial da Biblioteca”, pelo seu faro em localizar algum título desgarrado; e de Sérgio Pizoli, às voltas com o acervo de gravuras e iconografia da biblioteca.

Mas é hora de estar alerta às epígrafes de Claudio Giordano – bibliófilo atilado e amigo muito próximo de José Mindlin – citando o

Eclesiastes: “Fazer livros, filho meu, é um trabalho sem fim”. Também é tarefa sem fim rememorar os tempos da Biblioteca do Mindlin, da Rua Princesa Isabel. Convém, portanto, parar por aqui, nesse passeio de saudade e registro de um tempo feliz.

Importa lembrar, contudo, que daquelas pesquisas iniciadas informais, a princípio franqueadas para um ou outro pesquisador, mas depois sistematizadas e organizadas com regularidade a tantos interessados, resultaram obras decisivas da cultura nacional. Impossível não rememorar os tantos prêmios Jabuti que nasceram daquelas salas, muitos deles editados pela Edusp, sob a presidência de Plínio Martins Filho. Lembro-me vivamente de Carlos Eugênio Marcondes de Moura, meu contemporâneo naqueles tempos de pesquisa no Mindlin, figura que impressionava pela assiduidade e obsessão no foco do trabalho. Indiretamente germinou ali a obra que lhe daria a honra do Prêmio Jabuti de 2013: *Estou Aqui. Sempre Estive. Sempre Estarei: Indígenas do Brasil. Suas Imagens (1505-1955)*¹. Tudo começou lá na Biblioteca do Mindlin.

Hoje, a “biblioteca do imigrante”, como a tachou a filha Betty Mindlin, historiando a ancestralidade dos pais, “judeus fugitivos da perseguição e do preconceito na Europa Oriental”², figura como brasileira excepcional, implantada no *campus* da USP, ampliando as possibilidades de pesquisa e ações culturais. Pratica-se ali a concepção de Mindlin, para quem a biblioteca devia ser um organismo vivo, pulsante, e não algo com ponto final. Razão pela qual a Brasileira cresce e se dinamiza, comportando reserva técnica com espaço para noventa mil novos livros e prateleiras vazias no aguardo de novos títulos.

No presente, é inevitável constatar-se a oposição dos cenários e das práticas de acesso e consulta entre a morada aconchegante da Rua Princesa Isabel e o edifício quase palaciano implantado na USP. Neste – pois de rigor numa biblioteca institucional – há censores, guardas e todo um aparato de segurança necessário, que se faz efetivamente presente. Todavia, a despeito da materialidade oficial do edifício, tem-se no térreo e na visão do acervo envidraçado na parte superior do pé-direito do saguão de acesso, as tantas histórias da “biblioteca disciplinada”, fruto da “loucura mansa” de seu formador. Assim como em seu interior é quase possível se deparar com sua presença ao atravessar áreas definidas por frases de Mindlin, dotadas de humor e evocativas da aquisição rocambolesca de muitas das obras.

1. Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *Estou Aqui. Sempre Estive. Sempre Estarei: Indígenas do Brasil. Suas Imagens (1505-1955)*, São Paulo, Edusp, 2012.

2. Betty Mindlin, *Crônicas Despidas e Vestidas*, São Paulo, Contexto, 2017, p. 208.

É a biblioteca que pulsa de histórias e estórias, aguça a busca da informação, estimula o cultivo do livro. Importa viver nela a sensação de liberdade na pesquisa e o acesso generoso a seu acervo, indutores dos voos da imaginação e da criatividade na maravilhosa aventura da produção do conhecimento. ●

PUBLICAÇÕES BBM

**A INVENÇÃO DAS
BRASILIANAS NO SÉCULO XX**
ALGUNS CAPÍTULOS DA HISTÓRIA
DA COLEÇÃO GUITA E JOSÉ MINDLIN

Sobre a edição das *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português*
António Tavares de Carvalho, organizadas por Plínio Martins Filho.

Thiago Lima Nicodemo

RESUMO O texto aqui apresentado é um desdobramento de pesquisa realizada no Fundo Rubens Borba de Moraes da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, com apoio do Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP. Tendo como fio condutor a relação entre Rubens Borba de Moraes, José Mindlin e o livreiro português António Tavares de Carvalho, este texto procura gerar subsídios para compreender a formação da coleção que originou a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, inserindo sua trajetória em um horizonte em mutação das coleções “brasilianas” na segunda metade do século XX. Esse quadro complexo inclui o desenvolvimento dos “estudos brasileiros” no exterior nas décadas de 1940 e 1950, que levou a uma corrida para a constituição de acervos sobre o país, mas também, num quadro doméstico, a consolidação de instituições de produção de conhecimento, como a USP e a UNB, bem como a conversão de coleções privadas em acervos públicos.

BIBLIOTECAS BRASILIANAS •
RUBENS BORBA DE MORAES
• JOSÉ MINDLIN • HISTÓRIA
DO LIVRO E DA LEITURA.

THE INVENTION OF THE BRASILIANAS IN THE XXTH CENTURY:

NOTES ON THE HISTORY OF GUITA
AND JOSÉ MINDLIN COLLECTION

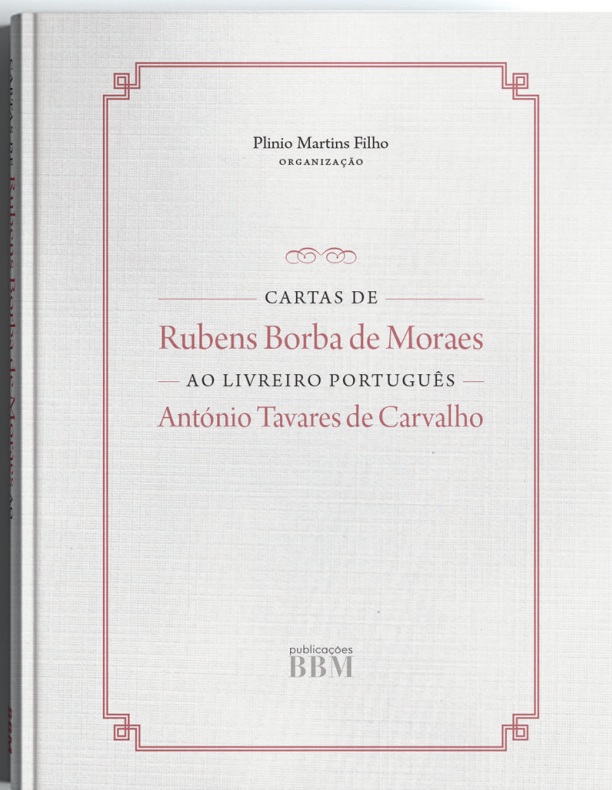
ABSTRACT This text is a first result of a research carried out in the Rubens Borba de Moraes personal papers at Brasileira Guita and José Mindlin Library, with the support of the Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP. Taking as a point of departure the study of the relationship between Rubens Borba de Moraes, José Mindlin and the Portuguese bookseller António Tavares de Carvalho, this research aims, in a broader context, to provide a better understanding of the genesis of the Mindlin Collection, considering the historical mutations of the “brasilianas” collections in the second half of the twentieth century. This complex framework includes the development of “Brazilian studies” abroad in the 1940s and 1950s, which led to a race for the constitution of collections over the country, but also, in a domestic context, the consolidation of institutions, such as the USP and UNB, as well as the conversion of private collections into public collections.

BRASILIANAS LIBRARIES • RUBENS
BORBA DE MORAES • JOSÉ MINDLIN
• HISTORY OF BOOKS AND READING.

SOBRE O AUTOR

Thiago Lima Nicodemo é professor do Departamento de História da Unicamp e dos Programas de Pós-graduação em História da Uerj e da Unicamp; bolsista da Capes – Alexander von Humboldt Stiftung na Freie Universität Berlin, na modalidade “pesquisador experiente”. No segundo semestre de 2017 foi bolsista da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP) /Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP, apoio que possibilitou a elaboração desse trabalho. Autor dos livros *Urdidura do Vivido* (Edusp, 2008), *Alegoria Moderna* (Unifesp, 2014) e *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira* (2018, FGV; com Pedro dos Santos e Mateus Pereira). E recebe apoio da bolsa Prociência (UERJ).

Data de 4 de dezembro de 1986, três meses após o falecimento de Rubens Borba de Moraes, a declaração que celebra a transferência de 1793 volumes incluindo livros, folhetos e impressos para a biblioteca de José Mindlin. A quantidade de livros pode não ser impressionante à primeira vista, mas era resultado de um trabalho meticuloso de pesquisa e coleta construído ao longo de décadas. Seguindo o que ele próprio recomendava aos interessados, uma coleção de livros não tinha que necessariamente ser grande, mas deveria, para que fosse valiosa, ter critério e personalidade¹. A sua coleção era constituída em sua maioria por livros escritos por brasileiros ou publicados no Brasil durante o período colonial. Ao longo da sua trajetória como



Plínio Martins Filho
ORGANIZAÇÃO



CARTAS DE

Rubens Borba de Moraes

— AO LIVREIRO PORTUGUÊS —

António Tavares de Carvalho

publicações
BBM

Cartas de Rubens Borba de Moraes
ao Livreiro Português António Tavares
de Carvalho. *Plínio Martins Filho (org.)*.
São Paulo, Publicações BBM/BBM-USP,
2017. ISBN 978-85-62587-30-6,
16x23 cm, 545 p.

bibliófilo, Borba de Moraes havia comprado e vendido muitos livros, alguns raríssimos como a primeira edição de *Viagem ao Brasil* de Hans Staden, ou mesmo outras coleções completas de milhares de livros. No entanto, nunca conseguiu se desvencilhar de seus livros preferidos: não porque os considerasse mais raros, valiosos, mais ou menos importantes; mas porque folhear aqueles livros antigos lhe causava mais emoção². Chama atenção, então, que tenha deixado em testamento esse conjunto, ao qual era tão apegado, a José Mindlin.

A relação de colaboração e afeto entre essas duas figuras ao longo de suas vidas culminou na elaboração de um projeto intelectual comum: a criação de uma biblioteca-museu, tal como explica em carta a um de seus mais caros interlocutores, o livreiro português António Tavares de Carvalho.

Estive com o José Mindlin. [...] Temos conversado muito sobre a resolução que tomou de formar uma biblioteca-museu, aberta ao público, com os livros dele, os meus e de outros doadores. Seria uma fundação aberta aos pesquisadores e bibliófilos. A minha coleção seria doada depois de minha morte. Estou batalhando com ele para construir um prédio para abrigar a biblioteca. [...] Ah, se eu tivesse dinheiro faria o mais belo prédio de biblioteca das Américas!³

A cessão do acervo mais valioso de Rubens Borba para José Mindlin tinha por trás a maior ambição da sua vida, a de constituir uma biblioteca brasileira e um centro de estudos, como ele próprio confessou a Tavares de Carvalho. O sonho era antigo, pois reverberava ideias que germinaram na época em que assumiu o desafio de administrar a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, entre 1935 e 1942, e, posteriormente, em 1944, quando assumiu a direção da Biblioteca Nacional. A respeito das bibliotecas brasileiras, após uma viagem de estudos e trabalho nos Estados Unidos reconheceu, em palestra proferida no Itamaraty em setembro de 1943, o absurdo de encontrar maiores facilidades para o estudo de assuntos brasileiros em bibliotecas estrangeiras, como ele observara nas bibliotecas americanas. Concluiu a palestra, exortando: “Se continuarmos a agir – ou melhor, a não agir

2. Nas palavras do próprio Borba de Moraes, em carta a Tavares de Carvalho: “no fundo, esse negócio de colecionar autores do século XIX para cá, não me dá muito prazer (faço-o com a intenção de formar uma coleção de literatura) e o que me atrai de fato são os livros antigos”. (Plínio Martins Filho (org.), *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*, São Paulo, Publicações BBM, 2017, p. 299).

3. Carta de Rubens Borba de Moraes a António Tavares de Carvalho de 23 de agosto de 1978, em Plínio Martins Filho (org.), *op. cit.*, p. 456.

José E. Mindlin
residente do conselho de administração

PRM 1.614.6

Com um abraço
cordial do

José Mindlin

Metal Leve S.A. Indústria e Comércio

= DECLARAÇÃO =

Declaro para os devidos fins e efeitos de direito que, nesta data, recebi do Sr. GABRIEL PENTEADO DE MORAES, brasileiro, casado, agro-pecuarista, inventariante e testamenteiro dos bens deixados por falecimento de RUBENS BORBA ALVES DE MORAES, cujo óbito ocorreu em 02 de Setembro de 1986 e o respectivo Inventário está em curso pelo Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Bragança Paulista, neste Estado, Processo nº 466/86, os livros, folhetos e impressos diversos, com 1.793 (mil, setecentos e noventa e três) volumes, mais ou menos, que compõem a Biblioteca do "de cujus" Rubens Borba Alves de Moraes, deixada em testamento à BIBLIOTECA JOSÉ MINDLIN - Centro Internacional de Estudos Bibliográficos e Luso-Brasileiros. A entrega dos livros, folhetos e impressos diversos que compõem a Biblioteca do "de cujus", entou recebendo do Sr. Gabriel Penteado de Moraes, conforme Alvará expedido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Bragança Paulista, em 27 de Novembro de 1986 e extraído dos Autos de Inventário de Rubens Borba Alves de Moraes, Processo nº 466/86 Cartório do 3º Ofício Judicial e de Menores da comarca de Bragança Paulista.

São Paulo, 04 de Dezembro de 1986

José Mindlin

- JOSÉ MINDLIN -

Presidente da Biblioteca José Mindlin -
Centro Internacional de Estudos Bibliográficos e Luso-Brasileiros.

Metal Leve S.A.
Indústria e Comércio



Limbo - Sr.
Dr. José Luzo Cordeiro
Rua Coronel Ozorio 202
Bragança Paulista - S.P.

.....
Declaração de recebimento do inventário
de Rubens Borba de Moraes pelo
José Mindlin
.....

– como até hoje, o Brasil [...] não será mais um centro de cultura e estudos brasileiros. [...] Evitemos essa desgraça ridícula⁴.

Não era a primeira vez que os livros de Rubens Borba ajudavam a compor a biblioteca de José Mindlin. Além do legado contido em seu testamento, Rubens Borba havia vendido dois conjuntos significativos para o amigo, a partir de acordos em conversas que eventualmente envolviam compra e venda de exemplares mais interessantes para as partes em certo momento. A primeira grande venda foi dos livros “sobre o Brasil”, um lote de cerca de 1700 exemplares⁵, composto sobretudo por edições de viajantes em 1966. Apesar das ofertas que vinham das universidades americanas, Rubens Borba confessou a Tavares de Carvalho estar contentíssimo com que seus livros ficassem com um amigo como o José Mindlin⁶. Com o dinheiro recebido, Rubens Borba fez uma longa viagem para Europa e, logo após seu retorno, ainda em 1966, interrompeu a aposentadoria que havia começado anos antes, após a compulsória das Nações Unidas, em 1959, e aceitou finalmente o convite para lecionar uma disciplina na recém-fundada Universidade de Brasília. Pouco tempo depois, e graças à insistência da reitoria, o vínculo com a universidade se tornou permanente.

O segundo conjunto vendido, constituído por mil volumes, foi de romances de autores brasileiros dos séculos XIX e XX, de acordo com o que comentou a Tavares de Carvalho em 1978⁷. Essa coleção foi montada circunstancialmente e estava relacionada às flutuações do mercado de livros luso-brasileiros e latino-americanos, bastante inflacionado na década 1960 devido à alta procura por parte das bibliotecas norte-americanas, diretamente relacionadas aos interesses estratégicos do Estados Unidos sobre a América Latina durante a Guerra Fria. Muitos desses livros, compostos por narrativas de ficção publicadas no século XIX ou início do XX, não eram sequer vistos como raros por Borba de Moraes. Compunham uma biblioteca “brasileira” por sua qualidade, ou por serem livros muito difundidos. Nesse momento, na década de 1960, o interesse de colecionador de Rubens Borba é despertado por esse conjunto, já que as primeiras edições de tais obras se tornavam mais “raras”. Por isso, pediu a Tavares de Carvalho em 1967 que ficasse atento a certas edições, em suas palavras:

4. Rubens Borba de Moraes, “Problema das Bibliotecas Brasileiras: Conferência Lida no Salão de Conferências da Biblioteca do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, no dia 23 de setembro de 1943”, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943.

5. Plínio Martins Filho (org.), *op. cit.*, p. 351.

6. *Idem*, p. 250.

7. *Idem*, p. 415.

Ando agora procurando primeiras edições de: Castro Alves, Gonçalves Dias, Machado de Assis etc., os grandes autores do século XIX. Já tenho alguns. Estou comprando também: José Lins do Rego, Jorge Amado etc. Tenho alguns que os autores me mandaram com dedicatória mas faltam-me muitos. Se aparecerem por aí, peço-lhe o favor de avisar-me⁸.

Alguns meses depois, anunciou ao mesmo livreiro a aquisição de uma imensa coleção de um livreiro paulista de XIX até *circa* 1920, negócio que foi concretizado com a venda do Hans Staden por seis mil dólares para um novo colecionador⁹. O ímpeto por colecionar romancistas brasileiros não durou muito, alguns anos depois, já na década de 1970, vendeu ao Mindlin cerca de mil volumes de obras de autores brasileiros do século XIX por vinte mil dólares, e ainda confessa ao mesmo Tavares de Carvalho que há muito tempo pretendia se desfazer dessa parte da biblioteca¹⁰. Seu prazer era colecionar os livros antigos¹¹, e afirmava que esse negócio de colecionar autores do século XIX não lhe dava muito prazer, mas que o fazia com a intenção de formar uma coleção de literatura.

Desconhecemos quais livros de Borba de Moraes foram incorporados pela biblioteca de José Mindlin nessas duas primeiras levadas: a dos livros “sobre o Brasil” e a dos romancistas brasileiros. Mas isso talvez não seja tão relevante dada a dinâmica dos debates e das trocas entre os dois amigos, cada vez mais intensas entre as décadas de 1960 e 1980. Um sinal dessa relação dinâmica de trocas foi o momento em que Borba se arrependeu por ter vendido algumas das obras clássicas de viajantes. Comentou com Tavares de Carvalho que resolveu recomprar alguns livros que vendera ao Mindlin, pois queria ter alguns livros sobre o Brasil do século XVI, como as primeiras edições de Jean de Léry, Claude d’Abbeville etc., que já tivera uma vez¹². Mindlin vendeu então as duplicatas dos livros comprados e Borba confessa que desejava ter o tino comercial do amigo. Na década de 1970 muitas das compras de Rubens Borba de seu principal livreiro acabaram sendo feitas ou facilitadas por José Mindlin, que por ter uma grande empresa tinha facilidade para realizar movimentações financeiras internacionais. Isso acabou tornando esse processo de trocas intelectuais e materiais ainda mais

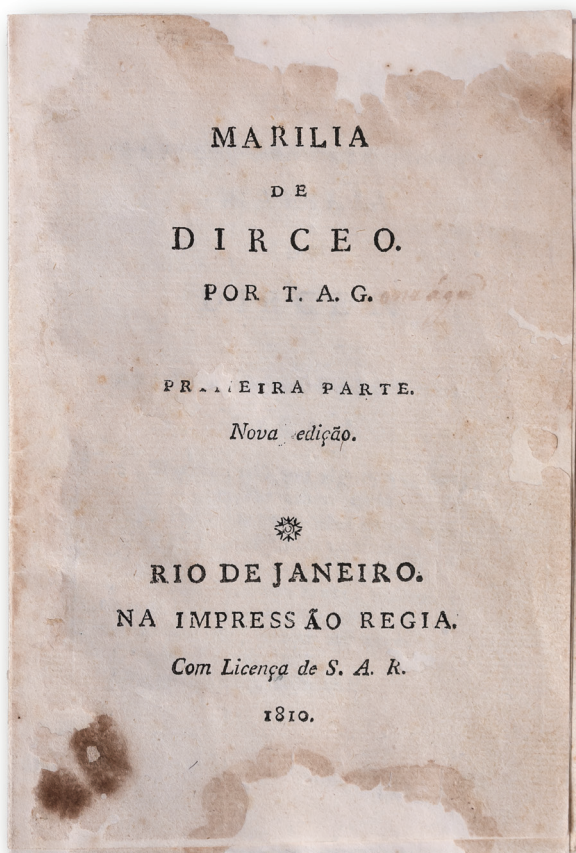
8. *Idem*, p. 289.

9. *Idem*, p. 305. Borba ainda comenta que Mindlin ficou bravo por não lhe ter oferecido o livro do Staden. Borba de Moraes disse a Tavares de Carvalho que evitou Mindlin, pois sabia que não resistiria a sua “pechincha”, vendendo o livro por menos do que gostaria.

10. *Idem*, p. 415.

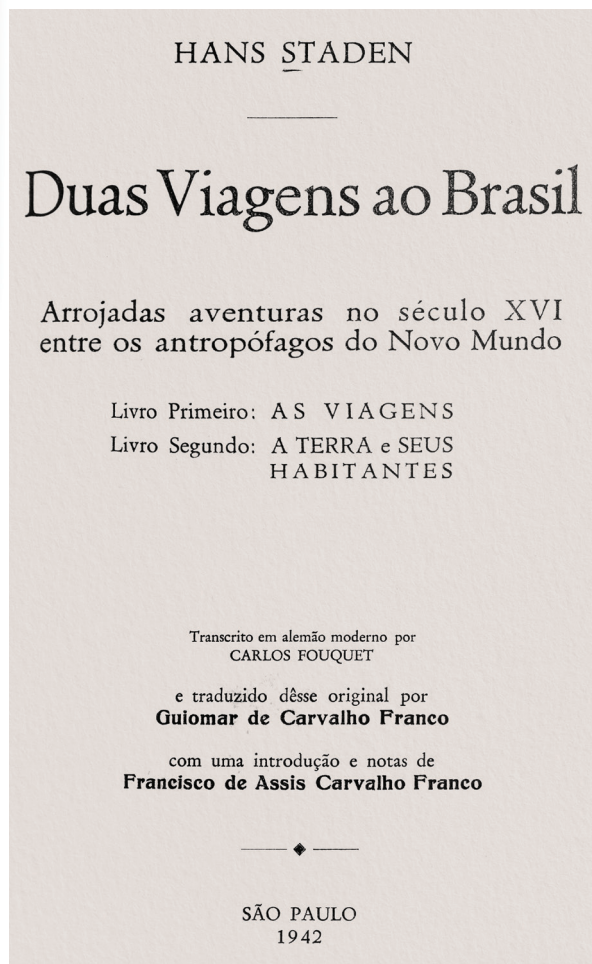
11. *Idem*, p. 299.

12. *Idem*, p. 299.



GONZAGA, Tomás Antônio. Marília de Dirceu. Por T. A. G.; Primeira Parte, 1810, folha de rosto.

STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil. 1942, folha de rosto.



intenso; porque, ao menos parcialmente, a moeda que Borba utilizava para reembolsar Mindlin pelas compras com Tavares de Carvalho era, em si mesma, livros.

A relação entre os bibliófilos não só envolvia a concretização dos negócios, mas também a dos sonhos: por um lado, o anseio de Mindlin de encontrar uma primeira edição de *Os Lusíadas*, pelo outro, o desejo de Borba de Moraes de completar a sua coleção das edições de *Marília de Dirceu*, em particular a primeira edição da Imprensa Régia, de 1810. Rubens Borba perseguiu por toda a vida essa edição como lembra Cristina Antunes¹³, mas quem conseguiu encontrá-la, felizmente, foi José Mindlin em 1986, fatidicamente no ano em que Borba faleceu. Hoje a edição, raríssima, está disponível para consulta digital no portal da BBM-USP¹⁴.

As edição das *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*, organizadas por Plínio Martins Filho, são portanto um documento importante que, além de permitir um melhor entendimento sobre a formação da coleção que originou a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, também ajuda a compreender o horizonte em mutação das coleções “brasilianas” na segunda metade do século xx. Esse quadro complexo inclui o desenvolvimento dos “estudos brasileiros” no exterior que levou a uma corrida para a constituição de acervos sobre o país, mas também, num quadro doméstico, a consolidação de instituições de produção de conhecimento, como a USP e a UNB, bem como a conversão de coleções privadas em acervos públicos. ●

13. Cristina Antunes, “As Edições de ‘Marília de Dirceu’ de Tomás Antônio Gonzaga”. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/72>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

14. Tomás Antônio Gonzaga, *Marília de Dirceu*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5020/1/035519_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

**AS OITO VIAGENS
DE GUSTAVO PIQUEIRA**
DESLOCAMENTO NO ESPAÇO E NO TEMPO

Marisa Midori Deaecto

RESUMO Ressaltando discrepâncias e consequências para o público leitor da época e para as gerações futuras, a autora discute o impacto das histórias presentes na caixa *Oito Viagens ao Brasil*, de Gustavo Piqueira, na qual diferentes autores registram suas versões/interpretações/projeções a respeito das viagens realizadas no processo de conquista do Novo Mundo e os interesses do Velho Mundo pelas civilizações americanas. Além disso, relaciona esses registros com outras obras pertencentes ao contexto da história das descobertas como a de Hans Staden e Rabelais e destaca aspectos gráficos e editoriais explorados tanto na obra de Piqueira quanto nos relatos existentes nela.

CONQUISTA DA AMÉRICA •
NOVO MUNDO • CIVILIZAÇÕES
AMERICANAS.

**THE EIGHT TRAVELS OF GUSTAVO PIQUEIRA:
DISPLACEMENT IN TIME AND SPACE**

ABSTRACT Emphasizing discrepancies and consequences to target readers of that time and future generations, the author discusses the impact of the histories inside the box *Oito Viagens ao Brasil*, produced by Gustavo Piqueira. In this work, different authors record their versions/interpretations/projections regarding the travelling done on the conquest of the New World, and the Old World's interests in the American civilizations. Additionally, the author connects those registers with other works present in the context of the history of discoveries, like Hans Staden and Rabelais' works. The author highlights the graphic and editorial aspects in Piqueira's box and the registers in it.

CONQUEST OF AMERICA • NEW
WORLD • AMERICA CIVILIZATIONS.

SOBRE A AUTORA

Marisa Midori Deaecto é professora do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Lecionou, como professora convidada, na École Nationale de Chartes, na École Normale Supérieure (Paris, rue D'Ulm) e na École Pratique des Hautes Études, na Cátedra de História e Civilização do Livro. Dedicou-se a pesquisas sobre Economia e Cultura Urbana, tendo publicado livros e artigos voltados para essa temática. Editora da revista *Livro* (Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição-USP) e autora do blog *Bibliomania* (<http://bibliomania-divercidades.blogspot.com.br/>).

História Verdica e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida Antes e Depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria, e que Agora Traz a Público com Essa Impressão. Nesse longo título, o autor resume bem seu juízo sobre os povos que encontrou no Novo Mundo, “uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos”. Impressão que não seria registrada sem consequências para os leitores daqueles tempos distantes, mas também para as gerações futuras que se instalaram nessa terra, onde certamente houve uma reedição do pecado original (*nus, cruéis e selvagens*).

Em certo sentido, a caixa criada por Gustavo Piqueira, *Oito Viagens ao Brasil* (São Paulo, WMF Martins Fontes/Publicações BBM, 2017), que reúne oito pequenas brochuras contendo diferentes versões/interpretações/projeções das viagens ao Novo Mundo, traduz em imagens, sensações e gestos, essa cicatriz de origem. O impacto foi potencializado com a exposição homônima organizada no Museu da Casa Brasileira, aberta quando do lançamento da obra.



.....
Oito Viagens ao Brasil.
Gustavo Piqueira. São Paulo,
WMF Martins Fontes. Publicações BBM,
2017. ISBN 978-85-469-0163-0,
18,8 x 13,2 x 8 cm
.....

A primeira viagem se inicia com um jovem que acaba de perder sua mãe e, do trauma, nasce o desejo da busca por si mesmo. O menino que descobre o seu lugar na escola, nas Copas do Mundo e nas guias de reconhecimento dos impostos encontra-se um pouco na obra de Hans Staden, “o primeiro livro sobre o Brasil”, como ele mesmo constata (vol. 1, p. 12).

De fato, o registro de Hans Staden compõe um capítulo importante da história das descobertas, a saber, a presença de missionários religiosos – católicos e protestantes – na costa brasileira e, também, de corsários, todos vindos do reino de França. Sabemos que os protagonistas na partilha do Novo Mundo foram Espanha e Portugal, de tal sorte que ingleses e franceses tiveram uma presença marginal nesse primeiro momento. Porém, no que toca ao caso francês, essas viagens se converteram em relatos que deram conta dos povos indígenas, de seus traços, de seus hábitos, num só termo, de sua cultura na América e, em muitos casos, de suas vidas na Europa.

Afonso Arinos de Mello Franco faz um repertório exaustivo de toda essa produção, desde a presença célebre de mais de vinte indígenas que compuseram o *décor* da festa de entrada do rei Henrique II, em Rouen, em 1550 – cujos registros foram gravados em xilogravura, em bela edição publicada no mesmo ano¹ – até as notas de Montaigne tiradas de uma entrevista que o célebre ensaísta teria realizado, em 1562, com dois jovens índios levados por Nicolas Durand de Villegaignon para a França. A exemplo do que ocorreu com outros nativos da América, esses jovens foram batizados e viveram entre os franceses².

Os repertórios de viagem que circularam amiúde durante o século XVI não escaparam à percepção de Rabelais, que lhe dá voz em seu Pantagruel (livre IV):

Là je veiz, selon mon advis, Hérodote, Pline, Solin, Beroze, Philostrate, Mela, Strabo et tant d’autres anticques, plus Albert le Jacobin grand, Pierre Testemoing, Pape Pye Second, Paulle Jovio le vaillant homme, Cadacuiust [Cadamosto], Tevault [André Thevet], Jacques Cartier [voyageur qui arrive au Canada en 1534], Haïton Arménien, Marc Paule Vénétiën [navigateur qui part à l’Orient, jusqu’à l’Empire Chinois], Ludovic Romain, Pietre Alvarès [Pedro Álvares Cabral] et ne sçay combien d’autres historiens cachés derrière une pièce de tapisserie, en tapinois escripvant de belles besognes, et tout pour Ouy-Dire³.

1. *Lors de l’Entrée d’Henri II à Rouen le 1er Octobre 1550, où Figurent des Brisillians (sic) dans les Scènes Proposées aux Spectateurs*. Collection de la Bibliothèque Mazarine – Paris (Réf. 17741, Cat. 65).

2. Cf. Afonso Arinos de Mello Franco, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1937.

3. François Rabelais, *Le quart-livre: Texte Original et Translation en Français Moderne*, Paris, Les Éditions du Seuil, 1997.

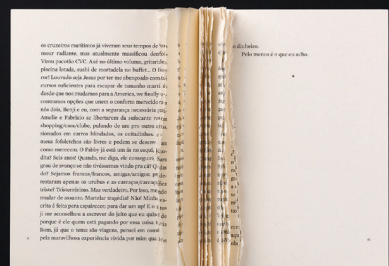
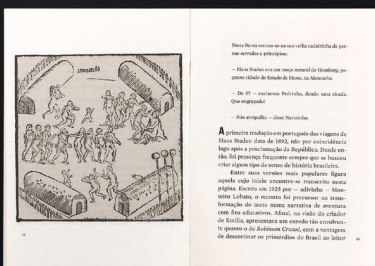
Porém, a releitura do jovem Arthurzinho, o personagem que abre as oito viagens de Gustavo Piqueira, será classificada como uma “egotrip melodramática”, pela impiedosa Professora Neide Avaloni, que entra em cena no segundo volume. Em estudo mais denso e escrito em tom professoral, aprendemos sobre as diferentes ilustrações que o relato de Hans Staden recebeu em suas múltiplas edições. Não se trata, apenas, de um problema de representação das descrições, mas também de natureza editorial, ou, no limite no processo de produção e ilustração dos livros e das apropriações das imagens nos primeiros séculos da tipografia. Uma análise fina e ricamente ilustrada se apresenta, por exemplo, quando o autor compara as representações do ritual de antropofagia em Thévet, Léry, Stade e Gândavo (vol. 2, p. 45).

Nos volumes seguintes, as viagens são demarcadas por diálogos e/ou aproximações: Hans Staden e Theodor de Bry, vol. 3; fLOKOs, vol. 4; Suhelty Souza Hvroldt, vol. 5; Marcão e Hans Staden, vol. 6, talvez o volume em que o pecado de origem se torne flagrante; no vol. 7, Arthur Junior se volta para Theodor de Bry, destacando os requintes artísticos de sua edição; Marcão volta na oitava viagem, sem nenhum requinte artístico, mas, certamente, com a mesma voracidade antropofágica que inspirou algumas vertentes do modernismo brasileiro.

Afinal de contas, não menos pantagruélicas serão as releituras contemporâneas daqueles viajantes-missionários europeus. Sobre tudo, aquelas que se fazem sobre Hans Staden, possivelmente em virtude do tom coloquial e “natural” que o autor imprime em suas descrições. Notemos, o que não é menos conhecido, com que força os rituais de antropofagia foram transpostos para a criação brasileira verde e amarela (com ressonâncias europeias).

O *Manifesto Pau Brasil* (1924), de Oswald de Andrade, constitui uma defesa da poesia nacional, pura, primitiva, sem os vícios da cultura acadêmica. *Macunaíma*, de Mario de Andrade (1928), montou sua narrativa com base nas lendas indígenas do Amazonas. Mais precisamente, o autor recolhe as histórias do herói mítico Makunaima, compiladas pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, para o segundo volume de seu *Vom Roraima zum Orinoco* (1915)⁴. Esses títulos testemunham as transferências de conhecimentos tomadas por uma ciência etnográfica e arqueológica em pleno desenvolvimento, o que diz muito do interesse do Velho Mundo pelas civilizações americanas e da capacidade criadora dos artistas do Novo Mundo. Vemos, aliás, que as referências

4. Apud José de Paula Ramos Jr., *Leituras de Macunaíma. Primeira Onda (1928-1936)*, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2012, pp. 20-21.



circulam através do Atlântico e se convertem, aqui e lá, em programas, projetos e manifestações que tocam a literatura, mas também as belas artes e as artes aplicadas, como observamos noutro estudo⁵.

Rego Monteiro propõe uma inversão bem significativa desses elementos. É o que conta o autor no início de *Quelques Visages de Paris*:

Um dia, um chefe selvagem deixando a floresta virgem vem a Paris *incógnito*, ao final de uma breve estadia, ele retorna com ar *blasé*, tomado de tantas grandezas, à sua oca (*home*)... Ele então me confiou suas impressões de Paris, ao mesmo tempo que alguns croquis realizados nos locais, os quais eu reuni sob o título *Algumas Imagens de Paris*⁶.

Diferente das travessias realizadas no século XVI, por meio das quais os indígenas eram batizados, aculturados, num só termo, preparados para a vida civilizada (leia-se, europeia), agora o “cacique” fala por si mesmo, chegando a transferir elementos de sua teogonia aos objetos descritos. De um ponto de vista totalmente original, é o índio quem aplica seus traços geométricos nesta espécie de “caderno de viagem”, no qual os monumentos da Cidade Luz são convertidos em... arte guarani!

Mas a antropofagia praticada por Piqueira bebe em outras fontes. Ela escancara não exatamente a força criadora de nosso pecado original, mas, a sua vertente destrutiva. A um país que perde de uma geração para a outra sua memória. Que se engole e que se reinventa a todo instante. Voltando ao início trágico do personagem Arthuzinho, que inicia sua *egotrip* no primeiro volume, pode-se dizer que ele traduz bem o viés crítico das interpretações que se faz das obras dos viajantes, tanto no que toca o processo gráfico, na perspectiva da História do Livro, mas, também, de suas apropriações, numa perspectiva de longa duração.

Trocando em miúdos, são oito viagens que podem bem ser lidas como oito vertigens de um viajante deslocado no turbilhão de imagens sem memória que invadem nossas cidades. ●

5. Marisa Midori Deaecto, “Auguste Herborth e o Art Déco Guarany: Diálogos França-Brasil (1920-1930)”, *Revista USP*, n. 116, 2018.

6. Vicente de Rego Monteiro, *Quelques Visages de Paris*. Paris, Imprimerie Juan Dura, 1925. Tomamos como fonte o exemplar de Ruy Sousa e Silva, fac-similado e comentado por Jorge Schwartz e traduzido por Regina Salgado Campos (São Paulo, Edusp, 2005).

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

SOBRE A POLÍTICA DE PUBLICAÇÃO

A *Revista BBM* tem como objetivo principal a divulgação de textos que sejam resultado de pesquisas, exposições e seminários desenvolvidos no âmbito da BBM e que tenham relação com seu acervo.

Os artigos serão submetidos à avaliação de especialistas e do Conselho Editorial.

SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES FORMAIS DOS ARTIGOS

- Os textos submetidos deverão trazer resumo (máximo 10 linhas), palavras-chave (até 6) e as respectivas versões em inglês (Abstract e Keywords).
- Os dados biobibliográficos do autor devem apresentar no máximo 10 linhas.
- O texto deve ter no máximo 30 laudas (lauda de 2100 caracteres), estar na fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento 1,5. Todas as páginas deverão estar numeradas sequencialmente.

CITAÇÕES

- As citações com menos de 5 linhas entrarão no corpo do texto principal, destacados por aspas duplas.
- Citações com mais de 5 linhas deverão ser separadas do texto por uma linha antes e uma depois. Deverão estar em corpo menor, sem aspas e sem recuo.
- Deverá vir mencionada em nota de rodapé a referência da citação realizada.

NOTAS DE RODAPÉ

- As referências bibliográficas mencionadas nos textos deverão ficar em notas de rodapé e não no sistema autor-data (MARTINS, 2000), contendo a seguinte ordem e padronização: **Nome Completo do(s) Autor(es), Nome da Obra, p. x.**
Observação: Colocar a referência completa caso a obra não seja apresentada nas referências bibliográficas finais.
- Serão aceitas notas explicativas breves.

REPETIÇÃO DE NOTAS

- Quando a nota seguinte for exatamente igual à anterior, utilizar *Idem, ibidem*. Exemplo:
 1. **Adrian C. Mayer, *Caste and Kinship in Central India*, p. 35.**
 2. ***Idem, ibidem.***
- Para mesmo autor e obra, porém com páginas diferentes, utilizar *idem* e indicar a página. Exemplo:
 1. **Adrian C. Mayer, *Caste and Kinship in Central India*, p. 35.**
 2. ***Idem*, p. 50.**
- Se a mesma obra for citada, mas não vier imediatamente depois da outra citação, o nome do autor deverá ser repetido, com o acréscimo de *op. cit.*, seguido do número da página. Exemplo:
Adrian C. Mayer, *op. cit.*, p. 54.
Observação: usar *op. cit.* apenas quando, no artigo, for citada apenas uma obra daquele autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As referências bibliográficas completas deverão ser anexadas no final do texto. Apresentando, quando for(em) citado(s), o capítulo ou artigo e seu respectivo autor antes do nome da obra, na ordem e padronização apresentadas no exemplo seguinte:
HOLANDA, Sérgio Buarque. “Caminhos do Sertão”. *Monções*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

Observação: colocar o sobrenome do autor em versal versaleta, exemplo: DRUMMOND)

- Apenas as obras citadas ao longo do texto devem constar das referências bibliográficas finais.

Observação: Evitar referências a *sites* nas notas e/ou referências bibliográficas. Preferir documentos, livros, revistas ou jornais que tenham sido publicados fisicamente.

TÍTULOS DE OBRAS

- Títulos de livros, periódicos, jornais, revistas, discos, filmes, quadros e esculturas devem vir em itálico e em caixa-alta e caixa-baixa (*Grande Sertão: Veredas*).
- Nomes de capítulos, de poemas, de músicas e títulos de artigos devem vir entre aspas e em caixa-alta e caixa-baixa (“A Ideia Fixa”).
- Palavras estrangeiras devem ser destacadas em itálico. Exceto quando se tratar de nome de cidade, estado, país ou região, e de nomes pessoais ou de instituições.

SIGLAS

- Se tiverem quatro ou mais letras e forem legíveis, deverão ficar em caixa-alta e caixa-baixa. Exemplo: Sesi, Edusp, Unesp etc.
- Caso tenham menos de quatro letras ou sejam ilegíveis, deverão ficar em versaleta. Exemplo: ONU, USP, UFRJ etc.

ICONOGRAFIA

- As imagens, tabelas, figuras, gráficos, fotos etc., contidas no texto, deverão ser enviadas separadamente e em alta resolução (com no mínimo 300 dpi de resolução) com suas respectivas legendas, indicando autoria(s) e fonte(s).

APOIO

**narrativas visuais
contemporâneas**

**pesquisas em
cultura visual**

**limites da
linguagem**

**C A S A
R E X**

+55 11 3660-5400

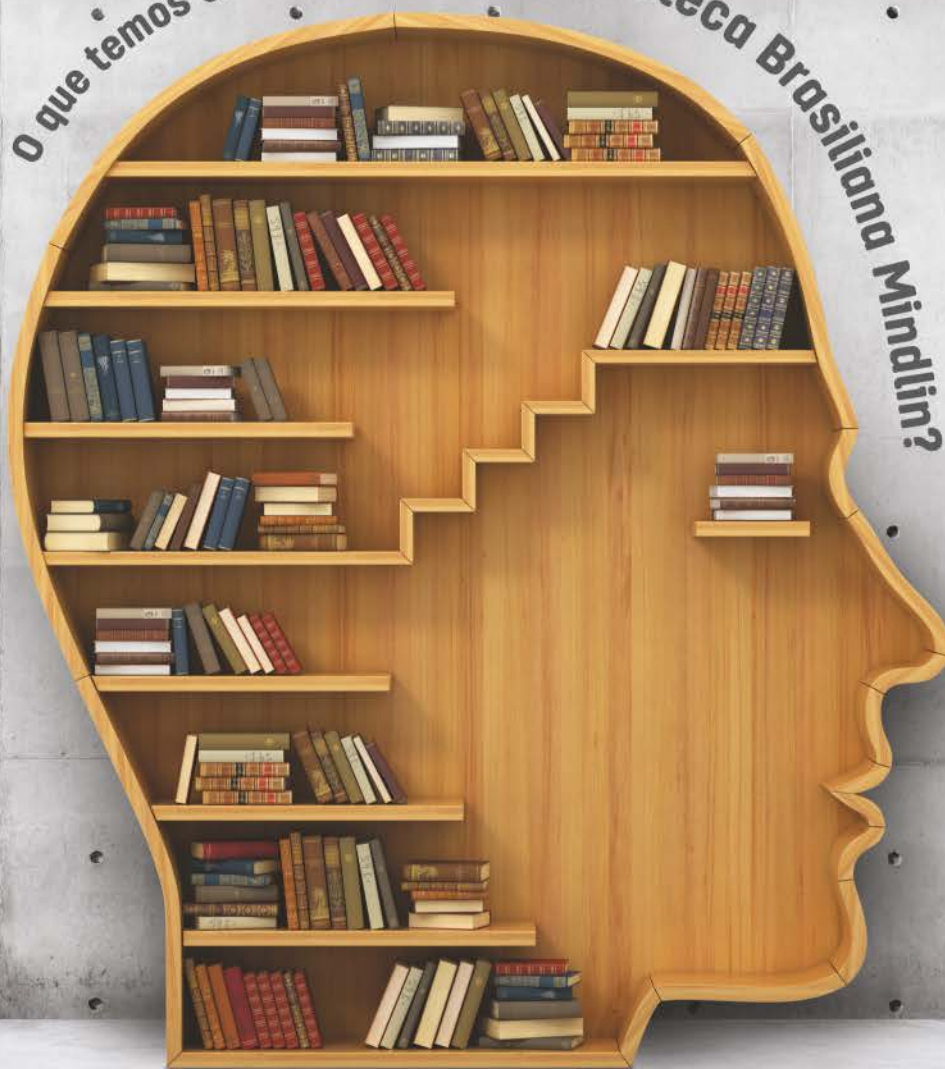
rua barão de tatuí, 302, 3º andar

santa cecília são paulo brasil

www.casarex.com

oficinas gráficas

O que temos em comum com a Biblioteca Brasileira Mindlin?



A paixão por livros.

Por histórias que são escritas e ganham vida na cabeça das pessoas. Histórias que formam um mundo de ideias. E que nós da GSM temos orgulho em imprimir.

Santa Marta. A incrível indústria gráfica que leva, de norte a sul do Brasil, uma qualidade única de impressão.

gráfica santa marta

CRIANDO UM MUNDO DE IMPRESSÕES

REVISTA BBM n. 1

EDITOR

Plinio Martins Filho

EDITORES ASSISTENTES

Clara Lanna Turazzi, Claudia Alejandra Sarmiento Moreno, Gabriele Favoretto de Souza, Pedro Tajiki Salles e Tânia d'Arc Cleto de Azevedo

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Gustavo Piqueira e Samia Jacintho / Casa Rex

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO

Plinio Martins Filho, Luiz Hideki Sakaguti, Claudia Alejandra Sarmiento Moreno, Gabriele Favoretto de Souza e Tânia d'Arc Cleto de Azevedo

IMPRESSÃO

Gráfica Santa Marta

FOTOGRAFIA

Casa Rex

ADAPTAÇÃO DA VERSÃO DIGITAL

Pedro Tajiki Salles